



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 055 - QUINTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR	
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	
2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes – PSD-AP 2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSD-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
.....
LÍDER DO PMDB – 20	LÍDER	LÍDER DO PFL – 17
Valdir Raupp	Ideli Salvatti – PT	José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES DO PFL
Wellington Salgado de Oliveira	Epitácio Cafeteira	Kátia Abreu
Valter Pereira	João Ribeiro	Jayme Campos
Gilvam Borges	Renato Casagrande	Raimundo Colombo
Leomar Quintanilha	Inácio Arruda	Edison Lobão
Neuto de Conto	Marcelo Crivella	Romeu Tuma
.....	Francisco Dornelles	Maria do Carmo Alves
LÍDER DO PTB – 5	LÍDER DO PT – 11	LÍDER DO PSDB – 13
Epitácio Cafeteira	Ideli Salvatti	Arthur Virgílio
VICE-LÍDER DO PTB	VICE-LÍDERES DO PT	VICE-LÍDERES DO PSDB
Sérgio Zambiasi	Eduardo Suplicy	Sérgio Guerra
.....	Fátima Cleide	Alvaro Dias
.....	Flávio Arns	Marisa Serrano
LÍDER DO PR – 4	LÍDER DO PTB – 5	Cícero Lucena
João Ribeiro	Epitácio Cafeteira
VICE-LÍDER DO PR	VICE-LÍDER DO PTB
Expedito Júnior	Sérgio Zambiasi
LÍDER DO PSB – 3	LÍDER DO PR – 4
Renato Casagrande	João Ribeiro
VICE-LÍDER DO PSB	VICE-LÍDER DO PR
Antônio Carlos Valadares	Expedito Júnior
LÍDER DO PC do B – 1	LÍDER DO PSB – 3
.....	Renato Casagrande
LÍDER DO PRB – 1	LÍDER DO PC do B – 1
.....
LÍDER DO PP – 1	LÍDER DO PRB – 1
Francisco Dornelles	Marcelo Crivella
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO PP – 1
Jefferson Péres	Francisco Dornelles
VICE-LÍDER DO PDT	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Osmar Dias	Romero Jucá
.....	VICE-LÍDERES DO GOVERNO

EXPEDIENTE

Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 56ª SESSÃO ESPECIAL, EM 25 DE ABRIL DE 2007	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Comemorar o Dia do Exército Brasileiro, nos termos do Requerimento nº 134, de 2007.....	11474
1.2.1 – Fala do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros	
1.2.2 – Oradores	
Senador Edison Lobão	11475
Senador Valdir Raupp	11480
Senador Sibá Machado	11482
Senador Mozarildo Cavalcanti	11484
Senador Francisco Dornelles.....	11487
Senador Romeu Tuma	11488
Senador Marcelo Crivella.....	11496
Senador Cristovam Buarque.....	11500
Senador Marconi Perillo.....	11502
Senador Flexa Ribeiro (nos termos do art. 203, do Regimento Interno).....	11502
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE ABRIL DE 2007	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Destinação ao período do Expediente da presente sessão a comemorar os quarenta e cinco anos de atividades da Universidade de Brasília – UnB, inaugurada em 21 de abril de 1962, nos termos do Requerimento nº 241, de 2007.....	11504
2.2.2 – Oradores	
Senador Cristovam Buarque.....	11504
Senador Mão Santa.....	11507
Senador Paulo Paim	11509
Senador João Pedro	11510
Senador Sibá Machado	11511
Senador Joaquim Roriz	11513
Senador Adelmir Santana.....	11514
Senadora Serys Slhessarenko	11516
Senador Arthur Virgílio.....	11517

Senador Flexa Ribeiro (nos termos do art. 203, do Regimento Interno).....	11522
Senador Marconi Perillo (nos termos do art. 203, do Regimento Interno).....	11522
2.2.3 – Suspensão da Sessão às 16 horas e 45 minutos, e reabertura às 16 horas e 48 minutos	
2.2.4 – Pareceres	
Nº 271, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em questões específicas que define, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal.....	11525
Nº 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a sobre a Emenda nº 1-Plen à Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	11531
Nº 273, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2006, tendo como primeira signatária a Senadora Roseana Sarney, que altera os arts. 34, 35, 167 e 198 da Constituição Federal para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de segurança alimentar e nutricional.....	11538
2.2.5 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2007-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente, continue a sua tramitação.	11542
2.2.6 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 71, de 2007 (nº 274/2007, na origem), de 23 do corrente, submetendo à apreciação do Senado, a indicação da Doutora <i>Maria de Assis Calsing</i> , para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista,	

decorrente da aposentadoria do Ministro Ronaldo José Lopes Leal.....	11543	tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato <i>Legacy</i> da <i>American ExcelAire</i> , e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.	11573
Nº 72, de 2007 (nº 273/2007, na origem), de 23 do corrente, submetendo à apreciação do Senado, a indicação da Doutora <i>Dora Maria da Costa</i> , para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro José Luciano de Castilho Pereira.....	11555	2.2.12 – Fala da Presidência (Renan Calheiros)	
Nº 73, de 2007 (nº 276/2007, na origem), de 23 do corrente, submetendo à apreciação do Senado, a indicação do Doutor <i>Napoleão Nunes Maia Filho</i> , para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jorge Tadeo Fláquer Scartezzini.....	11561	Esclarecimentos sobre a constituição da CPI objeto do Requerimento nº 401, de 2007. Considerações sobre a reunião da Mesa do Senado, realizada hoje, em que se discutiu sobre a racionalização dos trabalhos da Casa, bem como da participação dos membros da Mesa na condução das sessões plenárias.	11577
2.2.7 – Comunicação da Presidência		2.2.13 – Leitura de requerimento	
Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderão ser apresentadas emendas, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$5.200.000.000,00 (cinco bilhões e duzentos milhões de reais), para o fim que especifica, e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.....	11567	Nº 402, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança à insigne figura de Dante de Oliveira, notável político e homem público brasileiro, ao ensejo do aniversário de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição em favor de eleições diretas para Presidente da república.....	11581
2.2.8 – Leitura de requerimento		2.3 – ORDEM DO DIA	
Nº 400, de 2007, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.	11567	Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
2.2.9 – Ofício		Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo entre as lideranças.	11582
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificativa a requerimento de voto de lembrança a Dante de Oliveira.....	11569	Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
SENADOR ELISEU REZENDE – A importância do sistema hidroviário para a economia nacional, com a necessária implantação de eclusas para a neveabilidade de nossos rios.	11569	Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007, que dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006). Apreciação sobrestada.	11582
2.2.11 – Leitura de requerimento			
Nº 401, de 2007, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de treze senadores, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do	11572		11582

Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		pesquisa científica e tecnológica). Apreciação sobrestanda.	11583
Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007). Apreciação sobrestanda.	11582	
Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		Item 8 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)	
Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007, que altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006). Apreciação sobrestanda.	11582	Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. Apreciação sobrestanda.	11583
Item 5 (Proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		Item 9 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)	
Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de 2004; e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006). Apreciação sobrestanda.	11582	Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc : Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007. Apreciação sobrestanda.	11583
Item 6 (Proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		Item 10	
Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2007, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF (proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007). Apreciação sobrestanda.	11582	Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. Apreciação sobrestanda.	11583
Item 7 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)		Item 11	
Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em	11583	Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senhores senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos estados e municípios. Apreciação sobrestanda.	11584
Item 8 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)		Item 12	
Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). Apreciação sobrestanda.	11584	Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Apreciação sobrestanda.	11584
Item 9 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)		Item 13	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Apreciação sobrestanda.	11584

Item 14		do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. Apreciação sobrestada.	11585
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. Apreciação sobrestada.	11584		
Item 15			
Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Apreciação sobrestada.	11584		
Item 16			
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. Apreciação sobrestada.	11584		
Item 17			
Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Apreciação sobrestada.	11584		
Item 18			
Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho). Apreciação sobrestada.	11585		
Item 19			
Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. Apreciação sobrestada.	11585		
Item 20			
Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. Apreciação sobrestada.	11585		
Item 21			
Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação	11585		
Item 22 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)			
Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se findsa e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. Apreciação sobrestada.	11585		
Item 23 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)			
Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”. Apreciação sobrestada.	11586		
2.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia			
SENADOR JAYME CAMPOS – Defende-se de acusação de tráfico de influência com relação à titulação de terras devolutas.	11586		
2.3.2 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania			
Nº 13/2007, de 25 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre os critérios de divisão de presos provisórios e de presos condenados, em reunião realizada naquela data.....	11591		
2.3.3 – Comunicação da Presidência			
Referente ao Ofício nº 13/2007, lido anteriormente, sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2007, comunica que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da sua discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	11592		
2.3.4 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)			
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Defesa da abertura de CPI para apurar as causas estruturais do retrocesso na qualidade do ensino no Brasil.	11592		
2.3.5 – Leitura de requerimentos			
Nº 403, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Odival Coelho Resende, ocorrido hoje, no Piauí.....	11594		

Nº 404, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2007, de sua autoria, que altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas. **Deferido.**

11594

2.3.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.....

11594

2.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA MARISA SERRANO – Registro do artigo intitulado “*A CPI e cadáveres do governo Lula*”, de autoria do jornalista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 20 de março último.

11597

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “*Com rombo de R\$107 milhões, PT cobra filiados*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 10 do corrente.....

11598

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do editorial intitulado “*A CPI da corrupção em terra*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 11 do corrente.....

11599

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Clube da aeronáutica dá ‘último’ ao governo*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 3 do corrente.....

11600

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “*Projeto reflete desejo de apare-*

lhamento do Estado, diz entidade”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 14 de março último.

11601

SENADOR ROMERO JUCÁ – Ressalta a importância da participação do Presidente Lula na reunião de Diálogo Político dos Presidentes da América do Sul e da Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, eventos que estão sendo realizados em Islã Margarita, na Venezuela.

11602

2.3.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 26, com Ordem do Dia anteriormente designada.

11602

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 25.04.2007

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 56^a Sessão Especial, em 25 de abril de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Exército Brasileiro, nos termos do Requerimento nº 134, de 2007, do nobre Senador Edison Lobão e outros Exm^os Srs. Senadores.

Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Exm^o Sr. Ministro da Defesa Waldir Pires. (Pausa.)

Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Exm^o Sr. Júlio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha. (Pausa.)

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Sr. Enzo Martins Peri, Comandante do Exército. (Pausa.)

Tenho a honra de convidar o Sr. Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, para compor a Mesa. (Pausa.)

Vamos agora, de pé, ouvir o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra também de convidar para compor a Mesa o Exm^o Sr. Senador Edison Lobão, autor do requerimento.

Exm^o Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires; Exm^o Sr. Júlio de Moura Neto, Comandante da Marinha; Exm^o Sr. Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Exm^o Sr. Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exm^o Sr. Peçanha Martins, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Sr^as e Srs. Senadores; Sr^as e Srs. Representantes do Corpo Diplomático, o Dia do Exército, 19 de abril, lembra a Primeira Batalha de Guararapes, momento em que se manifestou claramente o sentimento patriótico de ser brasileiro.

De fato, senhoras e senhores, não poderia haver data mais significativa para celebrar aqueles que têm

por missão zelar pela nossa integridade territorial e pela soberania das nossas determinações. Naquele distante ano de 1.648, brancos, índios e negros, em luta contra o invasor estrangeiro, pela primeira vez, usaram a palavra Pátria para se referirem ao Brasil. Sem formalmente desprender-se da Metrópole, foram brasileiros os que comandaram a cena e os que colheram a vitória. Com o sentimento de brasiliade, nascido na defesa do solo pátrio, em hora de urgência e de perigo, nascia também o Exército Brasileiro, integrado à diversidade étnica e social que caracteriza a própria Nação Brasileira.

Defesa e integração nacional são os dois conceitos que melhor traduzem em sua essência a história do Exército Brasileiro. Eles também descrevem a sua atuação mais recente e as perspectivas reservadas para o futuro.

A saga de Pedro Teixeira, na ocupação da Amazônia, e a de Rondon, na interligação da nossa fronteira ocidental, com o sistema de comunicação telegráfica com o restante do País, são, sem dúvida nenhuma, ainda hoje, marcos da epopéia brasileira e exemplos que inspiram a ação do Exército no Norte e no Centro-Oeste do nosso País. Essa ação, aliás, como é da tradição e da missão da força terrestre, se estende para muito além dos objetivos puramente militares, constituindo um dos poucos e, às vezes, o único símbolo tangível da presença do Estado brasileiro nos mais distantes confins e rincões deste País.

A presença de 25 mil homens do Exército em todo o Território amazônico tem significado a educação, a assistência médica, o transporte de emergência e a segurança para parcelas significativas de populações ribeirinhas e das florestas. A presença do Exército, na forma das atividades de engenharia, de transportes, é, para além da sua missão militar específica, um fator crescentemente relevante para o desenvolvimento nacional.

O Exército Brasileiro está sempre presente, ora colaborando intensamente no esforço de recuperação e

ampliação da estrutura viária brasileira, ora reparando ou ampliando rodovias, ou ainda operando diretamente a fiscalização dessas obras.

O próprio sentido social do serviço militar obrigatório em uma concepção mais ampla do conceito de desenvolvimento não passa despercebido a milhares de jovens. Os brasileiros que se encontram servindo hoje têm ali a sua melhor porta de entrada no mundo do trabalho e na iniciação profissional.

No **front** externo, o Exército Brasileiro apresenta destacada folha de serviços naquilo que pode ser descrito, sem nenhum favor, como das mais bem-sucedidas iniciativas para levar ao estrangeiro uma boa imagem do nosso País. A presença do Exército Brasileiro em conflitos institucionais foi inaugurada em 1957 com a participação do Batalhão Suez na força de emergência das Nações Unidas. Esse Batalhão atuou na moderação do conflito árabe-israelense.

Mais recentemente, a presença militar brasileira em forças de paz culmina com o comando da missão da ONU no Haiti, iniciativa de caráter marcadamente humanitário e, sem dúvida nenhuma, das mais difíceis já enfrentadas pelo Exército Brasileiro no exterior.

O Senado Brasileiro tem apreciado e analisado a votação das autorizações para cada uma dessas iniciativas, que têm repercussões até mesmo do ponto de vista orçamentário. O dispêndio orçamentário nessas ações é considerado por todo o Senado Federal e pelo Congresso Nacional um investimento de altíssimo retorno no conceito projetado por nosso País ante o conjunto da comunidade internacional.

Aproveito a oportunidade que este pronunciamento oferece para saudar, com satisfação, o Ministro da Defesa, Waldir Pires, e também o Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri pelo bom trabalho que vêm desempenhando à frente das instituições que lideram.

Também é oportuno registrar os méritos deste grande amigo, Exmº Sr. Senador Edison Lobão, autor do requerimento que aprovou a realização desta Sessão Especial, no Senado Federal, em homenagem ao Dia do Exército.

A aprovação unânime do requerimento do Senador Edison Lobão, superando todas as questões presentes nesta Casa, regionais e partidárias, evidencia, sem dúvida, o apreço desta instituição, dos Senadores e da Casa como um todo, por essa importantíssima instituição nacional que é o Exército Brasileiro. Parabéns pela unanimidade!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao no-

bre Senador Edison Lobão, primeiro orador inscrito e autor do requerimento.

Com a palavra V. Exª, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, que preside esta sessão, o Senado e o Congresso Nacional; Sr. Ministro da Defesa, Dr. Waldir Pires, político de longo curso e Ministro de Estado; Sr. Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri, cujo brilhante passado na carreira militar assegura ao nosso Exército uma eficiente gestão; Exmº Sr. Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha – Almirante de Esquadra; Sr. Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; meu caro Ministro, Peçanha Martins, que aqui representa o Superior Tribunal de Justiça e, sem dúvida nenhuma, o Poder Judiciário – e nos dá muita honra com a sua presença; Exmºs Srs. Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas; senhores representantes das Forças Armadas – oficiais e generais –; Srs. Embaixadores, representantes do Corpo Diplomático; Srs. Subprocuradores-Gerais da República; minhas senhoras e meus senhores; foi com grande satisfação que apresentei a esta Casa, em fevereiro último, o requerimento que deu origem à presente Sessão Especial, na qual celebramos o Dia do Exército Brasileiro. A data comemorativa, transcorrida no último dia 19, faz uma justa homenagem a uma instituição cuja história se confunde com a história da própria Pátria e da nacionalidade; e evoca o longínquo 19 de abril de 1648, quando forças terrestres brasileiras, constituindo o que seria o embrião do nosso atual Exército, travaram o primeiro combate, contra os invasores holandeses, na Batalha dos Montes Guararapes.

Homenagear o Exército Brasileiro é um dever patrio. Enaltecer o valor dos que o compõem é um reconhecimento justo e sempre oportuno. Em qualquer situação anômala que acomete o País, o primeiro pensamento que aflora aos nossos cidadãos, como solução emergencial, é o de esperar e confiar na contribuição do Exército junto às demais forças militares. Ainda agora, testemunhamos as pressões políticas e populares para que o Exército interfira no caos da violência que se espraia por todo o País, uma reivindicação que foge inteiramente à estrutura e à missão constitucional das nossas forças armadas. Não obstante a obviedade deste preceito de bom-senso, as pressões se mantêm, pois se projeta no Exército a esperança de resultados não obtidos pelos que têm a responsabilidade da prevenção e também da repressão.

E quando se fala em Exército, Sr. Presidente, não se pode omitir a realidade de que à relevante importância dessa Arma não tem correspondido o apoio

material indispensável que lhe é devido, quer na modernização e manutenção dos seus equipamentos, quer na justa remuneração dos que, integrando-o, oferecem plenamente os minutos de suas vidas à Pátria que lhes cabe defender.

Na comemoração do seu Dia, certas realidades devem ser ditas para que a opinião pública se mantenha informada sobre as vicissitudes vividas por um Exército respeitado e aplaudido.

O então Presidente Itamar Franco foi feliz com a instituição, a 24 de março de 1994, do Dia do Exército, que era comemorado no Dia do Soldado, a 25 de agosto, data de nascimento do Duque de Caxias.

Oportuna foi tal iniciativa, pois se devia e deve enfatizar a homenagem merecida por uma instituição que, ao longo da nossa história, esteve sempre compromissada com a defesa de nossa soberania e dos altos sentimentos nacionais.

Desde os tempos coloniais, os que habitavam nossas terras, mesmo os aqui não nascidos, insurgiram-se contra os invasores, notadamente os franceses e holandeses. E assim foram se formando os núcleos de combatentes patriotas, mesclando-se coragem, vigor, audácia e lances estratégicos na defesa das terras descobertas pelos portugueses. Uniram-se as raças, desde o início da colonização do Brasil, e faziam germinar o sentimento nativista na defesa do Território brasileiro.

Portugueses, brasileiros, índios, negros e mestiços juntaram forças, em 1645, para aprofundar a reação da Insurreição Pernambucana aos estrangeiros, e, seguramente, só alcançaram tal coesão pelo respeito a princípios da hierarquia, cerne dos grupos armados que viabiliza a vitória em qualquer campo de batalha.

Criaram-se ali as sementes da nacionalidade brasileira.

Foi com essa consciência de pátria e disciplina, Sr. Presidente, que nasceu o nosso Exército, desde as suas origens identificado com o povo brasileiro. E assim se tornou essencial na defesa da nossa soberania e do nosso Território.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Edison Lobão, V. Ex^a me permite um breve aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Permitirei, Presidente Marco Maciel, V. Ex^a que já foi Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, com todo prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Edison Lobão, eu gostaria de, em rápidas palavras, associar-me à manifestação que V. Ex^a faz pela passagem do Dia do Exército. Muito me sensibilizou o fato de V. Ex^a haver feito referência a Decreto do então Presidente Itamar Franco consi-

derando 19 de abril o Dia do Exército. Acredito que foi uma decisão muito acertada. Como pernambucano, posso dizer quanto foi importante o reconhecimento do trabalho que se realizou para a expulsão dos holandeses em nosso País. A insurreição pernambucana foi certamente o marco que gerou o Exército. E não foi por outra razão que Gilberto Freyre disse certa feita que, em Guararapes, se escreveu com sangue o nome da Pátria. Por isso, a data 19 de abril, como V. Ex^a com propriedade salientou, diz muito respeito ao surgimento do Exército Brasileiro. E, a partir daí, significando o aparecimento do Exército, como V. Ex^a também destacou, o fato de representar uma associação dos diferentes segmentos étnicos do País – o branco, o negro e o índio –, que estão presentes nas lutas pela expulsão dos holandeses. Isto mostra de forma muito clara como nasceu o Exército Brasileiro: foi o resultado dessa fusão de raças que marca esse grande **melting pot** brasileiro, essa grande miscigenação com a qual convivemos no Brasil e que nos faz uma nação admirada por todas as outras. Portanto, encerrando o meu aparte, cumprimento V. Ex^a e o Exército Brasileiro pela passagem de 19 de abril. O Exército tem desempenhado papel muito importante não apenas no cumprimento de seus objetivos constitucionais, mas também no campo do desenvolvimento científico e tecnológico e no plano social que realiza nas áreas mais distantes do nosso chão, sobretudo nas fronteiras, onde muitas vezes não há presença maior dos órgãos governamentais. O Exército igualmente cumpre papel destacado no alevantamento das condições educacionais e culturais do nosso povo, não só por dispor de excelentes colégios militares e academias, mas sobretudo porque preserva o patrimônio nacional, nossos fortes, nossas instalações que registram o nosso passado. Portanto, isto muito concorre para que possamos conhecer melhor o País e guardar a sua memória.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Marco Maciel, a intervenção oportuna de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento, seguramente menor do que o merecimento do Exército Brasileiro, por tudo quanto ele representa para este País de largas extensões, de grande população e de grande sentimento.

Prossigo, Sr. Presidente, dizendo que, no seu passado colonial, destacou-se o Exército na defesa do solo pátrio, expulsando invasores e corsários e concorrendo para a ocupação ordenada do nosso Território. E lhe coube, entre outros extraordinários méritos – no passado e no presente –, o de promover a integração de todas as regiões, de amparar as áreas carentes de infra-estrutura e de contribuir para o nosso desenvolvimento.

Após a Independência, em 1822, teve uma atuação decisiva no plano interno, sufocando todas as tentativas de fragmentação territorial e de ruptura social. Se devemos a expansão do nosso Território aos desbravadores das Entradas e Bandeiras, é mister reconhecer o papel do Exército Brasileiro na manutenção das fronteiras e da plena unidade nacional.

Nesse aspecto, não há como ignorar a atuação decisiva de Caxias, que venceu todas as seis campanhas de que participou, fossem elas internas, em missão pacificadora, como a Balaiada – no meu Estado, o Maranhão –, as revoltas em São Paulo e Minas, e a Revolução Farroupilha, do Rio Grande do Sul; ou externas, como a guerra contra Oribe e Rosas, e a Tríplice Aliança, contra o Paraguai.

Nesta última, liderando as forças brasileiras num momento de grave dificuldade, na Batalha de Itororó, Caxias conseguiu impor-se aos inimigos apelando para a bravura de nossos soldados com a exortação que se tornaria célebre: "Sigam-me os que forem brasileiros". Por tudo isso, por ter prestado inestimáveis serviços à Nação brasileira por mais de 60 anos, inclusive como Ministro da Guerra por três vezes, sempre com o mesmo espírito cívico e conciliador, Caxias foi escolhido Patrono do Exército Brasileiro.

Não se pode omitir outros heróis daquele e de outros conflitos, como o bravo Marechal Manoel Luiz Osório, o Marquês de Herval. Comandante aliado vitorioso na Batalha de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul; com plena justiça, Osório foi eleito Patrono da Cavalaria brasileira.

Na Infantaria, também uma Arma de tradição do Exército Brasileiro, da qual viria a ser o Patrono, sobressaiu-se o Brigadeiro Antônio de Sampaio. Na Guerra contra o Paraguai, também na Batalha de Tuiuti, Sampaio comandou sua divisão com bravura. Três vezes gravemente ferido pelos inimigos, continuou combatendo sem esmorecer, embora as lesões recebidas lhe viessem a custar a vida dias depois.

Também nas armas de apoio, outros militares se distinguiram, entre eles o Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi e Patrono da Artilharia; o Tenente-Coronel João Carlos de Vilegran Cabrita, Patrono da Engenharia, e o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, este o maior desbravador, civilizador, sertanista e inspetor de fronteiras em áreas tropicais.

Esses, Sr's e Srs. Senadores, são apenas alguns dos numerosos brasileiros que devotaram suas vidas às causas do Exército e da nacionalidade.

Também na II Guerra Mundial, os brasileiros deram soberba demonstração de bravura. O ataque de submarinos alemães contra embarcações da Marinha Mercante brasileira, sacrificando mais de 600 vidas,

provocou comoção popular e ocasionou a declaração de guerra ao Eixo. Enquanto cuidavam de proteger nosso Território, especialmente o imenso litoral, com a articulação de artilharia antiaérea, sistema de vigilância da costa e estruturação da defesa civil, nossos comandantes organizaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), convocando 25 mil brasileiros para se integrarem ao 5º Exército dos Estados Unidos, que já combatia em solo italiano.

Entretanto, Sr. Presidente, o Exército Brasileiro, tendo provado sua competência e sua coragem na guerra, não atua apenas nos conflitos. Felizmente, somos um povo pacífico, e nos momentos de paz, que são a grande maioria, o Exército se dedica a uma outra de suas vocações, que é servir à comunidade.

Além de garantir a soberania e a paz, juntamente com a Marinha e a Aeronáutica, o Exército desenvolve suas missões complementares, como a formação e a especialização de oficiais, o adestramento da Força terrestre, as operações de segurança interna, o combate ao contrabando e ao narcotráfico, as ações de busca e salvamento, de defesa civil e de caráter cívico-social.

Em missões secundárias, o Exército está sempre presente, seja na construção de obras contra a seca, seja em missões de engenharia, de pesquisa tecnológica e científica, seja na assistência e proteção às tribos indígenas.

No plano internacional, merecem destaque as missões de paz integradas pelas tropas brasileiras, as quais, em atendimento aos preceitos constitucionais de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, somente são acionadas se houver plena aceitação dos Países ou das facções envolvidas nos conflitos.

No plano interno, continua-se a creditar ao Exército boa parte do sucesso das nossas políticas de integração nacional. A integração das regiões mais recônditas do nosso Território é uma das mais importantes tarefas que o Exército realiza, visando à proteção daquelas populações e também ao nosso desenvolvimento social e econômico. Na Amazônia, a presença do Exército Brasileiro é um imperativo, em função das imensas distâncias entre as comunidades, das dificuldades de locomoção e da carência de recursos financeiros e tecnológicos.

Trata-se de uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados. Ali se concentra um terço de todas as florestas tropicais, a maior bacia de água doce de todo o mundo e também a maior biodiversidade do Planeta. O Exército tem estado presente na Amazônia desde o século XVII, instalando unidades de fronteira e garantindo o surgimento de pólos de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Ministros, Srs. Oficiais Generais, o Exército Brasileiro é uma Força voltada para a paz, para a construção do desenvolvimento e para a cooperação entre os povos. Se, porém, as circunstâncias exigem, mostra-se guerreiro e altivo na defesa da soberania e do Território nacional; nos períodos de paz, que felizmente são os predominantes, põe-se a serviço das comunidades e do desenvolvimento nacional, a justificar o *slogan* "Braço forte, mão amiga".

Pela relevância da sua missão em numerosos setores da sociedade brasileira, as atividades do Exército sempre atraem o interesse dos meios de divulgação e, por consequência, dos políticos. Não raro é destacado em interpretações mal formuladas, prontamente esclarecidas, que só ampliam o prestígio e a respeitabilidade que goza junto à população brasileira.

Nesta justa homenagem que prestamos ao Exército Brasileiro, pelo transcurso de sua data comemorativa, quero cumprimentar as autoridades militares e todos aqueles que integram essa Arma das Forças Armadas, formulando votos para que continuem prestando seus excelentes serviços à Nação e ao povo brasileiro, em tempos de guerra ou de paz.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores foi com grande satisfação que apresentei a esta Casa, em fevereiro último, o requerimento que deu origem à presente sessão especial, na qual celebramos o Dia do Exército Brasileiro. A data comemorativa, transcorrida no último dia 19, faz uma justa homenagem a uma instituição cuja história se confunde com a história da própria nacionalidade; e evoca o longínquo 19 de abril de 1648, quando forças terrestres brasileiras, constituindo o que seria o embrião do nosso Exército, travaram o primeiro combate contra os invasores holandeses na batalha dos Montes Guararapes.

Homenagear o Exército Brasileiro é um dever patrio. Enaltecer o valor dos que o compõem é um reconhecimento justo e sempre oportuno. Em qualquer situação anômala que acomete o País, o primeiro pensamento que aflora aos nossos cidadãos, como solução emergencial, é o de esperar e confiar na contribuição do Exército junto às demais forças militares. Ainda agora, testemunhamos as pressões políticas e populares para que o Exército interfira no caos da violência que se espraia por todo o País, uma reivindicação que foge

inteiramente à estrutura e à missão constitucional das nossas Forças Armadas. Não obstante a obviedade deste preceito de bom-senso, as pressões se mantêm, pois se projeta no Exército a esperança de resultados não obtidos pelos que têm a responsabilidade da prevenção e da repressão.

E quando se fala em Exército, Senhor Presidente, não se pode omitir a realidade de que à relevante importância dessa Arma não tem correspondido o apoio material indispensável que lhe é devido. Quer na modernização e manutenção dos seus equipamentos, quer na justa remuneração dos que, integrando-o, oferecem plenamente os minutos de suas vidas à Pátria que lhes cabe defender. Na comemoração do seu Dia, certas realidades devem ser ditas para que a opinião pública se mantenha informada sobre as vicissitudes vividas por um Exército respeitado e aplaudido.

O então Presidente Itamar Franco foi feliz com a instituição, a 24 de março de 1994, do Dia do Exército, que era comemorado no Dia do Soldado, a 25 de agosto, data de nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, por todas as razões patrono da Força que ora homenageamos. Oportuna foi tal iniciativa, pois se devia e deve enfatizar a homenagem merecida por uma instituição que, ao longo de nossa história, esteve sempre compromissada com a defesa de nossa soberania e dos altos sentimentos nacionais.

Desde os tempos coloniais, os que habitavam nossas terras, mesmo os aqui não nascidos, insurgiam-se contra os invasores, notadamente os franceses e holandeses. E assim foram se formando os núcleos de combatentes patriotas, mesclando-se coragem, vigor, audácia e lances estratégicos na defesa das terras descobertas pelos portugueses. Uniam-se as raças, desde o início da colonização do Brasil, e faziam germinar o sentimento nativista na defesa do Território brasileiro.

As lideranças de Barreto de Menezes, Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Antônio Dias Cardoso, Felipe Camarão e Henrique Dias, entre outros heróicos combatentes, foram decisivas para ampliar e consolidar o domínio das terras ambicionadas por aventureiros.

Portugueses, brasileiros, índios, negros e mestiços juntaram forças, em 1645, para aprofundar a reação da Insurreição Pernambucana aos estrangeiros, e, seguramente, só alcançaram tal coesão pelo respeito a princípios da hierarquia, cerne dos grupamentos armados que viabiliza a vitória. Na proclamação que suas lideranças dirigiram aos invasores, pela primeira vez em nossa história foi usada a palavra "pátria" para se referir à terra que seria libertada anos depois, superando-se tropas holandesas dotadas com os mais modernos instrumentos de guerra à época.

Criaram-se ali as sementes da nacionalidade brasileira.

Foi com essa consciência de pátria e disciplina, Sr. Presidente, que nasceu o nosso Exército, desde suas origens identificado com o povo brasileiro. E assim se tornou essencial na defesa da nossa soberania e do nosso Território. No seu passado colonial, destacou-se na defesa do solo pátrio, expulsando invasores e corsários e concorrendo para a ocupação ordenada do nosso Território. E lhe coube, entre outros extraordinários méritos – no passado e no presente -, o de promover a integração de todas as regiões, de amparar as áreas carentes de infra-estrutura e de contribuir para o nosso desenvolvimento.

Após a Independência, em 1822, teve uma atuação decisiva no plano interno, sufocando todas as tentativas de fragmentação territorial e de ruptura social. Se devemos a expansão do nosso Território aos desbravadores das entradas e bandeiras, é mister reconhecer o papel do Exército Brasileiro na manutenção das fronteiras e da unidade nacional.

Nesse aspecto, não há como ignorar a atuação decisiva de Caxias, que venceu todas as seis campanhas de que participou, fossem elas internas, em missão pacificadora, como a Balaiada (no Maranhão), as revoltas em São Paulo e Minas e a Revolução Farroupilha (no Rio Grande do Sul); ou externas, como a guerra contra Oribe e Rosas e a da Tríplice Aliança, contra o Paraguai. Nessa última, liderando as forças brasileiras num momento de grave dificuldade, na Batalha de Irororó, Caxias conseguiu impor-se aos inimigos apelando para a bravura de nossos soldados com a exortação que se tornaria célebre: "Sigam-me os que forem brasileiros". Por tudo isso, por ter prestado inestimáveis serviços à Nação brasileira por mais de 60 anos, inclusive como Ministro da Guerra por três vezes, sempre com o mesmo espírito cívico e conciliador, Caxias foi escolhido Patrono do Exército Brasileiro.

Não se pode omitir outros heróis daquele e de outros conflitos, como o bravo Marechal Manoel Luiz Osório, o Marquês de Herval. Comandante aliado vitorioso na Batalha de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul; com plena justiça, Osório foi eleito Patrono da Cavalaria brasileira.

Na Infantaria, também uma Arma de tradição do Exército Brasileiro, da qual viria a ser o Patrono, sobressaiu-se o Brigadeiro Antônio de Sampaio. Na Guerra contra o Paraguai, também na Batalha de Tuiuti, Sampaio comandou sua divisão com bravura. Três vezes gravemente ferido pelos inimigos, continuou combatendo sem esmorecer, embora as lesões recebidas lhe viessem a custar a vida dias depois.

Também nas armas de apoio outros militares se distinguiram, entre eles o Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi e Patrono da Artilharia; o Tenente-Coronel João Carlos de Vilegran Cabrita, Patrono da Engenharia e o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, este o maior desbravador, civilizador, sertanista e inspetor de fronteiras em áreas tropicais, que, em mais de 40 anos de serviços dedicados à causa, chefiou os trabalhos de implantação de oito mil quilômetros de linhas telegráficas nas regiões de fronteira e nos rincões da Amazônia.

Esses, Srs. Senadores, são apenas alguns dos numerosos brasileiros que devotaram suas vidas às causas do Exército e da nacionalidade.

Também na 2ª Guerra Mundial, os brasileiros deram soberba demonstração de bravura. Mantendo neutralidade a princípio, o Brasil romperia relações diplomáticas com os Países do Eixo em janeiro de 1942.

O ataque de submarinos alemães contra embarcações da marinha mercante brasileira, sacrificando mais de seiscentas vidas, provocou comoção popular e ocasionou a declaração de guerra ao Eixo. Enquanto cuidavam de proteger nosso Território, especialmente o imenso litoral, com a articulação de artilharia antiaérea, sistema de vigilância da costa e estruturação da defesa civil, nossos comandantes organizaram a Força Expedicionária Brasileira, a FEB, convocando 25 mil brasileiros para se integrarem ao 5º Exército dos Estados Unidos, que já combatia em solo italiano.

Apesar do reduzido tempo de treinamento e das condições climáticas adversas, as forças brasileiras fizeram uma campanha memorável, conquistando Camaiore, inicialmente, e avançando sobre os postos da Linha Gótica, de resistência alemã ao avanço aliado. Deslocando-se para o vale do Rio Serchio, o destacamento da FEB foi vitorioso, sucessivamente, em Massarosa, Monte Prano, Fornaci, Galicano e Barga.

Com a chegada de novos efetivos, o general Mascarenhas de Moraes assumiu definitivamente o comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária para, entre outras glórias, conquistar Monte Castelo. Essa, Senhor Presidente, foi uma batalha de grande importância estratégica, pois possibilitou o avanço das forças aliadas em direção a Bolonha, onde se encontravam importantes linhas rodoviárias. A seguir, as forças expedicionárias tomariam Castelnuovo e, pouco depois, o maciço de Montese, naquele que seria o episódio mais sangrento da participação dos brasileiros na 2ª Guerra Mundial. Numerosos pracinhas morreram naquela batalha, na qual as forças brasileiras tiveram de superar, além das tropas inimigas, mais bem posicionadas, o terreno íngreme e minado, entre outros obstáculos.

Entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Exército Brasileiro, tendo provado sua competência e sua coragem na guerra, não atua apenas nos conflitos. Felizmente, somos um povo pacífico, e nos momentos de paz, que são a grande maioria, o Exército se dedica a uma outra de suas vocações, que é servir à comunidade. Além de garantir a soberania e a paz, juntamente com a Marinha e a Aeronáutica, o Exército desenvolve suas missões complementares, como a formação e a especialização de oficiais, o adestramento da força terrestre, as operações de segurança interna, o combate ao contrabando e ao narcotráfico, as ações de busca e salvamento, de defesa civil e de caráter cívico-social.

Em missões secundárias, o Exército está sempre presente, seja na construção de obras contra a seca, seja em missões de engenharia, de pesquisa tecnológica e científica, seja na assistência e proteção às tribos indígenas.

No plano internacional, merecem destaque as missões de paz integradas pelas tropas brasileiras, as quais, em atendimento aos preceitos constitucionais de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, somente são acionadas se houver plena aceitação dos Países ou das facções envolvidas nos conflitos.

A primeira missão de paz integrada pelas forças brasileiras ocorreu em 1947, quando enviamos observadores militares aos Balcãs. Outras missões se sucederiam, integrando, nas décadas seguintes, forças internacionais lideradas pela ONU no Oriente Médio, e pela OEA no Caribe. Militares brasileiros têm colaborado com a ONU, como observadores, em Países da África, da Europa e da Ásia, além da América Central. Atualmente, as tropas brasileiras que se encontram no Haiti têm obtido memoráveis êxitos no que concerne à pacificação interna daquele País.

No plano interno, continua-se a creditar ao Exército boa parte do sucesso das nossas políticas de integração nacional. O Exército Brasileiro, que zela por nossas fronteiras, tem a tradição de promover a integração das regiões mais distantes, por meio de estradas e dos meios de comunicação.

A integração das regiões mais recônditas do nosso Território é uma das mais importantes tarefas que o Exército realiza, visando à proteção daquelas populações e também ao nosso desenvolvimento social e econômico. Na Amazônia, a presença do Exército Brasileiro é um imperativo, em função das imensas distâncias entre as comunidades, as dificuldades de locomoção e a carência de recursos financeiros e tecnológicos. Trata-se de uma área de 5 milhões e 200 mil quilômetros quadrados, onde se concentram um terço de todas as florestas tropicais, a maior bacia de água

doce de todo o mundo e também a maior biodiversidade do Planeta. O Exército tem estado presente na Amazônia desde o Século XVII, instalando unidades de fronteira e garantindo o surgimento de pólos de desenvolvimento. As ações de saúde que mantém são essenciais para grande parte dos povos ribeirinhos da Amazônia, e a preservação do meio ambiente naquela imensa região é também uma das prioridades dos militares.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Exército Brasileiro é uma Força voltada para a paz, para a construção do desenvolvimento e para a cooperação entre os povos. Se, porém, as circunstâncias exigem, mostra-se guerreiro e ativo na defesa da soberania e do Território nacional; nos períodos de paz, que felizmente são os predominantes, põe-se a serviço das comunidades e do desenvolvimento nacional, a justificar o *slogan* “Braço forte, mão amiga”.

Pela relevância da sua missão em numerosos setores da sociedade brasileira, as atividades do Exército sempre atraem o interesse dos meios de divulgação e, por consequência, dos políticos. Não raro é destacado em interpretações mal formuladas, prontamente esclarecidas, que só ampliam o prestígio e a respeitabilidade que goza junto à população.

Nesta justa homenagem que prestamos ao Exército Brasileiro, pelo transcurso de sua data comemorativa, quero cumprimentar as autoridades militares e todos aqueles que integram essa Arma das Forças Armadas, formulando votos para que continuem prestando seus excelentes serviços à Nação e ao povo brasileiro, em tempos de guerra ou de paz.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmº Sr. Waldir Pires, Ministro da Defesa; Exmº Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército Brasileiro; Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Exmº Sr. Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exmºs Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático; Exmºs Srºs e Srs. Senadores; Srºs e Srs. Deputados; Exmº Sr. Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Francisco Peçanha Martins; Exmºs Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; Srs. Procuradores-Gerais da República; Srs. Oficiais e demais representantes das Forças Armadas; senhoras e senhores, quem fala por

último ou depois de alguns oradores corre o risco de repetir algumas palavras, algumas frases, mas nunca é demais repetir os bons feitos do Exército Brasileiro e das nossas Forças Armadas.

Na condição de Líder do PMDB nesta Casa, não poderia deixar de subir a esta tribuna para, em nome do maior Partido do Brasil, render as devidas homenagens a essa gloriosa instituição que é o Exército Brasileiro.

Não seria possível, neste breve espaço de tempo de que disponho, elencar aqui todos os feitos heróicos de nossa Força Terrestre, nem enumerar todos aqueles que, destemidamente, deram suas vidas por nossa Pátria. Contento-me, então, em fazer referência a uma única batalha, Guararapes, e a um único homem, Caxias, que simbolizam, ainda hoje, a essência do Exército Brasileiro.

Em Guararapes, naquele longínquo 19 de abril de 1648, pela primeira vez, brancos, negros e índios, encarnando a alma nacional e unidos em combate contra os invasores holandeses, forjaram as bases do Exército Brasileiro. Surgia, então, o sentimento de brasiliade que, posteriormente, iria nutrir os corações e as mentes dos colonos com o desejo de liberdade, imortalizado por D. Pedro I, às margens do Ipiranga, ao bradar: "Independência ou morte!"

Durante todo o período imperial que se seguiu, coube ao Exército – e de modo muito particular a Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias – evitar todas as tentativas de fragmentação territorial e social de nosso País, legando-nos terras de dimensões continentais e de incontáveis riquezas.

Caxias desempenhou, também, papel fundamental no maior conflito externo em que o Brasil se viu envolvido. Devido à sua hábil liderança, fomos capazes de obter a vitória na sangrenta Guerra do Paraguai. O Duque de Caxias, patrono do Exército, nos lega, sobretudo, uma lição para o futuro: nunca humilhar o adversário, sempre tratá-lo com respeito e humanidade.

Também na Proclamação da República, o Exército Brasileiro se fez presente e fundamental: graças à ação de nossa Força Terrestre, não apenas derrubamos o regime monárquico – fonte de injustificáveis e nefastos privilégios – como também lançamos as bases de nossa democracia, hoje plenamente consolidada. Muito devemos a Guararapes! Muito devemos a Caxias! O sentimento de brasiliade e o heroísmo que os animaram, bem como a todos aqueles que combateram em nossa Força Terrestre, foram fundamentais para a formação da identidade nacional e para o surgimento do que hoje chamamos de "Pátria amada, Brasil"!

Muito devemos, pois, ao Exército Brasileiro!

Hoje o Exército nos brinda com exemplos dignificantes e meritórios, guarnecedo nossas fronteiras, engajando-se em campanhas sociais, levando alimentos e remédios aos mais longínquos rincões deste País e integrando a Força de Paz das Nações Unidas, em missões de caráter humanitário, como a do Haiti e a do Timor Leste, recentemente.

Particularmente, como representante de Rondônia – um Estado amazônico – nesta Casa, sinto-me no dever de mencionar, ainda que brevemente, a atuação de nosso Exército na região amazônica.

Tudo na Amazônia é imenso: as florestas, os rios, as riquezas minerais. São 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que abrigam a maior diversidade do Planeta.

Desde o século XVII, o Exército Brasileiro enfrenta, corajosamente, o desafio de desbravar, ocupar e guarnecer esse gigantesco Território.

Quero destacar também a atuação brilhante da Marinha do Brasil, da Aeronáutica, que trabalham sempre em conjunto com o Exército. São as três Forças do nosso País.

Nessa hercúlea tarefa, destacaram-se nomes de relevo como o de Francisco Caldeira Castelo Branco, fundador do Forte do Presépio, hoje Belém do Pará; como o de Pedro Teixeira, de Raposo Tavares e de Bento Manoel Parente, além do inesquecível Marechal Cândido Mariano Rondon.

Por isso, faço minhas as palavras do General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos que, certa feita, assim se pronunciou: "Árdua é a missão de se desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, de conquistá-la e mantê-la".

Em todos os sentidos, o trabalho do Exército Brasileiro na Amazônia é grandioso: militar e socialmente indispensável!

Ao colaborar com o povoamento de áreas longínquas, o Exército proporciona o mínimo de infra-estrutura até que chegue o desenvolvimento. Esse trabalho silencioso e constante representa uma parcela concreta da colaboração de nossa Força Terrestre para o desenvolvimento da Nação.

Por tudo isso, nada mais adequado para expressar o significado do Exército Brasileiro para o nosso povo do que o lema que o representa: "Braço Forte, Mão Amiga".

Nesta oportunidade, portanto, resta-nos prestar nosso sincero reconhecimento a todos aqueles que, valorosamente, integram os quadros de nossa Força Terrestre, e a quem cumprimento na pessoa de seu Comandante, o General-de-Exército Enzo Martins Peri, que também já serviu na Amazônia.

Gostaria de fazer, ainda, uma menção especial de agradecimento a todos os que, bravamente, deram suas vidas combatendo o nazifacismo nos campos da Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Parabéns, portanto, ao Exército Brasileiro!

Com a vénia de todos, gostaria de parafrasear o General Enzo, em pronunciamento proferido no transcurso das festividades do último dia 19 de abril, desejando que o Exército Brasileiro continue a caminhar, ombro a ombro, com todos nós, no desafio de prosseguir na hercúlea tarefa de buscar a inserção do Brasil, em lugar de destaque, no concerto das Nações, assegurando o desenvolvimento, o bem-estar e a paz social, num regime exemplarmente democrático.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pelo Bloco de Apoio ao Governo.

S. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Exm^o Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires; Exm^os Srs. Comandantes das Forças Armadas Brasileiras, Sr^os e Srs. Senadores, Srs. Oficiais, Srs. Ministros dos Tribunais, demais autoridades, hoje, o Senado da República se reúne para, nos termos do Requerimento nº 134, de 2007, comemorar o Dia do Exército Brasileiro. Estamos, em Sessão Especial, a recordar o já longínquo 19 de abril de 1648. Nas efemérides, o dia da Batalha de Guararapes, a marcar o início da expulsão dos holandeses do Território brasileiro.

Convencionou-se registrar naquele episódio a pedra angular de nossa nacionalidade, pela união heróica de negros, de índios e reinóis que aqui se instalaram em torno de um objetivo comum.

Sempre houve e haverá quem questione essa convenção histórica. Embora certos aspectos episódicos daquele período sejam passíveis de revisão, num ponto não se pode admitir discussão: ali se fincou o alicerce definitivo de nosso sentimento de natividade.

Como sabemos, a morte de Dom Sebastião, o jovem soberano português e cruzado da fé cristã, no verão de 1578, na Batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, levou a um quadro de solução de continuidade da dinastia de Avis, que reinava em Portugal desde 1385.

À ausência de herdeiros diretos, seguiu-se o caos dinástico que só teve fim com a assunção à Coroa Portuguesa, em 1580, de Felipe II, de Espanha, filho de mãe portuguesa e neto de Dom Manuel, o Venturoso. Com Felipe II, de Espanha, e I, de Portugal, iniciava-se a “União Ibérica”, que perduraria até 1640.

A Felipe pouco preocuparia a empreitada colonial brasileira iniciada por seu avô. Tomaria muito mais o seu tempo o pesadelo da manutenção dos seus domínios europeus. Com efeito, já em 1579, as dezessete províncias dos Países Baixos, possessões de seu pai, Carlos V, haviam proclamado a independência, constituindo a União de Utrecht, e, em 1581, abjuraram da soberania espanhola, seguindo-se, então, a guerra de independência.

Entrementes, a comunidade sefardita portuguesa – e a espanhola, que se exilara em Portugal, desde o Decreto de Alhambra, em 1492 –, parte expressiva de uma elite na cultura, na economia, na medicina, na cartografia e na ciência, dava sinais de descontentamento com a perseguição, velada desde 1540, e explícita desde a unificação das coroas.

Por volta de 1596, muitas famílias portuguesas de ascendência judaica, fartas da opressão em Portugal e desejosas de voltar a praticar abertamente a sua religião, rumaram para Amsterdã. Os judeus portugueses desempenhariam um papel importante no desenvolvimento cultural e econômico da incipiente República dos Países Baixos. Desfrutariam ali da liberdade de culto e de expressão, invejáveis para a maioria dos judeus nas restantes partes do mundo.

O Historiador David Landes, em sua conhecida obra “A riqueza e a pobreza das nações”, viu na saída das comunidades judaicas da Península Ibérica no século XVI um fator prejudicial para as sociedades e as economias ibéricas, anunciando o declínio de Portugal e Espanha no concerto das nações, então no auge da sua influência.

Paradoxalmente, o gênio criativo e empreendedor que tanto auxiliara Portugal em seu ciclo imperialista seria, doravante, mobilizado graças a uma ambiência de liberdade em favor do expansionismo econômico, centrado no comércio internacional do açúcar, que tinha como epicentro os portos do delta do rio Reno.

Dessa maneira, é forçoso admitir a dúvida que a muitos assalta e que tão bem Chico Buarque e Rui Guerra registraram, no plano da ficção teatral, em “Calabar – o elogio da traição”: “Não teríamos alcançado melhor destino sob a condução da República Holandesa dos Países Baixos Unidos?” A resposta é negativa, mas, inequivocamente, como na canção, é preciso dizer que “a lição sabemos de cor, só nos resta aprender”. Aprender, com esse período, que só a liberdade proporciona efetivo desenvolvimento, aqui entendido como o somatório de crescimento econômico, social, científico e cultural.

Talvez tenha sido esse pensamento a fonte de inspiração para o então Barão de Caxias quando designado pelo Poder Imperial para a missão de derrotar

a generosa Revolução Liberal de 1842. Sufocado o movimento, Caxias assegurou ao líder maior dos “luzias”, Teófilo Ottoni, a dignidade do ser humano e o direito a um julgamento imparcial. Absolvido das imputações de crime de lesa-majestade, Teófilo Ottoni brilharia, depois, por décadas, na cena política brasileira. A ele dirigiu-se Davi Canabarro para se aconselhar a respeito da continuidade ou não da Revolução Farroupilha. Dele ouviu a lição: “Somos liberais, mas antes de tudo somos brasileiros”! Anos mais tarde, já Senador do Império, instado a manifestar-se sobre a Guerra do Paraguai, o velho luzia preconizava a condução da peleja ao seu antagonista de tempos atrás. “Essa guerra só poderá ser vencida pelo Duque de Caxias!”

Devemos aprender, também, que a liberdade reinante na metrópole não necessariamente assegura as bônus da liberdade nos domínios ultramarinos. Thomas Jefferson registrou isso, com muita propriedade, na Declaração de Independência de 1776.

Se simplesmente tivesse ocorrido a nossa convocação de colônia portuguesa em holandesa, por certo estariam a padecer de percalços institucionais e dificuldades socioeconômicas que, ainda hoje, estão a obstaculizar o pleno desenvolvimento, por exemplo, da Indonésia e do Suriname.

É preciso que se consigne, de toda forma, que a vitória em Guararapes foi a vitória de um movimento nativista. Equivoca-se quem pensa que aquela luta foi conduzida pelos portugueses. A restauração ainda engatinhava, o poder central lusitano ainda não se rearticulava plenamente. Não custa lembrar que, poucos anos antes, no planalto de Piratininga, Amador Bueno fora aclamado pelo povo como “Rei de São Paulo”.

As honras de Guararapes não são atribuídas a D. João IV, o Restaurador, mas a Henrique Dias, Felipe Camarão e Antonio Dias Cardoso, verdadeiros arquétipos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, folga-nos hoje reconhecer o compromisso do Exército Brasileiro, como de resto de nossas Forças Armadas, com o Estado Democrático de Direito que, consoante com nossa Constituição, tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade do ser humano, os valores sociais do trabalho, o da livre iniciativa e o pluralismo político.

Lutamos para que o povo brasileiro, livremente, inscupsisse esses princípios em nosso Estatuto Político Republicano.

Sem liberdade, como já assinalamos, não pode haver desenvolvimento. Queremos a liberdade para, por ela, obter as notórias bônus de um regime de franquias. Esse é o maior interesse estratégico dos brasileiros. Para isso, é preciso considerar que não podemos prescindir, também, de uma política de de-

fesa consistente. Procedia a locução de Eduardo Gomes, repetindo Edmund Burke, quando afirmava que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. Não se mantêm livres e soberanas as comunidades políticas que negligenciam quanto à dimensão da dissuasão estratégica na defesa de seus interesses.

Essa desídia poderá ser prejudicial aos interesses do País no momento da decisão – porque, tecnicamente, a força militar deve ser preparada para a defesa de tais interesses onde eles estiverem ameaçados.

Ora, a implementação de política de defesa consistente e a criação de capacidade dissuasória adequada ao nosso destino e à grandeza do Brasil requerem, necessariamente, o reaparelhamento e treinamento adequados das Forças Armadas do nosso País. Apesar de nossos inarredáveis compromissos constitucionais com a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos, o Brasil não renunciou e jamais poderá renunciar a ter força convencional ágil, profissional e capaz de promover a dissuasão estratégica. Trata-se de condição **sine qua non** para um País que reúne os elementos necessários para tornar-se uma grande liderança regional e para constituir um espaço geopolítico próprio.

Dentro dessa perspectiva, especial ênfase deve ser dada à questão remuneratória das Forças Armadas, pois um Exército profissional tem de ter rendimentos compatíveis com as suas tarefas e responsabilidades, respeitados os limites impostos pelas atuais restrições orçamentárias. Uma política de razoável revisão dos patamares remuneratórios das Forças Armadas não deve ser encarada como um antídoto contra a “cólera das legiões”, como dizia o centurião romano Marcus Flavinius, mas sim como um investimento necessário em soberania nacional.

Ademais, o Governo tem também de se esforçar para assegurar a continuidade de projetos estratégicos da alta relevância para o País, desenvolvidos no âmbito das três Armas, buscando otimizar recursos, revisitar doutrinas e criar sinergias, sobretudo no que pertine ao desenvolvimento tecnológico, sob a coordenação do Ministério da Defesa.

Mas, além de fazer investimentos imprescindíveis no reaparelhamento e reformatação das Forças Armadas e na manutenção de programas de relevância estratégica, é necessário que o Estado não compactue com o desvirtuamento das funções de defesa.

Sabemos que, há muito tempo, pressiona-se para que as forças armadas dos Países latino-americanos se engajem na luta contra o narcotráfico e o crime organizado. O agravamento da violência urbana aumenta o clamor por essa mudança de orientação institucional. Ora, a função precípua das Forças Armadas, determinada constitucionalmente, é a defesa da Pátria,

especialmente de seu Território. A defesa da lei e da ordem, embora admitida constitucionalmente, deve ser encarada como situação excepcional e ancilar, em que paire grave ameaça aos poderes constitucionais e à soberania nacional.

Seguramente, o estamento político haverá de encontrar soluções para o crítico quadro de insegurança pública, especialmente em nossas regiões metropolitanas, que prescindam do envolvimento direto e cotidiano das Forças Armadas.

Há indícios de que o engajamento de alguns exércitos latino-americanos na “guerra contra o narcotráfico” produziu resultados opostos aos esperados e levou a corrupção do “dinheiro sujo” aos praças e ao oficialato.

Na verdade, vêm de longe as pressões para o desvirtuamento da defesa nacional. Ao final do Império, o regime monarquista demandou que os militares fossem usados para conter rebeliões nas senzalas e para buscar escravos fujões, fazendo o papel dos tristemente famosos “capitães-do-mato”. Deodoro da Fonseca encerrou a questão ao afirmar: “Não nos dêem tais ordens porque não as cumpriremos!”

Embora as Forças Armadas também desempenhem as chamadas “missões subsidiárias” de assistência a populações e regiões em situações de vulnerabilidade, é preciso levar em consideração que, por definição, tais missões não podem ter centralidade na defesa nacional.

O Governo Lula – que vem recuperando a soberania nacional mediante uma política externa ousada – tem de complementar esse esforço com uma política de defesa consistente, que permita a construção da dissuasão estratégica. Sem esta dissuasão, a recuperação da soberania será apenas parcial, pois ela não pode basear-se somente na persuasão diplomática.

Para tanto, precisamos de força militar ágil, moderna, bem aparelhada e adequadamente remunerada. Concomitantemente, necessitamos manter os já mencionados projetos estratégicos para a defesa nacional e para o nosso desenvolvimento científico-tecnológico.

Espero, Sr's e Srs. Senadores, que o Congresso Nacional logre avançar na construção de uma “cultura estratégica” que possa contribuir com esse esforço, debatendo com mais profundidade as grandes questões atinentes à soberania e à defesa nacionais.

Ao concluir minha homenagem ao Exército Brasileiro, quero aqui lembrar as sábias palavras de um insuspeito político, cuja carreira foi marcada por contenciosos com a comunidade castrense. Refiro-me a Rui Barbosa, para quem “a fragilidade dos meios de

resistência de um povo acorda nos vizinhos mais benévolos veleidades inopinadas, converte contra ele os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos”.

Saudo o Exército Brasileiro. Parabéns pelo trabalho. Parabéns pelo seu dia.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; Exmº Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires; Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Exmº Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exmºs Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático aqui presentes; Exmºs Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; Exmº Ministro Peçanha Martins, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, quero cumprimentar todas as Sr's Senadoras e todos os Srs. Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Edison Lobão, autor do requerimento desta homenagem muita justa ao Exército Brasileiro. Quero cumprimentar as Sr's Deputadas e os Srs. Deputados presentes na pessoa do Deputado Jair Bolsonaro, capitão do Exército e que representa muito bem o pensamento dessa Força no Congresso Nacional. Cumprimento também todos os demais senhores oficiais aqui presentes e as demais autoridades civis.

Quero começar o meu pronunciamento, Sr. Comandante do Exército, pedindo permissão para homenagear o Exército Brasileiro no meu Estado, que hoje, por coincidência, troca o comando do General-de-Brigada de Infantaria Mário Matheus de Paula Madureira, que passa o comando da 1ª Brigada de Infantaria ao General-de-Brigada Eliéser Girão Monteiro Filho, que inclusive já serviu no meu Estado em outras missões e prestou-nos um grande serviço.

Como disse o Senador Valdir Raupp, falar depois de alguns oradores brilhantes como os que me antecederam é difícil, porque sobra muito pouco para dizer. Porém, o Exército Brasileiro, com certeza, merece que não só se repitam muitos dos feitos para que as gerações atuais, principalmente, tomem deles conhecimento, mas também que nós destaquemos alguns pontos.

Como eu disse no início, homenageio exatamente o Exército Brasileiro em Roraima, Estado do extremo norte, o Estado mais ao norte do País. Embora ain-

da hoje as redes de televisão nacional, os grandes veículos de comunicação digam que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí, sabemos que não é: o Brasil vai do Monte Caburaí, lá no Estado de Roraima, ao Chuí. Portanto, até rima: do Caburaí ao Chuí – e não mais do Oiapoque.

O Exército Brasileiro está lá, em Roraima, há muito tempo. E quero justamente pegar esses pontos para falar do nosso Exército.

Primeiro, o Exército Brasileiro e a unidade nacional.

Vivemos um momento, no mundo todo, mais notadamente nos Países da América do Sul – portanto, nos Países emergentes ou subdesenvolvidos -, em que o sentido de nacionalidade está muito fragilizado. A globalização leva até as nossas crianças a pensarem internacionalmente.

O grande movimento internacional é de quebra de fronteiras. Na verdade, de quebra do sentimento de nacionalidade. E, nesse particular, quero frisar aqui a importância de reavivarmos esse sentimento, principalmente o sentimento da unidade nacional. E, nesse sentido, após a Independência, em 1822, a atuação do Exército Brasileiro internamente foi decisiva para derrotar as tentativas de fragmentação territorial e social do País. A manutenção da unidade nacional, penosamente legada por nossos antepassados, é decorrente das suas ações, em particular, da atuação do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro.

Desse modo, ontem, como hoje, prevaleceu a necessidade de segurança e de integração nacionais, reflexo da vontade soberana do povo, expressa como ideal intangível nas Constituições brasileiras de todos os tempos. Essa é a principal missão das Forças Armadas e, portanto, do Exército Brasileiro.

Outro papel fundamental: integração nacional, que não vamos confundir com unidade nacional. Eu, como homem nascido na Amazônia, conheço-a porque vivo lá e estudo a Amazônia de perto. Se hoje existe, mesmo frágil, a integração nacional na Amazônia, deve-se exatamente às Forças Armadas, ao Exército e, notadamente, à Aeronáutica. A Marinha também tem o seu papel; embora os rios de lá não sejam todos navegáveis, a Marinha também está presente; mas o papel do Exército e o da Aeronáutica foram fundamentais.

Nesse particular da integração nacional, a obra ciclópica do Marechal Rondon, interligando os sertões interiores aos grandes centros, reconhecida internacionalmente como conquista da humanidade, marcou o início do século XX. Rondon desbravou mais de 50 mil quilômetros de sertão e estendeu mais de 2 mil quilômetros de fios de cobre pelas regiões do País,

ligando as mais longínquas paragens brasileiras pela comunicação do telégrafo.

Como indigenista, pacificou tribos, estudou os usos e costumes dos habitantes dos lugares percorridos, participou da criação de medidas legais de proteção aos silvícolas. Por coincidência, 19 de abril também é o Dia do Índio. E é importante aqui frisar alguns pontos, já que hoje há um movimento muito forte – desvirtuado, no meu entender – em torno da questão indigenista. Ora, a política indigenista no País é a política de demarcar extensas terras para reservas indígenas; e pior, Comandante: na linha de fronteira. Não é nem na faixa de fronteira: é na linha de fronteira. Quero citar aqui, inclusive, um exemplo: no meu Estado, agora se demarcou a reserva Raposa Serra do Sol com 1,7 milhão de hectares, numa fronteira litigiosa com a Venezuela e a Guiana. É um verdadeiro escárnio à Nação o que foi feito, mas está demarcada. Vamos discutir na Justiça.

Em 7 de setembro de 1910, Rondon foi nomeado diretor da Fundação do Serviço de Proteção aos Índios, precursora da atual Fundação Nacional do Índio, em face do muito que já realizara e da estatura moral e intelectual patenteada em sua carreira.

Também quero registrar que lá, na Raposa Serra do Sol, há uma índia que ainda tem uma espada que foi doada ao marido dela pelo Marechal Rondon quando por lá passou. Essa é uma semente da bravura que foi plantada e que hoje está um pouco adormecida.

O ponto mais importante para mim – desculpem-me todos os brasileiros – é realmente a presença do Exército na Amazônia e nas fronteiras. Nesse particular, a Amazônia tem sido objeto de muita controvérsia na imprensa mundial. Essa região é detentora de exuberante fauna e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas – não obstante a grande propaganda de devastação e de um monte de coisas, na verdade estão intocadas –, e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do universo. Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é, já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se, portanto, a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e de articulá-la com os nossos vizinhos também depositários desse patrimônio, que é a grande Pan-Amazônia.

Esse é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia – aliás, tema da Campanha da Fraternidade da própria Igreja Católica. Então, a Amazônia deve, sim, ser o grande tema nacional, deve estar com prioridade na agenda nacional.

Lembro-me da primeira campanha do Presidente Lula, quando ele disse, no seu programa de trabalho, que era chegado o tempo de dar um basta, de se dizer o que não se pode fazer na Amazônia, mas passar a dizer o que se pode fazer pelo desenvolvimento da Amazônia. E isso ainda está por fazer.

O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVI, vem ampliando o seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais garantidores da presença brasileira e da nossa soberania. Colaborando com o povoamento em áreas longínquas, proporcionando um mínimo de infra-estrutura até que chegue o desenvolvimento, fornecendo serviços básicos, esse trabalho silencioso é a parcela concreta de colaboração do Exército no desenvolvimento nacional.

A presença marcante do nosso Exército nesses longínquos rincões vai muito além da defesa territorial e do patrimônio nacional. Os militares levam segurança, assistência médica e odontológica, educação, socorro emergencial e solidariedade às populações ribeirinhas e comunidades isoladas. Enfim, leva cidadania a essa parcela desassistida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, na fase final do meu pronunciamento, eu queria primeiro dizer que tenho um projeto aprovado aqui no Senado – está na Câmara –, autorizando o Poder Executivo a criar um colégio militar na capital de Roraima, em Boa Vista. O Relator, Senador Tião Viana, aproveitou a carona e botou um colégio militar também para Rio Branco, no Acre. Justíssimo. Acho, Comandante, que deveria ser olhada, com muito carinho, não só a presença dos oficiais na Amazônia, mas a formação do militar na Amazônia. Hoje, só temos uma unidade escolar do Exército em Manaus. Então, precisamos expandir e botar, lá no extremo norte, um colégio militar. O Senado já fez a sua parte, aprovando o projeto.

Finalmente, como médico, quero aqui dar um testemunho da missão humanitária dos militares. Se olharmos, na verdade, todo o Brasil, notadamente a Amazônia, faltam hospitais, médicos, remédios, escolas. Na ausência do Poder Público, muitas vezes, resta o Exército. Milagre da multiplicação, seis quartéis vigiam imensidões nos confins do Amazonas.

Esta matéria foi publicada no jornal *Gazeta Mercantil*:

A esse pequeno contingente, menos de mil cidadãos fardados, cumpre manter incorporada ao mapa do Brasil a região da Cabeça do Cachorro [para entender melhor, pois muitos brasileiros não entendem, é uma ponta do Brasil que está no Estado do Amazonas, en-

trando na Colômbia, e tem realmente, no mapa, a aparência da cabeça do cachorro], uma vastidão territorial nas vizinhanças da Colômbia e da Venezuela. Caso se limitassem à vigilância das fronteiras, já seriam poucos. Mas os homens e mulheres do 5º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) cuidam de muito mais.

O Ibama mantém na região dois funcionários. Crachás do Incra e da Funai aparecem por ali com uma periodicidade de cometas. A Polícia Federal anda ocupada demais com metrópoles conflagradas [e pouco aparece]. Poucas de sobressaltos, quadrilhas internacionais usam o transporte fluvial para enriquecer com o tráfico de drogas. Faltam hospitais, médicos, remédios, escolas. [Por isso, a única presença do Estado é o Exército.]

Mas não é diferente lá no meu Estado também. Em Surucucus, onde estão os índios ianomâmis, qual órgão federal presente de fato? O Exército. A própria Funai vai ali de vez em quando. Então, é preciso que todos os brasileiros tenham a consciência da importância do Exército.

Na geração atual, infelizmente, tirou-se do currículo escolar noções de nacionalidade, de cidadania. Digo porque tenho um neto de onze anos. O que é que ele vê? Ele vê a Internet toda hora, vê filmes globalizados. E pouco se fala de Brasil.

E é por isso que, se todos os brasileiros têm realmente amor pelo Brasil, eu quero dizer: vamos olhar para esta parcela do Brasil que representa 60% do Território nacional, que é a Amazônia. E a Amazônia deve muito às Forças Armadas como um todo, mas muito em especial ao Exército Brasileiro.

Peço permissão dos Colegas que me antecederam – como o Senador Valdir Raupp e Sibá Machado, que são também da Amazônia, e o próprio Senador Edison Lobão, que é da Amazônia Legal e tem o privilégio de ser de um Estado que tem parte pertencente à Amazônia Legal e outra parte pertencente ao Nordeste – para, em nome da Amazônia, homenagear o Exército Brasileiro. Peço também que avancemos mais, que estejamos mais presentes. Achar que a cobiça internacional sobre a Amazônia, achar que o projeto de internacionalização da Amazônia é paranóia é só para quem não se preocupa realmente com o futuro deste País como uma unidade só, com um povo só e com um pensamento só, que é trabalhar pelo futuro das próximas gerações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao nosso Exmº Sr. Senador Francisco Dornelles.

S. Exª dispõe de dez minutos para a sua intervenção.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, eu gostaria inicialmente de cumprimentar o Ministro do Exército e, também, o Ministro da Defesa, Waldir Pires, por quem tenho o maior respeito e admiração, ao lado de quem participei de vários trabalhos e movimentos na criação da Nova República, ao lado de quem estive no Ministério do Presidente José Sarney e testemunhei a competência como S. Ex^a conduziu os trabalhos no Ministério da Previdência, tendo conseguido o milagre de, em um ano, eliminar um déficit que ninguém acreditava que pudesse ser eliminado. Meus cumprimentos e meu respeito e admiração a V. Ex^a, Sr. Ministro.

Exmº Sr. Ministro Comandante do Exército, Enzo Martins Peri; Exmº Sr. Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Exmº Sr. Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, na pessoa do meu querido amigo, Senador Edison Lobão, faço uma saudação aos Senadores presentes, e, na pessoa do Deputado Jair Bolsonaro, do meu Partido e do meu Estado, cumprimento os Deputados presentes.

Sr. Presidente, passei parte dos meus primeiros catorze anos praticamente ao lado, na vizinhança do 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei e do 2º Regimento de Infantaria na Vila Militar. De lá, saí só para o Colégio Militar.

De modo que, no dia em que participo da solenidade de comemoração do Dia do Exército, tenho um reencontro com a minha infância e com a minha família.

Sr. Presidente, as Forças Armadas – o Exército – têm como patrimônio a dignidade e a honorabilidade. Ainda sem avançar muito na história, as Forças Armadas tiveram um papel preponderante, no comando do País, no processo decisório do Brasil, no período de 1937 a 1945 e de 1964 a 1983. Participaram com grande força dos processos decisórios. Como todos aqueles que estão na administração, receberam elogios e críticas, mas, entre essas críticas, nunca, em nenhum momento, foi levantada qualquer dúvida sobre a dignidade e a honorabilidade dos integrantes das Forças Armadas e de seus oficiais-generais. Portanto, dignidade e honorabilidade são um patrimônio enorme das nossas Forças Armadas, representado pela atuação daqueles que comandaram todos os processos decisórios do País e deles participaram.

Sr. Presidente, em 19 de abril de 1648, na epopéia dos Guararapes, nascia o Exército Brasileiro.

Brancos, negros e índios, verdadeiros representantes de nosso povo, irmanados por uma mesma crença, defenderam a Pátria e expulsaram o invasor holandês de nosso Território.

Surgido de um modo praticamente espontâneo, mas inadiável em face daquela conjuntura histórica, o Exército cresceu e se firmou no seio da Nação brasileira.

Destacou-se no processo de Independência, ao preservar eficientemente a unidade de nosso Território.

Na Guerra da Tríplice Aliança, lutou com bravura para manter-nos imunes à cobiça internacional. Participou com destaque da Proclamação da República e da Consolidação da República, atendendo ao clamor da sociedade por mudanças na organização política do País. Cobriu-se de glórias na Segunda Guerra Mundial, combatendo, na Campanha da Itália, tropas aguerridas e experientes.

As vitórias conquistadas pela Força Expedicionária Brasileira na defesa dos ideais da liberdade, em Montese, em Monte Castello, entre várias outras, estão gravadas em letras de sangue na História Militar Brasileira.

É também da maior relevância a participação do Exército em diversas operações de paz. Para cumprir sua missão da mais alta responsabilidade, o Exército não poderia se descuidar da preparação de seus recursos humanos. Assim é que dedica especial atenção às suas escolas da linha bélica, como a famosa Academia Militar de Agulhas Negras, berço da oficialidade; a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, dedicada integralmente à preparação do jovem capitão; e a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, escola de mais alto nível da instituição, responsável pela preparação dos futuros chefes militares.

Sr. Presidente, cabe destacar, que todas essas escolas estão localizadas, Senador Marcelo Crivella, no nosso Estado, Rio de Janeiro, onde também se situa o Instituto Militar de Engenharia, o conhecido IME.

Essa escola de linha técnica contribui de maneira marcante para o desenvolvimento do País, pois os profissionais nela formados são responsáveis, entre tantos outros, por trabalhos que incluem a construção e a conservação de estradas, de ferrovias, de pontes, de viadutos, de túneis, de aeroportos, de açudes e de poços artesianos, além de mapeamento e demarcação de áreas.

O Rio de Janeiro acolhe também as Escolas de Material Bélico, de Comunicação e de Instrução Especializada. Esta última tem, entre suas atribuições, a de formar sargentos em várias especialidades, representando esses militares um importante elo entre o comando e a tropa.

Modernização, profissionalização e desenvolvimento constante do nível de capacidade operacional

são metas permanentes de nosso Exército, distribuindo-se em objetivos de curto, médio e longo prazo.

Para avançar continuamente no cumprimento dessas metas, o Exército tem enfrentado e superado os mais diversos óbices, com destaque para aqueles relacionados às enormes, às imensas restrições orçamentárias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Exército, instituição fundamental na consolidação da nacionalidade, mantém-se empenhado em servir ao País, oferecendo seus préstimos em muitas áreas relevantes.

Já há algum tempo, tem cooperado com os órgãos que cuidam da preservação ambiental, fornecendo o apoio logístico necessário para as atividades de fiscalização.

Fundamental é, como sabem todos, sua participação na guarda de nossas fronteiras, de Norte a Sul do País; não importa discutir se é em Monte Caburaí ou no Oiapoque o ponto mais setentrional brasileiro, pois tanto em um como em outro se faz presente o Exército Brasileiro.

Por tudo isso, nós temos muito a comemorar no dia 19 de abril, o dia do nosso Exército.

Um Exército que, no alvorecer do século XXI, mantém bem viva a chama que fez nascer, em 1648, a luta contra a ocupação daqueles que ousaram, um dia, pisar em solo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, que dispõe de até dez minutos para a sua intervenção.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, querido amigo Renan Calheiros, que preside esta sessão, Exmº Sr. Waldir Pires, Ministro da Defesa; Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; General-de-Exército Enzo Martins Peri, que praticamente é o homenageado do verde-oliva no dia de hoje em virtude de comandar o Exército Brasileiro; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, ilustre Comandante da Força Aérea Brasileira; Srs. Embaixadores e representantes do corpo diplomático; Ministro Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça, que aqui cumprimento em nome de todos os membros do Poder Judiciário; Sr^{as} e Srs. Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, Sub-Procuradores da República, Srs. Oficiais Superiores e membros das Forças Armadas, senhoras e senhores, eu pediria licença a V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, e, com muita humildade, ao Ministro Waldir Pires, para iniciar minhas palavras fazendo um apelo.

Todos nós, quando recebemos uma missão – isso eu aprendi no CPOR –, temos de pegar o azimute, a orientação, e lutar para chegar ao fim e cumprir a missão.

Eu recebi, do Senado Federal, a missão de ser o Relator da Medida Provisória nº 2215, de 2002 – portanto, no outro mandato. Já estou, graças ao povo de São Paulo, no meu segundo mandato. O apelo que eu faço é para que o Congresso discuta essa medida provisória, porque ela entrou em vigor com a sua edição. (Pausa.)

Desculpem-me, mas o telefone sempre tem de tocar na hora errada. Esqueci-me de desligar. É como com o apito, quando o sargento chama a atenção do aluno. Ele toca o apito e manda o aluno se enquadrar.

Mas eu estava pensando se era ético ou não fazer esse apelo na hora em que se comemora o aniversário do Exército Brasileiro. Como V. Ex^a, Ministro Waldir Pires, ocupa, do meu ponto de vista, o lugar mais importante da República, que é o Ministério da Defesa, eu não teria escrúpulos de fazer este apelo a V. Ex^a e ao Presidente Renan. É uma Medida Provisória que teve mais de 800 emendas. E houve uma discussão imensa. Fiz algumas delas, umas aceitas e outras vetadas. Ela está na prateleira das antigas medidas provisórias que foram alteradas com o projeto novo que hoje orienta a discussão das medidas provisórias. Eu deixo esse registro aqui, pois a gente não sabe que tempo de vida teremos. Eu gostaria de estar vivo para ver resolvido esse assunto, porque há muitos oficiais, principalmente os que foram para a reserva, que tiveram corte do tempo de serviço, um pouco defasado daqueles objetivos que desejavam. Então, acho que isso tem uma importância vital para o corpo interno das Forças Armadas. Há uma grande preocupação na sociedade: que as Forças Armadas possam colaborar, conforme disse o Senador Edison Lobão, autor desta homenagem, meu companheiro de Partido e meu amigo, e outros Senadores que aqui se ocuparam. A sociedade quer as Forças Armadas e o Exército nas ruas para combater a criminalidade. Às vezes, critico isso por uma razão muito apegada às atividades que tive durante cinqüenta anos na polícia, dez praticamente na Polícia Federal e sempre trabalhando com as Forças Armadas nas regiões mais inóspitas do País. E eles têm uma linha de conduta diferenciada do que fazer com o policiamento urbano, o policiamento de rua. É difícil o emprego da força armada, a não ser em uma área conturbada em que o Governador não tem mais a capacidade de agir. Então, por estar numa área conflagrada exige-se a presença das Forças Armadas, porque ela tem que ocupar o espaço para combater e relaxar o inimigo comum que é a criminalidade organizada. Temos que pensar no público interno também.

É difícil eu ler um discurso aqui, Sr. Presidente Edison Lobão, porque a história ninguém a modifica, pode deturpá-la. Então, os fatos que eu relato aqui já foram ditos por todos que me antecederam. Seria repetitivo, muita gente poderia chatear-se. Assim, vou pedir a V. Ex^a permita que ele seja publicado.

Quando o Senador Mozarildo Cavalcante falou da Amazônia, eu me lembrei de que trabalhei muito com as Forças Armadas na Amazônia. É claro que os Pelotões de Fronteira fazem uma presença física. A ocupação e a unificação da Pátria brasileira se devem às Forças Armadas. A Marinha tem missões lá importantes, principalmente a assistência social. Quando há doenças, em regiões de difícil acesso, existe a presença do corpo médico, há o navio-hospital da Marinha, que leva assistência às comunidades. Eu vi o navio. Quando havia alguma doença grave, o que ocorre permanentemente naquela região, o navio da Marinha estava lá para cuidar dos doentes da região. E as operações são feitas, acompanhadas de médicos, de enfermeiros, de dentistas para ajudar a população. Quando fui Diretor da Polícia Federal, tive a vontade – e o fiz –, imitando as Forças Armadas, de atender comunidades indígenas. Num dia, Ministro, o dentista me disse o seguinte: “Não agüento mais: tive que extraí 80 dentes sisos das comunidades indígenas. O meu braço não agüenta mais.”

Então, assistência médica, assistência social normalmente é levada pelas Forças Armadas.

Os Pelotões de Fronteira é algo maravilhoso. Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a fez uma referência correta, porque, quando se criou o Calha Norte, os Pelotões de Fronteira, surgiram os pavilhões de ocupação de terceiros, que estão sempre vazios e, muitas vezes, serviram de abrigo para que os policiais pudessem exercer as suas atividades com o apoio do Exército Brasileiro.

O Exército não pode participar de ação policial, mas o General Leônidas Pires, na época em que era Ministro do Exército, baixou uma norma, e creio que vinga até hoje, em referência ao apoio em armamentos leves, de inteligência e de acompanhamento, quando necessário, das forças policiais no combate ao crime organizado, que é permanente nas fronteiras brasileiras. Isso é algo nobre.

Lembro-me, há poucos anos, quando estava no início do meu mandato, da discussão sobre o Orçamento. Para a manutenção do Calha Norte, não havia nada. A Aeronáutica tinha a missão de recuperar e asfaltar pistas para viabilizar a construção dos Pelotões de Fronteira, pois o acesso era difícil. A Marinha não conseguia passar pelos rios, devido às cachoeiras que lá se encontram. Era preciso carregar o barco e a mudança nas costas por longos trechos.

São coisas tão importantes para o País que, quando se fala em modernização, reestruturação das Forças Armadas, é uma necessidade nacional. Vi a nota que V. Ex^a, Comandante, leu no último dia 19, e as palavras do Ministro sobre a importância do reaparelhamento. V. Ex^a cobrou promessas antigas de recuperação. Lembro-me ainda quando havia o Projeto 2000, se não me engano, de recompor as Forças Armadas, e as guerras impediram o prosseguimento de reformulação, mas hoje está aí o General Heleno, meu amigo, que teve de usar equipamentos antigos para patrulhamento no Haiti. E li com muita satisfação a possibilidade de se substituir os carros leves de combate por outros mais modernos, com mais capacidade de mobilidade e de combate ao crime organizado que traz muito sofrimento àquele País.

Tive a liberdade de, juntamente com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, constituir uma subcomissão para a luta de reaparelhamento das Forças Armadas. É claro que vai ser constituída. Já foi aprovada. Está esperando a designação dos membros. E tenho certeza de que os Srs. Comandantes das três Forças e o Ministro não colocarão nenhuma oposição para discutir conosco o que o Congresso pode e deve fazer para que isso realmente aconteça. E há vontade política transmitida pelo Ministro, que deve ser a palavra do Presidente, que deseja – e o Presidente também falou que deseja recompor e reaparelhar as Forças Armadas –, tenhamos uma força em boas condições.

V. Ex^a comandou a Amazônia. Um dia, eu estava na Amazônia quando V. Ex^a fez uma exposição sobre as Forças Armadas. E quando aqui se falou em Cabeça do Cachorro, lembrei-me de que estive lá. Estive em todos os Pelotões de Fronteira, só não fui no último que foi construído porque o Ibama não queria deixar fazê-lo. Então, ficou uma luta ali, porque achavam que era a linha de fronteira, de terras indígenas e não queriam deixar fazer o pelotão, que era na fronteira da Venezuela. Quem sabe um dia V. Ex^a me leva lá. Eu gostaria de conhecê-lo.

Fico emocionado, pois passa um filme da história na nossa cabeça. Só tem conhecimento da história quem dela participa. Ninguém consegue escrever a história fora do fato que teve a felicidade de presenciar.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Passou meu tempo?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, eu pedi um aparte a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Estou inscrito para falar pela Liderança do Governo, mas resolvi apartear V. Ex^a, pela carga emocional que V. Ex^a dá a seu discurso. Saúdo o Ministro Waldir Pires; o Comandante do Exército, General Enzo Martins; o Comandante da Aeronáutica; e o Comandante da Marinha e registro, em nome da Liderança do Governo, o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa confiança nas Forças Armadas, em especial na comemoração do Dia do Exército. V. Ex^a estava falando do papel do Exército na Amazônia e rememorando o período de implantação do Calha Norte e toda a ação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a fez parte quando era Presidente da Funai.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Eu era Presidente da Funai e fui um dos defensores, no Governo do Presidente Sarney; e V. Ex^a, na Polícia Federal. Nós rodamos toda a Amazônia, implantando os Pelotões de Fronteira, que hoje são uma realidade importante na defesa da região. Mostrava que estava correta aquela ação proposta pelo Estado Maior, pelo Conselho de Segurança Nacional e todos os segmentos. Nós somos da Amazônia e, reiteradas vezes, temos reafirmado a importância das Forças Armadas para a nossa região, não só para a defesa, mas para o apoio. Quem vive na Amazônia sabe da importância do Exército Brasileiro, da Aeronáutica e da Marinha naquela região. É importante o reaparelhamento das Forças Armadas; é importante o fortalecimento do papel não só de fiscalização, mas de indução do desenvolvimento e do aumento da cidadania. É muito importante que a presença do País seja feita de forma uniforme e marcante na região. Sem dúvida nenhuma, as Forças Armadas têm um papel importante quanto a isso. Então, em rápidas palavras, para não tomar o tempo de V. Ex^a, eu queria me associar a esta comemoração, a todos os discursos aqui feitos. Registro que o Exército Brasileiro, em nosso Estado de Roraima, tem um papel extremamente importante, General. Nós somos muito gratos e reconhecidos à ação toda realizada. Hoje haverá a troca de comando. O General Madureira entregará ao General Monteiro o comando da Brigada. E, sem dúvida nenhuma, para nós é muito importante e muito satisfatório poder falar do Exército Brasileiro e das Forças Armadas. Então, quero agradecer ao Senador Romeu Tuma a oportunidade de dar este aparte. E gostaria de pedir ao Senador Renan Calheiros que desse como lido o meu discurso, preparado para homenagear o Exército Brasileiro. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a poderia me dar um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

Mas lembro que a demarcação das linhas de fronteira é feita pelo Exército, na Venezuela, com helicóptero. Havia um detalhe terrivelmente antagônico: era difícil a demarcação e os marcos eram roubados. O Exército, calmamente, sem reagir, recompunha a nossa fronteira por meio da demarcação. A unidade nacional deve-se a isto: a sua presença desde o nascimento da Nação brasileira.

A história de Rondon e de outros está em meu discurso, porque o Exército deu-me alguns dados, é claro. E a história repete-se; ela não se transforma, e nem se consegue deturpá-la.

Quero agradecer ao Senador José Agripino por ter me indicado. Tenho-lhe um respeito enorme. S. Ex^a é um dos grandes líderes desta Casa. Fico imensamente agradecido por ter me indicado aqui.

Ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Romeu Tuma, pela Liderança do PSDB falará, para muita honra minha e da Bancada, o Senador Marconi Perillo. Por isso, aparteio V. Ex^a, saudando o Ministro da Defesa, Dr. Waldir Pires, o Comandante do Exército, Enzo Martins Peri, e, pela sua pessoa, homenageando os demais integrantes da Mesa, portanto os demais chefes militares, e, claro, o Presidente Renan Calheiros e o meu prezado Senador Edison Lobão. Eu escolhi o seu discurso para apartear porque V. Ex^a é um amigo da minha região e é um conhecedor dela; não é um amigo a distância, é um amigo próximo, que conhece os problemas urbanos e os problemas do interior da nossa região. Tenho que falar das três Armas como um todo. Tenho de falar que a Aeronáutica chega aonde o Exército, às vezes, ainda não conseguiu se implantar; que a Marinha cumpre um papel – e já testemunhei isso pessoalmente – de assistência social igualmente relevante; e que o Exército desenvolve uma atitude estratégica de defesa da Amazônia que resumo em alguns pontos. Não sei se o mais aperfeiçoado, mas, com certeza, um dos mais aperfeiçoados centros de antiguerrilha do Planeta, no Cigs, em Manaus, o Comando Militar da Amazônia conta com mais de 20 mil homens vivendo situações dramáticas, como a famosa Cabeça do Cachorro, na fronteira com a Venezuela. Temos uma base militar muito relevante em Tefé, no médio rio Solimões. Temos um contingente expressivo em Tabatinga, na tríplice fronteira Colômbia-Peru-Brasil. Temos, enfim, uma presença forte na hora em que percebo a necessidade essencial de os governos – não estou aqui apequenando, nem olhando para trás, nem olhando

para o lado; estou olhando para frente – aparelharem para valer as Forças Armadas, que vejo destinadas a ter um papel defensivo. Gostaria muito que o Brasil viraesse uma potência militar defensiva. Não tem vocação para ser uma potência militar ofensiva; graças a Deus essa não é nossa destinação. Mas gostaria que fôssemos uma potência militar defensiva sim. Tenho a idéia de que o próprio conceito de segurança nacional mudou. Ele não se resume mais à presença nas fronteiras. Elas têm que ser fechadas energicamente para o tráfico de armas e drogas. O próprio conceito evoluiu, ele está mais largo. Hoje em dia, incluo as componentes tecnológicas, de pesquisa de laboratório, e dou dois exemplos. É muito fácil hoje se fazer biopirataria a partir de um suposto inocente turista que vai caminhar na selva e depois não lava sua roupa. Ele deixa sua roupa impregnada de bactérias, de fungos, de elementos da biodiversidade, e essa sua roupa pode servir, depois, para análises que darão informações essenciais sobre riquezas nossas, brasileiras, que têm de ser exploradas por nós. Talvez isso possa ser evitado. Mas não podemos evitar que um barco, que um navio estrangeiro encha seus tanques de água do rio Solimões, depois leve para um laboratório no exterior e decifre o que tem na nossa água – e nós não estaríamos, talvez, hoje, aparelhados para fazer isso. Não posso evitar isso, mas eu teria de ter os laboratórios para igualmente dominar os segredos da região. Vejo que o conceito de segurança nacional hoje é, sim, a presença física, dura e enérgica, mas é, também, esse compromisso com o investimento, Ministro Waldir Pires, em ciência, em laboratório, em pesquisa, em tecnologia. Não fico vendo o inimigo estrangeiro; vejo que há nacionais bons, aos meus olhos, e nacionais ruins, estrangeiros bons, aos meus olhos, e estrangeiros ruins. Ou seja, espero atitudes objetivas. Mas outro dia denunciei, da tribuna, uma compra misteriosa de terras feita por um sueco, naturalizado britânico, chamado Johan Eliasch. Ele comprou extensões de terra que vão de Itacoatiara, no meu Estado, a Manicoré. Per-guntou-me o Senador Jefferson Péres: “Não seria ele um pirata biológico? Seria ele alguém que quereria o quê? Talvez meramente preservar a região?” Mas, Sr. Presidente, o Sr. Johan Eliasch outro dia explicou o que quer. Ele é um homem muito bem-sucedido, vice-tesoureiro do Partido Conservador Britânico, os *Tories*, e disse que se preocupa muito com o aquecimento global, que ele já havia detectado tempos atrás, e que não quer a Amazônia devastada – e eu não a quero devastada –, porque não quer que se deteriorem as condições das estações de esqui do mundo porque ele é fabricante dos esquis *Head*. Então ele

quer continuar vendendo esquis. Ora, há razões mais nobres para querermos a Amazônia preservada. Eu estou preocupado com quem mora na região. Eu estou preocupado com o mundo, que depende da nossa ação sobre a Amazônia em relação ao clima. Eu estou preocupado com o desenvolvimento da nossa economia a partir da exploração correta e ecológica da biodiversidade. Eu estou preocupado, sobretudo, com sabermos manter a bandeira brasileira, e vamos saber manter. Para isso, confio plenamente nas três Armas, na sociedade brasileira e na competência dos governos administrando corretamente a Amazônia. Mas, sinceramente, entre os meus motivos para defender a região não estão os esquis do Sr. Johan Eliasch. Outro dia caí numa esparrela: fiz a denúncia de uma matéria que saiu num site chamado Amazônia, e depois era uma campanha publicitária de uma empresa de refrigerantes. Primeiro se criava a idéia de que havia ameaça à soberania nacional na Amazônia, e depois apareceria um guaraná – foi mais ou menos o que eu entendi –, dizendo: Vamos salvar a Amazônia. E eu não me arrependo não. Disseram que paguei um mico, mas eu entendo que não. Para defender a Amazônia, tanto faz que a ameaça seja virtual, portanto inexistente, ou real. Esse é o meu papel de Parlamentar da região, de Parlamentar brasileiro. E o tema é nacional, não é provinciano, não é para ser tratado só por Parlamentar da Amazônia; é um tema de interesse planetário, portanto dos estrangeiros, e é claro que tem que ser um tema de interesse nacional para todos nós. Eu defendo, quando o ataque é virtual, quando o ataque não é virtual; procuro cumprir com o meu dever. Por isso fiz questão de acorrer a esta sessão para prestar a minha homenagem de extrema admiração ao Exército, não a limitando ao Exército – e hoje é o dia dele –, mas estendendo-a, Sr. Ministro, às três Forças, às três Armas, por entender que elas se complementam. Tive que cantar a minha aldeia – como Tolstoi dizia: “Quer ser universal, cante a sua aldeia” – porque compreendo que não há nada mais estratégico hoje que sabermos defender, administrativamente, ecologicamente e científicamente, pelo desenvolvimento e pelas Armas, a Amazônia. Portanto, é essa a contribuição que dou neste aparte a um amazônida honorário, como é o Senador Romeu Tuma, que já pescou mais nos rios da Amazônia que eu – isso é realmente um fato. Homenageio, de maneira sentida, o Exército Brasileiro pelo seu dia e o seu Comandante, General Enzo Peri. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Se o Presidente permitir, ouço o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Serei muito rápido, Sr. Presidente. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a recebeu a delegação do nosso Partido para homenagear o Exército no seu dia e o faz com correção e com substância, dando seqüência à iniciativa tomada pelo nosso companheiro Edison Lobão, que teve a feliz lembrança de apresentar o requerimento para que esta sessão solene acontecesse. Aproveito a oportunidade, General Enzo, para manifestar o meu sentimento muito pessoal com relação às Forças Armadas, ao tempo em que cumprimento o Ministro Waldir Pires; o Almirante Moura Neto, Comandante da Marinha; e o Brigadeiro Saito, Comandante da Aeronáutica. Quero dizer a V. Ex^a, General Enzo Peri, que guardo do Exército a melhor das impressões por experiências vividas. O meu pai foi Governador do Rio Grande do Norte em 1975. Ele tinha sido, antes, Presidente do Ipase, à época em que essa entidade existia. Foi um homem de padrão moral irretocável. Não convivia com a improbidade. Curiosamente, na época em que foi Presidente do Ipase, ele construiu milhares de casas para segurados daquele órgão e adotou uma postura: não construía mediante concorrência; ele as entregava ao Exército, porque confiava no seu padrão moral. Eu sou engenheiro de formação e comecei minha vida profissional construindo estrada e aeroporto. Construí a estrada de Caicó, na fronteira do Rio Grande do Norte com a Paraíba, e lembro-me da convivência sadia que tive com o Batalhão de Engenharia sediado em Caicó. Depois, fui Prefeito de Natal e Governador do Estado, ocasião em que tive uma convivência extremamente sadia com o Batalhão de Engenharia sediado em Natal e, depois, em João Pessoa. Isso me deu a informação do padrão moral das Forças Armadas. O Brigadeiro Juniti Saito, Senador Arthur Virgílio, esteve aqui num depoimento, há quinze dias, creio, e acho que resumiu com uma frase o padrão moral que nós guardamos das Forças Armadas. Ele disse: “Se eu quisesse ficar rico, não tinha ido para a Aeronáutica”. Isso fala por si só. Os Batalhões de Engenharia agregam tecnologia e padrão moral. São referências. Olho V. Ex^as e vejo brasileiros de primeiríssima categoria. Por isso, saí do meu gabinete – estava cheio de compromissos – e vim aqui, de propósito, para homenagear o Exército Brasileiro, as Forças Armadas e o padrão moral que V. Ex^as interpretam, pelo que os cumprimento efusivamente.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só mais uma palavrinha.

Senador Arthur Virgílio, eu tenho lutado muito. Quando se votam projetos em que uma parte, uma pequena percentagem, destina-se à área de ciência e tecnologia, a primeira pergunta que eu faço é o que vai para as Forças Armadas, pois elas desenvolvem pesquisas importantes para o País, as três Forças. Conheço vários trabalhos e a dedicação.

Senador Arthur Virgílio, estive visitando a Amazônia com um grupo de parlamentares. O General-de-Brigada que lá estava nos recebeu no Comando Militar da Amazônia (CMA) e levou cem plantas naturais da Amazônia que eram consideradas, todas elas, medicinais, e ele pedia encarecidamente a instalação por empresas nacionais de laboratórios que pudessem desenvolver os medicamentos de interesse nacional, porque senão ia tudo para fora de nossa fronteira e as patentes seriam registradas do lado de lá. Então, há uma devoção das Forças Armadas clara, que não é só o uso da farda ou só pegar no fuzil e achar que está defendendo o Território Nacional; é criar condições para que o Brasil possa ocupar um lugar digno dentro do concerto das nações.

O Senador José Agripino tocou num ponto importantíssimo: servir às Forças Armadas é vocação – não existe outra explicação –, pelo sacrifício que essa carreira representa desde o colégio militar. Ainda vi em São Paulo, General Peri, uma coisa tão triste que acabou matando um General-de-Divisão, que recebeu a promessa de construir o Colégio Militar de São Paulo.

Ele derrubou o Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado da época, derrubou a PE, derrubou vários quartéis, em uma área enorme, que está lá ainda vazia. Construíram um prédio habitacional e, cada vez que eu passo ali – moro perto –, fico triste, porque o Colégio Militar de São Paulo não saiu.

Por que se luta por um colégio militar, Senador? Porque a qualidade é a melhor do País. Quando um Ministro de Educação deseja fazer modificações – e ontem foram apresentados pelo Presidente Lula alguns objetivos para melhorar a educação brasileira –, eu digo: peça ao diretor de ensino do Exército para explicar como ele consegue essa qualidade nos colégios militares.

Talvez aqui a disciplina tenha valor. Sim, tem valor, mas em razão da cultura que é desenvolvida nas academias e nas escolas superiores do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, não adianta querer chegar ao generalato qualquer oficial superior sem fazer um curso e responder pela qualidade cultural que tem o oficial.

Então, para essa questão o Brasil não precisa de exemplo. Se forem consultadas as diretorias de ensino, aqueles que trabalham nessa área, sem dúvida, Ministro Waldir Pires, V. Ex^a pode ter certeza de que a qualidade vai melhorar. Eu pediria até que V. Ex^a conversasse com o nosso jovem Ministro da Educação, que é um patrício bom – tomo café com S. Ex^a no Clube Sírio, sempre, e conheço a sua vontade de acertar.

Creio que os apartes ilustraram muito o meu pronunciamento e agradeço ao Presidente por ter sido tolerante. Eu não queria ler e acabei falando demais, Sr. Presidente, mas foi com o coração, com a alma e com a certeza de que as nossas Forças Armadas representam cada um de nós. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se buscarmos algo que represente o sentimento nativista gerador deste País belo e gigante, logo encontraremos as nossas Forças Armadas. Se, dentre elas, procurarmos destacar a organização que encarne mais representatividade histórica desse sentimento, surge imediatamente a imagem viva do Exército Brasileiro. E, quando procuramos algo que simbolize fidelidade à soberania e integridade nacionais, avultam novamente as Forças Armadas e, dentre elas, vemos destacar-se o verde-oliva do braço forte e mão amiga de nosso Exército, cujo dia transcorreu na semana passada e o Senado da República comemora hoje.

Todavia, nobres Pares, a celebração do Dia do Exército expôs desta vez outro sentimento que, há tempos, centraliza atenções nas Forças Armadas, sem extravasar os limites da hierarquia e disciplina inerentes a sua existência. Trata-se do desejo de urgente reaparelhamento para continuar cumprindo com toda a eficiência a sua missão constitucional. A mensagem do Comandante da Força, ilustre General Enzo Peri, deixou patente essa necessidade e cobrou do excelentíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento de promessas que, há anos, se repetem enquanto os já parcós recursos bélicos para a segurança da Pátria se esvaem.

Nas palavras do Comandante do Exército proferidas em nome das três Forças dia 19, quinta-feira última, ouvimos um pedido de socorro em substituição às frases de ufanismo que seria normal a data ensejar. Transformaram-se em apelo ao qual o Presidente da República mostrou-se sensível por responder que “o País precisa de Forças Armadas

muito bem equipadas e adestradas”, fato interpretado como sinal de que S. Exa. pretende atender à reivindicação.

Outro indício positivo da disposição presidencial surgiu pela declaração do excelentíssimo Ministro da Defesa, Waldir Pires, de que “agora, a capacidade financeira do País melhorou e cresceu”. Isto depois de afirmar que, anteriormente, “não convinha falar de reequipamento porque não havia recursos”.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre ao Senado da República incentivar, normatizar e fiscalizar o processo de reequipamento, daí porque propus a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Minha proposição foi aprovada em 23 de março do ano passado e permitirá que caminhemos “pari passu” com os chefes militares e os responsáveis pelas áreas governamentais envolvidas no processo. Com a subcomissão, o País dispõe de mais um instrumento para desfazer o atual estágio de sucateamento de suas Forças Armadas, melhorar os investimentos na área e aprofundar discussões para obter amplo conhecimento do problema.

A questão é grave. Sabemos que, a par da queda de investimentos na área, ocorre o avançado e progressivo estágio de sucateamento. Conforme o orçamento do Ministério da Defesa no corrente ano, estão disponibilizados somente 639,5 milhões de reais para a Aeronáutica, 289,4 milhões para a Marinha e 100,2 milhões para o Exército, valores que beiram o ridículo diante do alcance das atribuições dessas Forças e das dimensões do nosso Território, espaço aéreo e mar territorial.

Sabemos também que o plano de reequipamento em exame na Casa Civil da Presidência da República desde o ano passado prevê investimentos de 7,7 bilhões de reais na Aeronáutica até 2012; de 4,3 bilhões na Marinha até 2011; e de 4 bilhões no Exército até 2009. O noticiário de imprensa dá-nos conta, entretanto, de que tal plano está sendo reavaliado, pois não corresponde às reais dimensões do problema. E especialistas advertem que, se o reaparelhamento não for incrementado rapidamente, “o Brasil perderá a liderança sul-americana na área militar em um prazo de dez anos”.

Mesmo para um leigo que examine atentamente aqueles números, esse risco salta à vista. Também fica evidente que só a história de nossas Forças Armadas bastaria para justificar maior preocupação governamental com o assunto, pois, desde Guararapes até as missões de paz a serviço das Nações Unidas, passan-

do pelo heroísmo e aptidão demonstrados na II Guerra Mundial, todos os acontecimentos estão a demonstrar que essas organizações materializam o sentimento pátrio de afirmação nacional. Constituem um sistema de forças insubstituível para proteger o Brasil, preservar sua integridade territorial e garantir as instituições em defesa do nosso povo. Essa é a missão expressa em todas as Constituições brasileiras ao longo do tempo, desde o Império.

Aliás, o Dia do Exército encerra duplo simbolismo. Por um lado, ao comemorar a épica vitória nos montes Guararapes, alcançada frente às tropas holandesas em 19 de abril de 1648, assinala os primórdios de uma organização militar à imagem da sociedade multiracial que lhe deu origem. Por outro, celebra o sentimento nativista que aflorou na gente brasileira a partir do século XVII e conduziu-a à Independência no 7 de Setembro de 1822.

De fato, na histórica batalha em solo pernambucano, vemos a consolidação deste cadiño de raças chamado Brasil. Brancos, índios e negros derrotaram e expulsaram o invasor estrangeiro experiente na arte da guerra. Germinava assim a semente do Exército integrado por elementos de todos os matizes sociais. Foi a primeira materialização organizacional do povo em armas, que lutava pela sobrevivência, conquista e manutenção do seu Território desde o descobrimento do Brasil.

Depois da Independência, todas as tentativas de fragmentação territorial e social do País sucumbiram diante da ação resoluta e irrefreável da Marinha e do Exército. Devemos a manutenção da unidade nacional, penosamente legada por nossos antepassados, particularmente à atuação do Duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro.

Em rápidas pinceladas históricas, devemos lembrar que, na segunda metade do século XIX, o heroísmo do soldado brasileiro destacou-se na Guerra da Tríplice Aliança, no cone sul do Continente. Teve papel decisivo igualmente na Abolição da Escravatura, na Proclamação e na Consolidação da República.

Nesse período imperial particularmente conturbado, nossos militares desempenharam função moderadora idêntica à exercida pelo Imperador na Monarquia. Garantiram, com isso, a sobrevivência das instituições e a unidade nacional, esta robustecida em seguida pela incomparável obra do Marechal Cândido Rondon.

Rondon interligou os sertões aos grandes centros, o que foi reconhecido internacionalmente como uma conquista da humanidade. No início do século XX, desbravou mais de 50 mil quilômetros de sertão e es-

tendeu mais de dois mil quilômetros de fios de cobre por regiões inóspitas e longínquas, premiando-as com a comunicação por telégrafo.

Indigenista de estatura moral e intelectual ímpar, pacificou tribos, estudou usos e costumes indígenas e populares, fomentou a criação de medidas legais destinadas a proteger os silvícolas. Isto o levou, em 7 de setembro de 1910, ao cargo de diretor da Fundação do Serviço de Proteção aos Índios, precursora da atual Fundação Nacional de Assistência ao Índio – FUNAI.

Outras marcantes demonstrações de valor do soldado brasileiro ocorreram durante a II Guerra Mundial depois que, em 1942, o País foi levado à beligerância com as potências do Eixo em consequência do torpedeamento de vários de seus navios mercantes, à vista da costa brasileira, com centenas de vítimas inocentes.

Em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), organizada rapidamente sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, chegou ao teatro de operações europeu. Como Divisão, combateu em solo italiano durante todo o tempo em que permaneceu integrada ao 5º Exército dos Estados Unidos da América. Sofreu mais de 400 baixas por morte em ação, porém, antes do final do conflito, havia feito pelo menos 15 mil prisioneiros e capturado duas divisões inimigas inteiras.

Foi assim que, na Itália, nosso Exército cobriu-se de glória, embora enfrentasse tropas aguerridas e calejadas por anos de campanha. Só as vitórias colhidas em Monte Castelo, Montese e Fornovo já comprovaram a fibra da FEB em ações gravadas com letras de sangue na História Militar brasileira. Nossos pracinhas em nada ficaram a dever aos experientes soldados aliados e ao inimigo traquejado por inúmeras batalhas. Naquela hora difícil, coube à FEB as principais ações bélicas para preservar a dignidade da Pátria, o que realizou com total galhardia.

Pois bem, nosso Exército honra os exemplos legados por Caxias, enquanto se conserva como genuína amostra da sociedade brasileira, devido à própria composição inter-racial. Uma Força Terrestre que desenvolve e pratica doutrina militar autenticamente nacional, gerada na perspectiva de emprego realista e compatível com as demandas futuras.

Sua atividade fim desenvolve-se normalmente no campo, onde as tropas recebem treinamento intensivo. Portanto, a vegetação e os recursos naturais lhes são importantes, na medida em que se mostram fundamentais para as operações. Daí o militar aprender, desde os primeiros dias na caserna, a respeitar e preservar a natureza para mantê-la como sua aliada.

Tais cuidados resultam na ajuda aos órgãos incumbidos da preservação ambiental e traduz-se por acordos e convênios celebrados com o Ibama, polícias especializadas e vários outros setores governamentais, notadamente para proteção e apoio logístico às atividades de fiscalização.

Na Amazônia, o Exército coopera na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional com suporte logístico, assim como de inteligência, comunicações e instrução.

Muito se fez e faz, em benefício da infra-estrutura nacional, graças à participação verde-oliva. Desde os tempos coloniais, a Força Terrestre se fez presente nas fortificações, na cartografia, nos arsenais e em inúmeras atividades subsidiárias de apoio à economia brasileira, principalmente em regiões distantes e inóspitas, onde a iniciativa privada se mostra muito onerosa e, portanto, não atraente. Suas missões incluem construção de estradas, ferrovias, pontes, viadutos, túneis, aeroportos, instalações portuárias, açudes, poços artesianos, tubulações de água e esgoto, além de mapeamentos e demarcações. Tais missões estão definidas na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que regulamenta a cooperação das Forças Armadas com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

Em respeito a essa vocação histórica, o Ministério da Defesa firmou com o Ministério dos Transportes acordos para que engenheiros e máquinas verde-oliva atuem na construção, recuperação e duplicação de rodovias federais, além da fiscalização de serviços executados por empreiteiras civis.

Entre outras obras de vulto, a Engenharia do Exército trabalha atualmente na adequação da capacidade e na restauração da BR101 (Rio Grande do Norte – Corredor Nordeste), bem como nas construções em andamento para implementar o complexo aeroportuário da Grande Natal (Rio Grande do Norte). Prepare-se, enquanto isso, para participar da transposição das águas do Rio São Francisco.

No campo da defesa civil, as ações subsidiárias compreendem, entre outras, a Operação Pipa (distribuição emergencial de água nos municípios do semiárido nordestino e norte de Minas Gerais); a Operação Amazonas (socorro aos municípios mais atingidos pela seca dos rios nos Estados do Amazonas e Pará); e a Operação Enchentes (voltada para as comunidades desabrigadas por enchentes em Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul).

Com alto significado para o desenvolvimento do País, destaca-se ainda a ajuda à Operação Rondon, mediante transporte, alimentação e hospedagem de

universitários participantes do projeto coordenado pelo Ministério da Educação, no Estado do Acre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as Forças Armadas devem estar ajustadas à estatura político-estratégica do País a que servem, considerando-se, dentre outros fatores, a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente.

A persistência de entraves à paz mundial requer a atualização permanente e o reaparelhamento progressivo das nossas organizações bélicas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis.

Na atualidade, quando os interessados em perturbar a paz mundial desconhecem fronteiras, desrespeitam tratados internacionais e empregam quaisquer meios por mais torpes que sejam, os Países desejosos de paz e segurança precisam investir maciça e rapidamente para adequar suas Forças Armadas, em particular quanto aos recursos humanos.

No caso brasileiro, o professor Expedito Bastos, pesquisador de assuntos militares da Universidade Federal de Juiz de Fora, afirma – como se lê no jornal “Valor” de 23 de março último – que, no atual andamento da “modernização”, apenas uma década será suficiente “*para permitir que a Venezuela, o Chile e até mesmo a Colômbia consigam reunir arsenais de armamentos, frotas de caças, navios e submarinos mais poderosos e modernos que o Brasil.*” Ele lembra existir estreita relação entre perda de poder militar e diminuição da influência política brasileira sobre seus vizinhos da América do Sul. Destaca ainda que, entre os Países dispostos a ter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil possui a menor liderança militar para a região que deseja representar. E cita Alemanha, Japão, Índia e África do Sul como pretendentes daquela vaga em futura reforma do Conselho de Segurança da ONU.

No ano passado, a Venezuela encomendou 24 Sukhoi-30 à Rússia para substituir seus antigos caças F-16 americanos. Já recebeu os primeiros aparelhos. Por outro lado, terá de 12 a 16 aeronaves F-5 modernizadas pelo Irã, outro de seus parceiros preferenciais. Adquiriu também helicópteros russos e poderá investir três bilhões de dólares para transformar sua Marinha na mais poderosa da América do Sul. Paralelamente, comprou 100 mil Kalashnikov AK-47 e está instalando uma fábrica para produzir mais desses fuzis, que poderão cair nas mãos de guerrilheiros, do crime organizado e até de movimentos sociais radicais, conforme alerta aquele pesquisador.

O Chile está recebendo caças americanos F-16C Falcon, fragatas inglesas, submarinos franceses e tanques alemães. Por sua vez, em fevereiro último, a Colômbia anunciou compras de 3,6 bilhões de dólares em aeronaves militares e equipamentos técnicos, além do aumento de 38 mil homens nas Forças Armadas.

Devido a tais dados, o ilustre Almirante Mário César Flores, ex-ministro da Marinha, sugeriu que nossa sociedade se aparte do pensamento de que o Brasil não precisa investir no setor, devido à tradição de pacifismo. A comparação feita por ele é concludente, ao destacar que, se cairmos nessa tentação, será *“como desativar o Corpo de Bombeiros na certeza de que não vai haver incêndio”*.

O Brasil vem contribuindo, há muito tempo, com o esforço de organismos internacionais de paz, quer pelo envio de observadores militares desarmados, quer pela inserção de tropas levemente armadas nas áreas conflagradas. Essa participação nacional em missões de paz internacionais vem trazendo crescente prestígio à política externa e ao Exército Brasileiro, com aumento de projeção no cenário mundial. Além de representar o cumprimento de obrigações assumidas pelo País, as missões de paz no Exterior vêm contribuindo para estreitar relações com Países de particular interesse para a política externa brasileira.

No Haiti, a destacada atuação militar brasileira é internacionalmente reconhecida como decisiva contribuição para o soerguimento pacífico daquela nação caribenha. A peculiar maneira de agir dos oficiais e praças brasileiros, unindo operações militares com assistência humanitária, tem obtido sucesso junto ao povo haitiano e o reconhecimento das Nações Unidas, a ponto de a ONU, devido à maneira inédita de atuação, estar reavaliando sua própria doutrina de emprego das forças de paz.

Mas, nobres Pares, é na Amazônia que se observa o quanto de estoicismo e eficiência existe nas ações verde-oliva. Região altamente estratégica e das mais cobiçadas internacionalmente, somente a presença de um Exército forjado para a luta na selva, como o nosso, pode nos dar a certeza de que ela continuará a nos pertencer. Detentora de exuberantes fauna e flora, suas riquezas estão praticamente intocadas. E minuciosos levantamentos apontam-na como possuidora de uma das mais extraordinárias províncias minerais do universo.

Nosso Exército lá se faz presente desde o início do século XVII e vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento em

torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos populacionais garantidores de nossa soberania sobre a imensidão que a imprensa mundial qualifica, em uníssono, como das mais importantes na Terra.

Apoiando o povoamento de áreas longínquas, proporcionando um mínimo de infra-estrutura até que chegue o desenvolvimento e fornecendo serviços básicos à população rarefeita, esse trabalho silencioso é, no momento, a mais relevante parcela de contribuição do Exército ao desenvolvimento patrio.

Lá faltam hospitais, médicos, remédios, escolas, enquanto sobra ausência do poder público. Mas, felizmente, existe o Exército. Um jornalista observador usou a frase “milagre da multiplicação” ao escrever que apenas seis quartéis conseguem vigiar imensidões nos confins do Amazonas, onde, por exemplo, um minuto contingente de mil cidadãos fardados mantém incorporada ao mapa do Brasil a região da Cabeça do Cachorro, uma vastidão territorial nas vizinhanças da Colômbia e da Venezuela. Com exatidão, disse ainda que, caso se limitassem à vigilância das fronteiras, já seriam poucos. Mas, os homens e mulheres do 5º Batalhão de Infantaria de Selva – BIS conseguem cuidar de muito mais.

A presença marcante do nosso Exército nos rincões amazônicos vai muito além da defesa do patrimônio nacional. Os militares levam segurança, assistência médica e odontológica, educação, socorro e solidariedade às populações ribeirinhas e comunidades isoladas. Proporcionam-lhes, enfim, o sentimento de cidadania que, de outra forma, seria desconhecido dessa sofrida parcela do povo brasileiro.

Assim, ombreados com os colegas da Marinha e da FAB, os militares verde-oliva continuam a alimentar o sentimento nativista e a chama de brasiliade acesa por brancos, índios e negros nos montes Guararapes, há 359 anos.

Era o que me cabia dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

Tenho a honra de conceder a palavra nobre Senador Marcelo Crivella, por até dez minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr. Ministro da Defesa – é um prazer enormevê-lo aqui novamente –; Srs. Comandantes Júlio Soares de Moura Neto, Enzo Martins Peri e Juniti Saito; Ministro Francisco Peçanha Martins, na figura do qual cumprimento o Judiciário brasileiro; Deputado Jair Bolsonaro, companheiro querido, em nome do

qual cumprimento todos os demais Parlamentares, Senador Edison Lobão, autor deste requerimento, este plenário, esta tribuna não é lugar de emoções. Procuramos aqui racionalizar os debates. A disputa é sempre muito severa e os argumentos devem ser precisos, ágeis.

No entanto, o Senador Francisco Dornelles, Parlamentar pelo meu Estado, encontra-se com a sua mocidade ao ver este plenário com essa farda verde-oliva, e eu me encontro com a minha mocidade e me emociono, porque foi o Exército Brasileiro que deu a este Senador, quando jovem, pobre, de família muito humilde, estudante de Engenharia Civil, que não tinha dinheiro para pagar a mensalidade de uma universidade católica no Rio de Janeiro, a oportunidade de servir, de prestar concurso ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Foi ali que conheci o fascinante mundo da tropa.

Senador Renan Calheiros, vivi ali as competições, os exercícios de campo, os tiros – fui comandante de pelotão de metralhadora, de morteiro de canhão. Depois, a lei mudou, o oficial temporário passou a ficar mais tempo; fui promovido a primeiro-tenente. E cada vez que me lembro disso, seja das Acisos que fazíamos nas comunidades carentes do interior do meu Estado, seja das operações na mata com as incansáveis jornadas de campo – as longas marchas –, reflito e agradeço muito a Deus pelo tempo que me concedeu nessa Força.

Eu poderia falar de Sampaio; poderia falar de Caxias, que teve o gesto muito tão bonito para a unificação deste País; poderia falar de Deodoro, nosso Presidente republicano que, ao morrer, de todas as comendas recebidas, pediu para ser enterrado apenas com a singela Medalha de Abolicionista – foi a única que levou no peito o primeiro Presidente brasileiro, representando bem os sentimentos do Exército Brasileiro. Mas quero prestar uma homenagem aos meus Comandantes Walter Calavatti, Sílvio Antonio de Oliveira Santos – que era subcomandante quando comecei a servir –, Murilo Ribeiro Flores, Nilton Ferrari de Oliveira, José Eduardo Barros Moreira.

Comandantes que me ensinaram, na minha juventude, o valor do civismo, a oração da Pátria, o amor a nossa bandeira, e que iluminaram o meu caminho como estrelas, nomes e exemplos que nunca mais esqueci em minha vida.

O Senador Tuma citou a Medida Provisória nº 2.215, que tramita nesta Casa desde 2000, Bolsonaro, e que nos preocupa muito, porque tirou direitos de militares. Essa era uma época em que as medidas provisórias não precisavam ser votadas, pois eram renovadas mês a mês, sem serem discutidas pelo Par-

lamento, o que é altamente questionável do ponto de vista da Constituição e também de democracia. Mas tiraram o anuênio, tiraram os benefícios de quem serve na fronteira, tiraram a promoção quando se passa para a reserva. Eu não sou oficial de carreira. Não tive esse privilégio nem essa honra. Mas sou testemunha, Senador Lobão, de um trabalho profícuo, honroso, digno, do qual este País e o nosso povo não podem prescindir, em hipótese alguma.

É bem verdade, Brigadeiro Saito, que um oficial é tomado pelo amor à Pátria e não pensa em ficar rico. Mas não é justo que termine sua vida se suicidando ou sem condições de arcar com as despesas da universidade de seus filhos quando já está com certa idade.

Não é justo também que a Marinha tenha que fazer todo esse esforço para conseguir o seu reaparelhamento, quando são eles que estão nos dando o vislumbre da nossa autonomia em energia. Não é o petróleo!

Sr. Presidente, a era da pedra acabou não por falta de pedra, mas em razão do clima. E a era dos combustíveis fósseis acabará não por falta de petróleo, mas em virtude do clima também.

Temos de encontrar fontes alternativas de energia. Está na Marinha a nossa única esperança. Não podemos enxergar que ela precisa ser reaparelhada? Esses recursos não podem ser discutidos; devem ser gastos. O Fundo de Marinha, que vem dos **royalties** do petróleo, é dela, mas fica preso ao superávit primário.

E faço uma saudação também aos pára-quedistas aqui à porta.

Eu e o Capitão Bolsonaro lutamos tanto para que os militares inválidos pudessem receber soldo de cabo – R\$1.080,00. Muitas dessas pessoas, Senador Edison Lobão, estão com a morte decretada.

Vivemos num País cuja dívida pública chega a R\$1 trilhão, sobre a qual já pagamos os maiores juros do mundo e continuamos a pagar – 3% ainda significam os maiores do mundo. Senador Renan Calheiros, 80% dessa dívida pertencem a 15 mil famílias brasileiras neste País de altíssima concentração de renda. Elas receberão neste ano R\$100 bilhões a título de juros. São 15 mil famílias brasileiras.

Ora, qualquer oficial, cabo ou sargento, paga, de Imposto de Renda, 27,5%. Mas um grande banqueiro neste País que recebe R\$3 bilhões de juros paga 16% de Imposto de Renda. Esse efeito regressivo não pode continuar. Não queremos ser ricos, mas desejamos um País justo.

Então, Sr. Presidente, desculpe-me pelas minhas palavras um tanto emocionadas, mas é que me

volta à mente essa caserna que me deu oportunidade de me casar, que me deu oportunidade de concluir a universidade, porque, como disse, passei por uma universidade católica mas, no terceiro mês, já estava com as mensalidades atrasadas, não conseguia, com os parcós recursos de que dispunha, pagá-las. Foi no Exército Brasileiro que consegui me formar e aprender as coisas mais importantes que aprendi na minha vida como cidadão e brasileiro.

General Enzo, receba deste humilde Senador – aqui temos vultos, Senadores que chegaram depois de uma carreira brilhante na política, alguns que são filhos de políticos –, que talvez tenha sido o único que chegou a esta Casa como um caminhante, um peregrino, que bate à porta de um templo tentando aprender, por exemplo, com o Senador Lobão, que me tomou pela mão desde o primeiro dia que estive aqui, e a quem consulto a cada relatório, a cada projeto e a cada gesto importante que tenho de fazer, grande Senador do qual o seu Estado e o Brasil se orgulham.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marcelo Crivella, permita que eu possa, em meio às suas palavras, também aqui fazer a minha homenagem ao Ministro Waldir Pires, ao Comandante do Exército, Enzo Martins Peri, e a todas as Forças Armadas, ao Brigadeiro Juniti Saito, ao Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, neste dia expressar o quanto importante é termos as Forças Armadas do Brasil com o propósito tão firme de assegurar a soberania brasileira, a paz interna e, sobretudo, com essa tradição de promover a paz em nosso continente, inclusive outros lugares do Planeta Terra. O Brasil tem tido, nestes últimos 50 anos, o papel extraordinário de colaborar para que, no nosso continente, nas Américas, na América do Sul, tenhamos condições de vida diferenciadas daquelas do Oriente Médio, da Ásia, da África. Nossa continente, felizmente, é um exemplo de entendimento, e isso tem muito a ver com a formação, com o desenvolvimento recebido por todos os componentes das Forças Armadas, inclusive o Exército. Quero também cumprimentar as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, pelo papel que tem desempenhado em missões internacionais, como no Haiti. Estive lá em 2004 e pude testemunhar o carinho do povo haitiano por ocasião do jogo da Seleção Brasileira, em que estava presente o Presidente Lula. Testemunhei ali, no vestiário dos jogadores, após aquela mani-

festação de carinho tão especial do povo haitiano, quando Ronaldo e os seus companheiros disseram ao Presidente “se quiser que nós tenhamos participação em outras missões desta natureza, pode nos chamar”. Isso foi muito bonito. É importante que essa missão no Haiti, que é um símbolo do papel das Forças Armadas – e, em especial, do Exército –, possa ser coroada de êxito. É muito importante, Presidente Renan Calheiros, estarmos atentos para que aquela missão consiga cumprir o objetivo de democratização e pacificação do Haiti, a exemplo do que temos hoje, felizmente por longo tempo, em nosso Brasil. Há poucos dias, o Secretário-Geral da ONU sugeriu que o Brasil também esteja em outra missão difícil, desta vez no Sudão. Talvez isso se faça necessário, com o espírito de cooperação internacional do Brasil. Mas seja lá nas ruas de sua cidade, Rio de Janeiro, seja ali na Amazônia, como foi ressaltado por todos, o Exército e as Forças Armadas têm desempenhado um papel extraordinário de assegurar a soberania e o bem-estar do povo brasileiro. Por tantas dessas ações, a minha homenagem se junta às suas palavras. Meus cumprimentos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Comandante, escrevi, com auxílio do meu gabinete, este discurso do qual não li uma linha. Peço ao Presidente, por generosidade, que mande publicar na íntegra.

Encerro minhas palavras, Sr. Comandante, dizendo que V. Ex^a encerra em si a figura que tem diante da tropa as maiores aspirações de um povo que, nos momentos mais tristes de corrupção que se repetem nos jornais, vê as autoridades dos Três Poderes envolvidos nas armadilhas da vida; nos momentos dos tiroteios nas cidades, cujas comunidades carentes estão hoje dominadas pelo narcotráfico; nos nossos descaminhos de uma política que não consegue melhorar a distribuição de renda neste País a fim de tornar os brasileiros mais iguais; nas dificuldades do povo do sertão; na luta, na trajetória do Ministro Waldir Pires – meu Deus! –, que, como Ministro da Defesa, representa tão bem os princípios filosóficos, históricos de segurança nacional, porque sempre viu o homem em primeiro lugar; pois bem, V. Ex^a encerra as maiores esperanças de um povo e dos homens de bem e de boa vontade neste País, que, nos momentos mais tristes, pode ter certeza, lembram do Exército Brasileiro, num desfile no quartel, num movimento qualquer de viatura ou na farda, as melhores qualidades do povo brasileiro.

Deus abençoe o Exército. Deus abençoe V. Ex^a.

**SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO
SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.**

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu me sentiria omissos se, nesta sessão especial em comemoração ao Dia do Exército, deixasse passar a oportunidade de dizer algumas palavras, poucas que sejam, em homenagem à nossa força terrestre.

Como Senador, isto é, como servidor público, não posso deixar de me inspirar no exemplo de serviço e de espírito público que o Exército diuturnamente nos oferece. Atuando em diversas áreas – saúde, educação, engenharia, assistência social –, o Exército oferece muito mais do que os meios necessários para garantir a defesa e a integridade do nosso Território.

Pessoalmente, tenho uma dívida de gratidão com o Exército. Cursei o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, no Rio de Janeiro; fui, durante mais de oito anos, oficial temporário de Infantaria e posso dizer, da minha experiência vivida na caserna, que esse período está entre os mais importantes para a formação de meu caráter, para a consolidação dos valores mais altos que hoje guiam minha vida e minha atuação política.

Como Parlamentar, já apresentei, como primeiro signatário, duas Propostas de Emenda à Constituição, buscando garantir para o Exército um orçamento compatível com a importância dessa instituição para nosso País. A primeira, a PEC nº 49, de 2004, sugere fixar, pelo prazo de 10 anos, o orçamento anual das Forças Armadas em 2,5%, no mínimo, do Produto Interno Bruto. A segunda, a PEC nº 53, de 2004, propõe vedar, pelo prazo de 10 anos, quaisquer limitações à execução das dotações destinadas ao reaparelhamento, modernização e à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas. No mesmo sentido, encaminhei o PLS nº 397, de 2005 – projeto de lei complementar –, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas de investimentos em equipamentos das Forças Armadas.

Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, a história do Exército Brasileiro confunde-se com a formação e o fortalecimento de nossa consciência nacional. A escolha do dia 19 de abril, dia em que se travou a batalha dos Guararapes, para comemorarmos o dia do Exército é extremamente feliz, por seu caráter simbólico. Naquela luta contra os holandeses, começava, ainda nos tempos coloniais, a forjar-se o sentimento de que todos fazemos parte de um mesmo povo e constituímos uma mesma nação.

Ao longo do século XIX, seja nas lutas que se seguiram à proclamação da independência, seja no envolvimento brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança – a chamada Guerra do Paraguai –, seja, finalmente, no papel que teve na proclamação da república, o Exército sempre protagonizou momentos fundamentais da construção de nossa nacionalidade.

No século XX, a participação do Exército na II Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira atuando heróica e decisivamente na Itália, ao lado das forças que defendiam a democracia e a liberdade contra o fascismo, também teve desdobramentos na percepção que nós, brasileiros, temos de nós mesmos, daquilo a que aspiramos ser como sociedade e o lugar que podemos ocupar entre as outras nações.

Hoje, o Exército se apresenta como uma força tão decisiva na paz quanto já se mostrou na guerra. Seu papel na integração nacional, sobretudo nas regiões mais inóspitas e isoladas do Território Nacional, é insubstituível. Seguindo os passos dos grandes desbravadores da Nação Brasileira, desde Pedro Teixeira até Rondon, o Exército Brasileiro se faz presente nos mais distantes e inóspitos rincões da Amazônia Brasileira. Assim, por intermédio de sua presença, o Exército leva, por meio do braço forte e da mão amiga, o poder do Estado, reafirmando os compromissos imortais de ajudar a desenvolver, de integrar e de preservar aquele rico e vasto Território.

No plano internacional, o Exército Brasileiro tem tido, ao longo da História Contemporânea, marcada e eficiente atuação operacional, enviando contingentes para integrar as Forças de Paz das Nações Unidas. Assim foi no século passado, em São Domingos, na região do Suez, em Angola e no Timor Leste e, atualmente, no Haiti onde exerce, também, a função de comando da Força de Paz. A atuação do Exército Brasileiro nas atividades da ONU fortifica a posição brasileira no cenário internacional. Hoje participa de 12 missões de paz.

Por tudo isso, Sr. Presidente, faço questão, todos os anos, de participar desta homenagem que regularmente prestamos ao nosso Exército.

Parabéns, portanto, ao Exército pelo seu dia. Deixo aqui meus cumprimentos especiais a todos os oficiais, praças e funcionários civis, extensivos a suas famílias.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de até 10 minutos, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Ministro; Sr. General; Sr. Almirante; Sr. Brigadeiro; Senador Edison Lobão, que nos proporcionou este evento; senhores oficiais das três Forças Armadas; senhoras e senhores presentes, sei que esta sessão foi convocada para homenagear, falar do passado. Há muito a falar do passado, do papel do Exército e das Forças Armadas no Brasil, mas outros já o fizeram.

É óbvio que reconheço que, sem o Exército, não teríamos o nosso Território como é hoje, nossas fronteiras asseguradas. Como representante do Distrito Federal, devo dizer que, sem o papel das Forças Armadas, esta cidade talvez não fosse a Capital, porque haveria o risco, sim, de retrocesso; não seria a primeira vez no Brasil que obras ficariam inacabadas. Foi fundamental o papel dos Governos militares na consolidação desta cidade.

Prefiro fazer aquilo que os soldados mais gostam: desafio, mais do que homenagem. Creio que nunca, na História do nosso País, vivemos um momento de tanto risco à nossa segurança, Ministro Waldir Pires.

Sobretudo dois grandes eixos ameaçam a nossa segurança: a divisão interna e a cobiça externa. A divisão interna de um País que ainda não é uma Nação, tão desiguais os brasileiros entre eles; e a cobiça externa em um momento em que a globalização faz com que potências ou a potência imagine que os recursos do mundo são recursos dela, dessa potência, e de seu modelo social, econômico e cultural.

Lutar contra a ameaça interna não é papel das Forças Armadas, apesar de ter também uma contribuição na formação de nossos jovens; mas a segurança interna é uma tarefa da sociedade brasileira, especialmente por meio de uma revolução na educação das nossas crianças. Não vejo outra maneira de este País ser seguro, por mais bem equipadas que sejam nossas Forças Armadas, se continuarmos divididos, dois Países dentro de um só, uma Nação incompleta.

Essa revolução educacional tem de ser feita – e não pode demorar – até mesmo para que nossos soldados cheguem lá com a formação necessária quando crianças e adolescentes. Não vou falar disso, porque já falo demais sobre esse lado da revolução na educação como instrumento da garantia da segurança.

Levanto, Sr. Presidente, a confiança que tenho, como Senador e pelo meu Partido, de que as Forças Armadas em bloco, e obviamente o Exército, que hoje é o centro das nossas atenções, serão capazes de fazer com que essa cobiça externa esbarre na hora em que chegar aqui.

Enfrentamos outros riscos. Nossas fronteiras hoje sofrem ameaças não de invasões externas, mas de desarticulações internas dos países vizinhos, provocando migração em massa para o nosso País, se lá dentro eles não se encontrarem. Essa é uma preocupação que temos de ter. Mas, sobretudo, preocupamo-nos o risco da cobiça externa sobre os recursos que o Brasil tem em quantidade superior à maior parte das outras Nações: a cobiça pela Amazônia, da qual tanto já falarão. Insisto em algo que já falei anos atrás e que me surpreende por ter repercutido tanto: “Se querem internacionalizar nossa Amazônia, internacionalizemos todos os recursos do País e internacionalizemos todos os patrimônios dos outros Países. Enquanto não fizerem isso, ela é nossa”. Mas não é só a Amazônia; é a água, é o mercado, é a cultura brasileira como consumidora de bens culturais que pode estar hoje ameaçada.

Ao mesmo tempo em que presto a minha homenagem, faço o meu desafio de que as Forças Armadas estejam presentes, como sempre estiveram, para que essa ameaça externa, essa cobiça internacional não cheguem aqui.

Para isso, Presidente, esta Casa tem o compromisso de manter nossas Forças Armadas equipadas com o que houver de mais contemporâneo e moderno; tem que dar recursos para que nossos soldados sejam formados com o máximo de condições de preparo para enfrentar os desafios internacionais que estão diante de nós. E quero dizer que podem contar com um Senador que representa o Distrito Federal e que estará pronto também para ser um representante de vocês, não por razões corporativas, não por ser um ex-artilheiro, mas pelo meu sentimento de nacionalismo. Porque, talvez, além das duas ameaças que citei – a cobiça externa e a divisão interna –, haja um outro risco: a perda do gosto pelas palavras “nacional”, “nação” e “nacionalismo”, que hoje está tomando conta do mundo inteiro.

Acreditamos e confiamos. E esta homenagem é tanto pelo que foi realizado como por aquilo que esperamos que seja realizado. Não tenho dúvida de que um País é feito por cada um dos seus cidadãos, mas uma Nação é feita realmente, desculpem-me a pretensão, por soldados e professores. Contem com um professor para servir aos soldados que defenderão o Brasil. (Palmas.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exmº Sr. Ministro de Estado da Defesa, ex-Governador, Waldir Pires; Exmº Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto,

Comandante da Marinha; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exmº Sr. Senador Edison Lobão, autor da propositura; Exmºs Srs. Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático; Exmº Sr. Ministro Peçanha Martins, que representa o Superior Tribunal de Justiça; Exmºs Srºs e Exmºs Srs. Senadores e Deputados federais, Subprocuradores, oficiais superiores e membros das Forças Armadas, senhoras e senhores, tenho a honra de falar aqui representando a Bancada do meu Partido, o PSDB. Esta Casa de Rui Barbosa homenageia hoje, em sessão solene, uma das instituições mais emblemáticas e simbólicas para a Nação: o Exército Brasileiro.

Ao longo da História, a farda verde-oliva tem-se revelado símbolo da defesa da ordem e do progresso e bandeira na proteção da integridade de nossas fronteiras. Sem o Exército forte e preparado para o combate, nenhuma Nação poderá garantir sua integridade e unidade, sobretudo no caso específico de Países como o Brasil, com ampla linha de divisas continentais, tendo em vista que o final do Território brasileiro se confunde com o de outras Nações vizinhas em meio à vastidão do continente sul-americano.

Em regiões como a Amazônia, não fosse o Exército a garantir a presença do Estado brasileiro, correríamos o risco de perder o domínio sobre importantes áreas estratégicas. Somente homens treinados e preparados para sobrevivência na selva são capazes de se embrenhar pelas veredas e caminhos das matas para fincar onde for preciso a bandeira do Brasil.

Somente homens motivados pelo ideal pátrio são capazes de levar nosso brasão aos pontos limítrofes do Território brasileiro.

No episódio recente do acidente da Gol e em outros lamentáveis acidentes aéreos que aconteceram em meio à selva, foram os homens do Exército Brasileiro os anjos de guarda capazes de resgatar, em meio à densa floresta, os corpos das vítimas, para entregá-los aos seus familiares.

No contexto de hoje, o Exército desempenha papel de natureza social inestimável para as populações do interior do Brasil, em particular as ribeirinhas, porque, não fosse essa valorosa Força, dificilmente os cidadãos dos rincões longínquos da Amazônia poderiam ser atendidos por serviço médico e odontológico, por exemplo.

Como Governador de Goiás, Sr. Presidente, Srºs e Srs. Senadores e convidados, tive o privilégio de privar de uma convivência harmoniosa, fortemente cooperativa e amistosa com toda a Corporação, alcançando excelentes resultados para Goiás e, sobretudo, para o Exército, com destaque para a conquista do túnel de vento, recém-instalado.

Sr. Presidente e autoridades convidadas, convivi com excelentes comandantes, de elevado nível técnico e acurado espírito público, entre os quais posso destacar, aqui presente, o General Renaldo Magioli, com quem tive a honra de atuar na função de Chefe de Estado. À época, ele comandava o 42 e a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada. Hoje o 42 foi transformado em Brigada de Operações Especiais.

O Exército assim como as demais Forças precisam da atenção cada vez maior do Governo para obterem verbas necessárias à sua modernização, com novos equipamentos capazes de garantir a segurança do Território e o trabalho de integração de toda a população de fronteira à vida nacional.

Por isso, hipotecamos nesta sessão, em nome do PSDB, o apoio aos pleitos do Exército Brasileiro e o parabenizamos pelo valoroso esforço de preservação das fronteiras, sobretudo do Território brasileiro.

Parabéns e muito obrigado.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Se o Presidente concordar, concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Marconi Perillo, é que sou um homem da Amazônia e tenho que falar alguma coisa. Como não sou líder do Partido, não pude usar da palavra agora, mas gostaria de dizer alguma coisa. V. Exª falou sobre a importante presença do Exército em Goiás. Essa presença é importante lá em Surucucu, em Pacaraima, em Tiriós e em São Joaquim, não só pela presença física do militar, mas porque, quando o Exército vai, ele vai ser professor nas escolas dessas comunidades pequenas. Eu vou falar das comunidades pequenas com que convivo. A esposa do militar vai ser professora também. É ativado, nos elementos que servem o Exército, o sentimento de nacionalismo de que o Senador Cristovam Buarque falou, dizendo que parece estar se apagando por aqui, mas em Roraima ainda há muitos nacionalistas. Eles estimulam o sentimento pela Pátria nas pessoas, assim como nos indígenas, que servem o Exército lá. Eu gostaria de falar nisso só para frisar essa parte da Amazônia. Também quero fazer outra observação sobre o reaparelhamento de nossas Forças Armadas. Não podemos deixar de prestigiar a nossa indústria bélica nacional, que está um pouco adormecida, mas que existe. Tenho certeza de que o Ministro da Defesa e V. Exª, quando formos fazer esse reaparelhamento, quando houver recurso para fazermos essa tão esperada modernização de nosso Exército, de nossas Forças Armadas, a indústria bélica nacional seja prestigiada, porque vamos

fazer duas coisas: vamos reaparelhar nossas Forças Armadas e criar trabalho para o nosso povo. Senador Marconi Perillo, muito obrigado. Sr. Presidente, muito obrigado. Gostaria de dar os parabéns, em nome dos roraimenses, também a nosso Exército, que sempre esteve em Roraima, desde a 9ª Companhia de Fronteira quando eu era garoto.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço o aparte do ilustre Senador Botelho e o incorporo ao meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª. (*Palmas.*)

O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa, alusivo ao presente evento, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de juntar-me às justas homenagens hoje prestadas ao Exército Brasileiro pela passagem do seu dia, comemorado em 19 de abril.

Muitos certamente lembrarão aqui a gloriosa história de nosso Exército, seu papel na garantia de nossa unidade e integridade territorial, desde os tempos da Colônia – não por acaso, a data em que se comemora o dia do Exército lembra a decisiva Batalha dos Guararapes, em que o exército holandês, que então ocupava parte do nordeste brasileiro, sofre a derrota que marca o início do fim do domínio batavo em nosso Território.

De minha parte, Sr. Presidente, o que quero lembrar e saudar hoje, nesta comemoração, é a contribuição inestimável que o Exército Brasileiro dá realizando diversas atividades subsidiárias à sua missão precípua, que é a defesa nacional.

Sobretudo para quem que, como eu, vem da Amazônia, essa contribuição do Exército é fundamental.

Na área de saúde, por exemplo, além dos hospitais que mantém em Belém, Manaus e espalhados pelas guarnições de toda a região, o Exército leva atendimento médico e odontológico a populações que, pelas condições de isolamento em que vivem, não teriam qualquer outra opção de serviço de saúde. O Serviço Médico do Exército, nesses casos, é tudo o que possuem – e têm a fortuna de contar com um serviço de alto nível, sinceramente dedicado ao bem comum, guiado pelos valores mais altos do serviço público.

O Exército também tem sido um parceiro valioso no que diz respeito à consolidação da infra-estrutura na região. A Engenharia Militar, por intermédio da Di-

retoria de Obras de Cooperação, tem historicamente atuado na região amazônica, sobretudo construindo e mantendo estradas, mas realizando também, sempre que necessário e de forma subsidiária, outras empreitadas. Quero saudar, de forma especial, o 8º Batalhão de Engenharia de Construção, que tem sede na cidade de Santarém, no meu querido Pará.

Na Amazônia, o Exército cumpre ainda um importante papel no apoio às atividades de fiscalização e de proteção ambiental, papel duplamente estratégico: pela vastidão da região amazônica, com sua inegociável riqueza de fauna e flora, que atrai sempre a cobiça de aventureiros, e pela importância da preservação da floresta, não apenas para sua exploração, em benefício da população que lá vive, mas para toda a humanidade.

Por fim, Sr. Presidente, não podemos esquecer da missão fundamental do Exército, que é a defesa da integridade nacional. Realizar essa tarefa na região amazônica é um desafio gigantesco, que o Exército historicamente tem enfrentado com sucesso inegável.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao estender sua atuação a essas áreas subsidiárias – saúde, assistência social, educação, engenharia – o Exército Brasileiro, na verdade, complementa sua missão básica, que é a defesa nacional, contribuindo para a paz e a justiça social. Servindo ao País, seja oferecendo seu braço forte, quando necessário, seja mantendo estendida constantemente sua mão amiga, o Exército está sempre a dar exemplos ímpares de dedicação ao bem comum – e, nesse sentido, deve sempre ser, para todos nós, servidores públicos, uma inspiração.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento, ao Exmº Sr. Ministro da Defesa, Waldir Pires; o Corpo Diplomático presente; aos Subprocuradores-Gerais que fizeram questão de estar presentes; e especialmente ao Comandante do Exército, que recebeu essa justíssima homenagem por este dia, atendendo a requerimento de autoria do Senador Edison Lobão. Da mesma forma, agradeço muito as presenças honrosas dos Comandantes da Marinha e da Aeronáutica que aqui fizeram questão de estar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 39 minutos.)

Ata da 57^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de abril de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, da Sra. Serys Slhessarenko,
e dos Srs. Cristovam Buarque e Adelmir Santana*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/4/2007 07:34:17 até 25/4/2007 20:59:32

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PATRÍCIO DILUÍDIF	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	AC	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	

Compareceram: 77 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O tempo dos oradores do período do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar os 45 anos de atividade da Universidade de Brasília – UnB, inaugurada em 21 de abril de 1962, nos termos do Requerimento nº 241, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

Convidado a compor a Mesa o professor Timothy Miholland, Reitor da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Convidado o Sr. Edgard Mamiya, Vice-Reitor da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Convidado o Sr. João Cláudio Todorov, Reitor da Universidade de Brasília no período de 1993 a 1997. (*Palmas.*)

Convidado o Sr. Antônio Ibañez Ruiz, Reitor da Universidade de Brasília no período de 1989 a 1993. (*Palmas.*)

Neste momento, a Presidência faz uma saudação também aos senhores dekanos da Universidade de Brasília, aos senhores diretores da Universidade de Brasília e aos senhores docentes da Universidade de Brasília.

Ouviremos, todos de pé, o Hino Nacional brasileiro, cantado pelo maestro David Junker, do Departamento de Música da UnB, acompanhado pela professora e pianista Jaci Toffano.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, primeiro signatário do requerimento, ex-Reitor da Universidade de Brasília, homem que confunde sua vida com a vida da educação brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, ex-aluno da UnB – talvez nem todos saibam disso; caro amigo Ibañez, que me substituiu na reitoria e que colaborou comigo no Governo do Distrito Federal e no Ministério da Educação; Vice-Reitor e professor Edgar; caro amigo Timothy; meu querido amigo Todorov, que foi meu Vice-Reitor – na época, eu o chamava de co-reitor, porque os abacaxis eu deixava para ele e ficava tentando levar adiante os sonhos que Darcy Ribeiro nos legou –, hoje eu poderia aqui fazer um poema de amor pela UnB, falar do seu passado, mas creio que não é isso que mais importa.

A homenagem que posso prestar a essa instituição que me acolheu quando voltei, depois de nove anos no exterior, é refletir hoje sobre quais são os desafios da UnB; é refletir hoje sobre qual seria o desenho que Darcy Ribeiro traria para a UnB se ela fosse começar agora. Para isso, é preciso entender o que mudou do ano em que ela foi concebida para hoje, 45 anos depois.

Creio que alguns sonhos morreram, ou pelo menos estão dormindo. O sonho de que o desenvolvimento econômico levaria a uma sociedade justa, pacífica, igualitária está dormindo ou morreu. Não é mais o desenvolvimento econômico que vai levar a isso. O sonho do socialismo a partir do controle dos meios de produção está dormindo ou até, talvez, tenha morrido, exigindo um novo sonho. O sonho de que este País, graças à sua nova Capital, seria um país na vanguarda das nações e sem desigualdade interna também está dormindo. Pelo contrário, pela maneira como se deu o seu crescimento e pela deformação que importamos por sermos a Capital de todo o Brasil, esta cidade tem os mesmos problemas de todas as outras grandes cidades brasileiras. Isso exige uma nova proposta de universidade.

Além disso, de lá para cá, houve algumas mudanças na própria maneira como o conhecimento é produzido. É grande a velocidade com que avança o conhecimento em cada área, a velocidade com que alguns conhecimentos ficam obsoletos – tão depressa. A forma como surgem novos conhecimentos, novas áreas do conhecimento, novas disciplinas, umas morrem e outras nascem, isso não era imaginado 45 anos atrás.

Então, diante de nós está um desafio: retomar o sonho da criação da UnB e até mesmo o sonho do surgimento das universidades no mundo inteiro, quase mil anos atrás, e trazê-los para os primeiros anos do século XXI.

Se nós não fizermos isso, Professor Todorov, daqui a 45 anos, talvez a comemoração não seja tão grande. Porque, se não fizermos as mudanças que o momento exige, pode acontecer com as universidades brasileiras e com as universidades do mundo inteiro o que quase mil anos atrás aconteceu com os conventos: incapazes de perceber o novo conhecimento que surgia na Europa vindo da Grécia antiga, através, sobretudo, da população árabe, incapazes de perceber a dinâmica de uma nova maneira de pensar, os conventos continuaram olhando para dentro, em torno de seus dogmas, e ficaram de lado, e surgiram as universidades. As universidades surgiram para preencher o que os conventos não foram capazes de fazer por terem ficado presos aos dogmas.

Se nós não formos capazes – e agora nós vamos precisar de muitos anos, de mais dez, vinte anos – de reorganizar a maneira como a universidade funciona, se não formos capazes de trazer novos desafios para o pensamento universitário, se não formos capazes de trazer uma velocidade nova na geração de conhecimento, nas áreas que existem e em novas áreas, nós vamos ser os conventos do futuro, e outra instituição vai surgir. Talvez ela já esteja surgindo, e nós não estejamos percebendo.

Quantos institutos de pesquisa existem hoje dentro de empresas? Quantas universidades paralelas ao sistema começam a surgir, como as universidades chamadas corporativas? Estão surgindo instituições ao lado das universidades. Se não soubermos dar o salto, nós vamos ficar para trás.

Qual seria, por isso, o desafio que Darcy Ribeiro traria hoje para nós? Não quero ter a pretensão, obviamente, de dizer que seria isso. Mas eu quero ter, sim, a pretensão de dizer que ele está cobrando isso da gente, porque esta não é uma homenagem apenas à UnB. É uma homenagem muito especial também a Darcy Ribeiro. Foi ele quem concebeu – e não só isso, pois conceber todo mundo sabe que não é difícil – e executou. Tirou do chão e fez uma universidade.

Para mim, a primeira mudança fundamental na instituição universitária hoje é perceber que, da maneira como trabalhamos, estamos não apenas isolados das grandes massas, mas – pior – construindo um muro entre nós e as grandes massas do mundo inteiro. Não se trata das grandes massas ao redor da universidade. Tudo hoje é global.

Atualmente, graças às nossas pesquisas e aos nossos profissionais, estamos construindo uma sociedade de **apartheid** em escala mundial. Estamos construindo – graças, por exemplo, à minha área, a economia – um mundo em que existe uma riqueza cuja existência seria inacreditável há 45 anos e uma pobreza impossível de imaginar que continuaria existindo. O nosso produto de universitários serviu para aumentar a desigualdade, não por culpa do nosso conhecimento, mas sobretudo por culpa dos políticos. No entanto, o conhecimento que criamos aumentou a riqueza sem trazer todos para ela – ao contrário, aumentou a desigualdade.

Temo que, se continuarmos nesse ritmo, possamos construir algo pior do que a apartação, do **apartheid**, da desigualdade: uma mutação biológica, fazendo com que haja dois tipos diferenciados de seres humanos. A mutação ocorreu de forma natural e não é impossível que ela ocorra de modo induzido, pela genética, pela biotecnologia, pela área da medicina.

Ou será já construímos isso e ainda não percebemos? Hoje, a desigualdade já não é mais social: ela é até mesmo biológica.

Será que nós não percebemos que hoje o que nos diferencia não é quanto temos no bolso, mas quantos anos de vida somos capazes de comprar com o dinheiro que temos no bolso? A universidade não pode continuar sendo o instrumento de construção do acirramento das desigualdades a ponto de fazer com que haja uma mutação biológica a favor de uma minoria. Por isso, temos que trazer a ética para dentro da universidade.

A universidade surgiu há mil anos, rompendo com os dogmas religiosos, que era uma forma de ética, e trouxe um pensamento neutro como um grande avanço. E creio que hoje a universidade precisa começar a subordinar esse pensamento a valores éticos fundamentais.

Eu falei dos economistas, eu falei dos biólogos; e nós, – que eu também sou – engenheiros, que produzimos todas as máquinas que provocam a destruição, que provocam o desastre ambiental? O mundo seria muito pior sem engenheiros, mas a ecologia estaria muito mais bem equilibrada se não fossem os engenheiros. Temos que ter uma ética regulamentando não apenas o trabalho do engenheiro, mas a própria estrutura do pensamento e da formulação das soluções da engenharia, da biologia, da economia, de todas as áreas, enfim.

Essa é uma mudança difícil de imaginar, porque trazer uma ética que regule o conhecimento pode aprisionar a liberdade, e consideramos que a liberdade é o valor fundamental. Mas a liberdade plena para o uso do exercício acadêmico pode levar à destruição ainda maior da própria vida, pela crise ambiental, e ainda maior da ética, pela mutação biológica de uma parte.

Então, temos que colocar a ética dentro das universidades. A ética não só do funcionamento profissional de cada um, mas dentro do próprio processo epistemológico de funcionamento da ciência.

Não me perguntam como fazer isso. Esse é um desafio que temos de trazer. Nenhum profissional pode deixar de ter embutido, dentro da sua cabeça, a responsabilidade do produto do seu trabalho, não só para o bem, mas para o mal também. O que víamos com neutralidade, sempre servindo ao bem, agora, sabemos, pode servir ao mal.

Outro desafio é como organizar a universidade, Professor Timothy, do ponto de vista das categorias do pensamento. Nós nos acostumamos à idéia de que existia uma gavetinha de onde saíam os engenheiros; outra, de onde saíam os economistas; e outra, de onde saíam os biólogos. Não dá mais para se continuar com

essas gavetinhas isoladas umas das outras, se os problemas da realidade são problemas multidisciplinares, que exigem fazer com que, além dos departamentos como ruas do conhecimento, criemos esquinas, onde os conhecimentos diferentes se encontrem para formular uma alternativa ao problema real, como no tempo do Todorov mesmo, quando tentamos e criamos os núcleos temáticos. Cada vez mais, os núcleos temáticos serão necessários para que possamos fazer funcionar a universidade dos novos tempos.

Além disso, teremos de dar mais velocidade à maneira como trabalhamos e produzimos. Não há mais como levar quatro ou cinco anos para se fazer um doutorado, quando sabemos que, quando se termina, ele já está superado, e quando temos hoje toda a bibliografia **on line**. Enquanto o autor está trabalhando, ele já a coloca no computador. Como podemos basear uma tese em livros lidos cinco anos antes apenas? Deveremos ter uma velocidade maior para formar os nossos profissionais.

Mais velocidade e mais flexibilidade na composição das disciplinas. Ainda mais: ter mais criatividade no profissional, porque hoje, se olharmos bem, dez anos depois, uma boa parte desses profissionais já mudaram de profissão, seja porque as profissões morreram, seja porque descobriram outra vocação, exigida pelo mercado. Temos que preparar nossos profissionais para mudarem de profissão duas vezes ao longo da vida útil deles. Alguns vão mudar três vezes; outros, vão mudar uma vez.

A universidade que Darcy Ribeiro provavelmente criaria hoje ia tentar trazer essa capacidade de ensiná-lo a mudar ao longo da vida. Não apenas você aprender, mas você aprender a aprender. E isso não está sendo fácil de construir.

Finalmente, destaco a maior das responsabilidades que vejo hoje: a de a universidade ser o instrumento de ruptura desse muro da desigualdade; ser outra vez, como em 1960, um instrumento revolucionário socialmente. A UnB é um produto do sonho de revolucionar a sociedade brasileira. Mas isso morreu, porque as utopias morreram, e o conceito de revolução também.

Está na hora de retomar isso. Presidente Serys Slhessarenko, está na hora de trazer o gosto pela revolução, pela utopia. E hoje não vejo nenhuma outra utopia a não ser a da mesma chance para todos. Não vejo mais a utopia da igualdade plena com a qual sonhávamos há 45 anos. Eu nem vejo por que, eticamente, é necessário que todo mundo tenha a mesma renda, o mesmo carro, ou até mesmo que todo mundo tenha carro. Não. O fundamental é que todo mundo tenha a mesma chance, e alguns, pelo talento, pela

vocação, pela persistência, vão poder chegar mais longe do que outros. Mas nenhum ficará para trás.

Não deixar ninguém para trás é a frase que reflete a utopia daqui para frente. Como fazer essa revolução para essa utopia? É com a revolução da educação de base. É a garantia de que a escola do condomínio vai ser tão boa quanto a escola de uma favela, não porque a do condomínio piorou ao nível da escola da favela, mas porque tanto a da favela quanto a do condomínio subiram ao nível do que é fundamental para uma boa educação de base.

A UnB tem o compromisso de, nesses próximos 45 anos e bem antes, ajudar a fazer a revolução pela educação básica no Brasil. Essa é uma revolução em nome da universidade, porque nunca haverá uma boa universidade enquanto não tivermos uma boa educação de base para todos.

Hoje, selecionamos os alunos da UnB das outras universidades entre 1/3 dos que terminam o ensino médio. Dois terços são jogados fora. Quantos gênios não deixamos para trás! É como se, para cada 100 poços de petróleo encontrados, tapássemos 2/3 deles, porque um cérebro tem tanta energia quanto um poço de petróleo, com algo melhor ainda: a capacidade de inventar um substituto para o petróleo. Nós estamos jogando fora nossos gênios. A UnB tem que trabalhar para fazer a revolução da educação.

O PAS já foi um grande projeto para isso. Aí eu devo, como governador, como reitor, muito ao Todorov, que era o reitor à época, ao Ibañez, que era o secretário, e também a um reitor aqui ausente, que foi quem trouxe a idéia do PAS antes mesmo de pensarmos isso. Antes mesmo de nós pensarmos isso, ele pensou.

Pois bem, nós temos que fazer com que a universidade esteja ligada à educação de base, não só pelo PAS. A universidade tem que se transformar no grande instrumento de formação dos professores da educação de base, de produção do material da educação de base, de formação complementar dos alunos da educação de base, em seu próprio nome e em nome da derrubada desse muro da desigualdade que impede o Brasil de ser um País justo, onde todos tenham a mesma chance, não necessariamente a mesma renda.

Se fizermos isso, vai ser fácil ajudar a universidade a trabalhar e derrubar o muro do atraso que nos separa de outros países desenvolvidos. Derrubar o muro do atraso, derrubar o muro da desigualdade, esse era o sonho de Darcy Ribeiro 45 anos atrás; esse continua sendo o sonho de cada um de nós da UnB nos dias de hoje. O sonho, a responsabilidade e o desafio. Derrubar os dois muros, da desigualdade interna e do atraso em relação ao exterior. Muda-

ram-se os meios para fazer isso, mas mantém-se a necessidade do sonho de Darcy Ribeiro.

Longa vida para a UnB! Grandes 45 novos anos daqui para a frente! Parabéns pelo heroísmo de cada um de nós da UnB nesses períodos tão difíceis, como em 1964 e 1967, quando tantos foram expulsos e demitidos, professores e alunos; quando alguns foram presos; quando Honestino foi morto; quando sobrevivemos à penúria da falta de verbas – o que ainda não foi resolvido plenamente.

Esse heroísmo inteiro de 45 anos só tem uma maneira de ser realmente reconhecido: que, nos próximos 45 anos, com o mesmo heroísmo, nós desenvolvamos novos instrumentos de que o Brasil precisa e que a UnB tem a obrigação de realizar.

Daqui a 45 anos, certamente poucos de nós estaremos aqui fisicamente, mas espero que algum Senador tome a iniciativa de convocar uma sessão como esta para comemorar os 90 anos da UnB; e que 10 anos depois alguém convoque outra para comemorar os 100 anos. E aí se possa dizer que, no século XXI, não só mantivemos vivos os sonhos de Darcy, como também ajudamos a reescrevê-los e a redesenhá-los.

Esse é o sonho que tenho e é por isso que pedi ao Presidente do Senado que fizesse esta sessão. Então, agradeço a cada um de vocês, porque, juntos, temos sido os heróis que fazem a instituição. E não vamos esmorecer diante dos novos desafios!

Muito obrigado, Sr^a Presidente!

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Senador Professor Cristovam Buarque. Por ser professora também, prefiro ser chamada por essa denominação a ser chamada de Senadora. Fui professora da Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos e me sinto muito honrada por esse título e por estar presente aqui hoje.

Quero anunciar a presença do Dr. Getúlio Lopes, Reitor do UniCEUB.

Agora ouviremos a música “O sonho de Darcy Ribeiro”, em homenagem à Universidade de Brasília, em sua primeira execução.

(Execução da música “Sonho de Darcy Ribeiro”; letra de Adalberto Muller e música de Jaci Toffano.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora e professora Serys Slhessarenko, que preside esta sessão, permita-me saudar todas as autoridades presentes que são tantas e muito importantes. Poderia esquecer mesmo involuntariamente os nomes, o que seria imperdoável, então saúdo os presentes na pessoa do Magnífico Reitor Timothy Mulholland.

É com grande satisfação que uso da palavra neste auspicioso instante. Aqui mostramos ao país um paradigma – paradigma é uma verdade em que passamos a acreditar. O paradigma era o de que o Brasil era atrasado – a universidade aqui foi tardivamente implantada. No Peru, em 1540 já havia a Universidade São Marcos, fundada pelos espanhóis. Vivíamos esse trauma. Em Brasília, com a bênção de Deus, por meio de Juscelino Kubitschek e de Darcy Ribeiro, quebraram esse paradigma. A cidade nasce junto com a universidade, praticamente.

Professor Cristovam Buarque, isso dá para tirar o nosso complexo de inferioridade, o nosso trauma de atraso. Vamos meditar: é diferente. O mundo começou quando aqueles que pensavam... Atentamente, ouvi o professor. Quero dizer a todos os senhores que estão aqui: vamos buscar o último livro do professor, no qual ele relata o encontro com Celso Furtado há mais de 10 anos. Ele traz as fitas gravadas. Dois nordestinos. Eu comentava com o Professor Paes Landim, que é do Piauí e ajudou essa universidade, aliás, o Reitor também tomou banho nas águas do rio Parnaíba. Acho que aquele banho lhe deu a inteligência que exibe hoje. Aquele livro, Professor Cristovam, reflete Celso Furtado.

Tenho um irmão que começou a trabalhar na Sudene com Celso Furtado, por quem é apaixonado. Penso que ele gosta mais de Celso Furtado do que da mulher dele, o que não ocorre comigo, porque todo mundo sabe que gosto demais da Adalgisa, não é, Paim?

Eu telefonei, Professor Cristovam, dizendo que estava encantado pelo Celso, pelo livro que V. Ex^a acaba de escrever. Ele reflete isto: Celso Furtado. Ele, no começo da vida, Sibá, foi tido como de inteligência fraca, retardado mesmo. Se fosse hoje, iria para um psicólogo, mas, naquela época, diante da dificuldade no Nordeste... O que Celso Furtado tinha pela frente? Atentai bem! O que ele podia ser? Um primo que ele admirava entrou no cangaço – era o que tinha para fazer, ou, então, oferecia outra coisa: padre, mas isso ele não queria também ser, penso que encantado pelas mulheres. Foi difícil. Quer dizer, era difícil ter perspectiva.

Entendo que o mundo mudou mesmo com a educação. Eu dizia ao Professor Cristovam: olha, Senador Cristovam, sei que V. Ex^a é o mais preparado de todos nós, mas eu dissequei muito o corpo – o corpo é o corpo; o homem é o homem; o coração é o coração; é a mesma coisa –, e o homem sai criado. Acho que as mudanças gira em torno do homem.

Essa brincadeira começou com um tal Sócrates, que disse: "Sei que nada sei". Ele era quem sabia mais: ensinava aos reis os mistérios da natureza. "Sei que nada sei." Ele que era o mestre, o Cristovam, da época. Humildade. Não é isso, Sibá? Humildade! Ele, que era o sábio, tinha humildade. Não escreveu, como Cristo, que também foi condenado, não é? Mas um discípulo dele, Platão, escreveu e resolveu fazer a primeira academia com um curso de três anos. No primeiro ano, estava escrito lá – para entrar na mente: "Seja ousado"; no segundo ano, na parede: "Seja ousado, cada vez mais"; e no último ano, no Academus de Platão: "Seja ousado, mas não em demasia. Ensinou a ousadia com prudência. Ali nasceu o Liceu. Aristóteles... Mas, vimos... E, hoje, Cristovam, hoje! O mais competente é um tal de Peter Drucker, administrador ímpar, quer dizer, saímos de lá... No seu último livro, *Líder do Futuro* – olha aí, nós precisamos de líder –, ele diz que o líder do futuro, tem de ser um indagador, porque são tantos os conhecimentos que ele tem que ficar perguntando. E eu digo, Professor Timothy, para o sujeito ser indagador, perguntador, tem de ser humilde.

Voltamos àquilo que um filósofo já tinha dito, à humildade. Portanto, temos que pregar a humildade.

Mas isso foi História. Agora, a minha. Se eu não tivesse uma história para contar eu não estaria aqui. Acho que este Senado é para ensinar, tem de ser. Foi assim que nasceu na história. É lógico que a universidade... Eu sou doutor, sou cirurgião especializado, tenho cursos, mas aprendi mesmo foi na universidade da vida. De repente, eu era prefeito. A minha cidade tinha uma multinacional, a Merck Darmstadt, que tiravam lá do jaborandi a pilocarpina e faziam o colírio para dilatar os olhos, dilatar as pupilas, tratar a pressão ocular, o glaucoma. Eu era prefeito, e eles me convidaram para ir à Alemanha, professor Cristovam. A Merck Darmstadt, a mais poderosa indústria farmacêutica de medicamentos. E eu fui. Professor Cristovam, a mordomia era maior do que a de V. Ex^a na Síria agora, aonde V. Ex^a foi – não é? – como Presidente da Comissão. A Alemanha e tal... Eu prefeitinho. E colocaram o professor Basedow, alemão. Aonde eu ia, ele estava lá. E pagando as contas. A indústria era a Merck.

Se eu ia ao restaurante, diziam, a mesa do Professor Basedow era a melhor. Até em Frankfurt, onde o restaurante rodava – eu pensei que eu que estava

bêbado, mas o restaurante é que estava rodando. No teatro a melhor cadeira era a do professor Basedow.

Se estava no trânsito e demorava, ele saltava e dizia: "Professor Basedow". E eu, com aquele jeito espontâneo disse: vem cá, o senhor, Basedow, não é diretor da indústria química, muito poderoso, muito rico? Ele disse: "Sou, mas o título mais honroso na Alemanha é o de professor. Por isso, eu o uso". Não é o de diretor, rico, poderoso, da Merck Darmstadt; é o de professor. Ele foi além. Ele disse: "Prefeito, o senhor não quer ir a Heidelberg conhecer a universidade? Porque, quando eu comecei, fiz um concurso. Sou professor de química concursado de Heidelberg. Depois, fiz outro concurso, entrei, ganhei muito dinheiro na Merck e estou lá, mas para usar o título de professor eu tenho que, toda semana, dar uma aula de química. Não recebo nada lá. É só para poder dizer que sou professor e ser respeitado".

Paim, eu fiquei meditando. Alemanha – uma raça, duas guerras –, destruída, e tudo moderno. Todas as cidades... Acho que é a mais avançada. Nunca vi tanto progresso. E eu como é? Heidelberg, cidade antiga, estrutura, nenhuma casa demolida. A gente fica chocado.

O mundo respeitou Heidelberg. Em duas guerras, o mundo não soltou uma bomba lá. Einstein estudou lá. O mundo! O General que comandava as Forças americanas sabia da ciência. E está aí, os alemães voltaram à grande qualidade de vida. Isso é o que penso.

Deus me permitiu governar o Estado do Piauí por seis anos, dez meses e seis dias. Pensando nisso, Deus me permitiu fazer o maior desenvolvimento universitário da História do Brasil. Está ali o Deputado Federal Paes Landim. Nunca votou em mim, mas quero que vote da próxima vez. Estou dizendo em frente a ele: o maior desenvolvimento universitário da História do Brasil, a Uespi. Tinha um palácio extraordinário, saí do palácio, fui para um pequenino, antigo, para dá-lo para o magnífico reitor. De repente, nós criamos quatrocentos cursos, 36 *campi* avançados e interiorizamos a universidade.

E isso mudou. Outro dia vocês viram o Piauí, o primeiro lugar no ensino, uma escola privada. Entendo, como diz no Livro de Deus, que o saber vale mais do que ouro. Essa foi a semente que plantamos no Piauí.

Mas o que penso e queria trazer agora são as homenagens a Darcy Ribeiro, que quebrou esse paradigma. Não temos mais motivos para sermos complexados. A universidade chegou tarde.

Os portugueses botavam para ser padre, militar ou funcionário público, e os riquinhos iam para Portugal. Aqui se quebrou o paradigma. Darcy Ribeiro e

a universidade de V. Ex^a nasceram juntos. Mas fico a pensar, Professora Serys, na minha educação. Olha, havia um colégio padrão, o Pedro II, que irradiava. O imperador Pedro II assistiu às aulas lá.

Lembro-me de que Celso Furtado disse que ouviu falar em Ecologia quando ele era da Sudene, com o problema da irrigação no Maranhão. Ele aprendeu com os índios, mas o mundo começou a pensar nisso – eu li no livro do Buarque – em 1972, na Suécia. O livro de Pedro II eu estudei, Serys. Fui Professor de Biologia e de Fisiologia. Havia o de Valdomiro Potsch, Biologia Geral, do qual vou atrás de novo, para ver como ele já tratava e ensinava Ecologia.

Então, o Colégio Pedro II irradiava, por isso essa geração está aqui. Não era um ensino universitário, mas era o que tínhamos; tínhamos o Professor Valdomiro Potsch. E hoje, Professor Timothy, essa luz tem que ser essa universidade, a universidade dos sonhos de Darcy Ribeiro, a universidade do sacrifício do Cristovam. No Piauí, tivemos Paes Landim, Raimundo Santana e outros.

Eu sou agradecido, estou defendendo causa própria, porque Deus me deu a felicidade, Serys, de ter quatro filhos. Nenhum queria fazer Medicina, que acho a mais humana das ciências, a do Médico benfeitor. A minha caçula fez e vai se formar em Medicina este ano, nessa universidade.

São as nossas palavras e a nossa crença.

Deus escreve certo por linhas tortas. Todo o mundo sabe: Deus fez o mundo, ninguém tem dúvida, Juscelino e Roriz fizeram Brasília, e o professor Darcy Ribeiro, a Universidade de Brasília, luz para guiar a mocidade brasileira a melhores dias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Serys Slhessarenko – vou aprendendo com o tempo essa pronúncia –, Reitor Timothy, na sua figura eu cumprimento toda a Mesa; Senador Cristovam Buarque, ex-Reitor da UnB, que teve a iniciativa desta sessão, Senadores, Senadoras, mestres, professores, professoras, alunos que estão aqui nesta tarde, eu confesso que estou numa grande dúvida, aqui na tribuna do Senado da República do meu País: leio o pronunciamento – e confesso que é um belo pronunciamento – ou falo de improviso? E a tentação é improvisar, Senador Cristovam. Mas a história da UnB é tão bonita e tenho um carinho tão grande por essa universidade! Por isso, demonstro aqui a minha dúvida.

Acho que a UnB, Universidade de Brasília, tem um grande problema, um grande erro. Não deveria ser chamada UnB; deveria ser chamada Universidade do Povo Brasileiro, Universidade do Brasil, por tudo aquilo que tem feito. Como seria bom se eu pudesse ter lá no meu currículo: eu fiz curso superior na UnB, a nossa querida UnB, a Universidade da nossa gente, do nosso povo.

Aqui, ao longo deste pronunciamento, trabalhei com a diversidade. Isso é muito bonito. É o corte das diferenças que a UnB dá, e, infelizmente, no Brasil, isso não acontece. Aqui não vou falar, mas a UnB trabalha com as pessoas portadoras de deficiência. A UnB trabalha com os povos indígenas, que fizeram aqui, recentemente, um grande evento, com a presença de mais de mil líderes. A UnB trabalha com os pobres, a UnB trabalha com os alunos dos convênios com outros países. A UnB trabalha com os negros. Num momento em que o debate da política de cotas para muitos era constrangedor, a UnB, mais uma vez, com seu corpo docente, vem e dá o exemplo: nós aqui vamos adotar a política de cotas, e os negros aqui terão vez.

Eu estava lá, Sr. Reitor Timothy, naquela tarde de um dia de semana, quando foi assinado o protocolo da política de cotas, e para mim foi muito bom, mas foi muito bom mesmo. Naquele auditório eram negros, eram brancos, eram índios, eram mulheres, eram adolescentes, eram idosos, todos sorrindo, cantando e falando: como é bom a gente saber que aqui na UnB vai ser adotada a política de cotas. Foi um gesto ousado, foi uma demonstração de coragem, mas somente as grandes personalidades do País e as grandes entidades têm, ao mesmo tempo, ousadia e coragem para promover o bem comum. Por isso, palmas! Palmas à nossa UnB. Ela, mais do que ninguém, merece as nossas palmas. Peço a este Plenário: batam palmas, não se encabulem, não é para o orador na tribuna, é para a UnB. (*Palmas.*) É a nossa UnB, que é um exemplo para nós todos, para o nosso País.

Disseram-me que o discurso bom... Não é, Senadora Emília Fernandes, lutadora, guerreira, companheira, que me ajudou muito a chegar aqui? Eu quero já encerrar, mas só ressalto: Como é bom saber que existem entidades como a UnB! Como é bom!

Estivemos lá, Senador Cristovam Buarque, naquela tarde, recentemente, quando incendiaram o alojamento dos alunos africanos que estavam no Brasil estudando por meio de um convênio. Mas como foi bom ver a firmeza da UnB! Noutro dia, num debate, eu dizia: “Quem de nós não foi rebelde?” Dizem que, até hoje, eu sou rebelde no Congresso Nacional. Mas quem de nós não foi rebelde em nossa juventude? Ser rebelde faz parte das nossas vidas. Entretanto, incendiar o alo-

jamento dos nossos convidados de um país da África não é rebeldia. Desculpem-me, mas se trata de uma grande covardia. Coloquem-se na posição contrária: um de nossos filhos estudando num país da África e nós sabendo, no Brasil, que o alojamento dele foi incendiado. Qual não seria a nossa revolta?

Os jovens vieram ao Senado e sabem o que eles fizeram? Eu estava lá, Reitor Timothy, numa audiência lotada, e eles pediram desculpas. Pediram desculpas porque não tinham entendido o porquê daquele ato e se tinham errado em algum ponto. Aí nós dissemos a eles: Não. Quem tem de pedir desculpas somos nós, os brasileiros.

E o fizemos lá na Comissão. E o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, o fez aqui da tribuna do Senado. Pedimos desculpas aos estudantes africanos que foram covardemente agredidos. Eles têm claro que essa não é a posição do conjunto do povo brasileiro. Não digo que não haja racismo ou preconceito. Todos nós sabemos que existe, mas a UnB está trabalhando para que não haja racismo e preconceito, todos nós sabemos que existe, mas a UnB está trabalhando para combater os preconceitos e, por isso, o processo de integração e, por isso, essa política muito bem aplicada.

Mas eu, por isso, estou a folhear tantas e tantas páginas... E vou terminar esta homenagem aos professores da UnB. No meu gabinete trabalha um menino que é cego e que está lá na UnB. Eu dizia: Olha, o discurso é longo, fala de tudo que a UnB tem de bonito, estou muito orgulhoso da UnB, mas eu quero uma fala tua.

E o Luciano escreveu esta pequena fala que eu vou ler e com ela termino. Diz o Luciano que está fazendo universidade e é cego:

Estar na Universidade faz com que eu me sinta como um igual, um participante do contexto acadêmico. Poder estar no meio de todos faz com que eu me sinta incluído em uma realidade de que me era distante, era virtual.

Nas salas de aula, tenho o apoio dos professores e dos colegas. A maioria é muito amiga, muito interessada. As pessoas querem saber como é que é para mim estar lá e não enxergar; que dificuldades eu enfrento. É como se a universidade [é esta a minha avaliação] me entendesse. Há interesse em saber como eu lido com os fatos e as situações.

Alguns coleguinhas fecham os olhos (e, se vocês fecharem os olhos agora, entenderão como é importante a nossa caminhada pela inclusão, principalmente das pessoas portadoras de deficiência) e acabo eu aprendendo

com eles. Eles me ajudam nas coisas do dia-a-dia, mas eu ensino algo a eles também, eu sei. Mostro como lidar e respeitar a diferença; afinal, somos todos diferentes.

E ele termina dizendo:

Estamos tendo a oportunidade de conviver com a diferença, com o não padronizado – com o não padrão do que é bonito, do que é feio. E, quando digo isso, estou me referindo a todos, a alunos e funcionários.

Aqui, o Luciano faz uma homenagem aos funcionários da UnB. (Palmas.)

É o Luciano que faz:

Por exemplo, os professores acabam percebendo que passar uma informação para mim não funciona através dos olhos, mas, sim, por meio dos meus outros sentidos. E, dessa forma, eles têm de trabalhar algo em si. Estamos todos trabalhando algo em cada um de nós.

Grande Luciano! Grande Luciano! Luciano, eu acho que o melhor do pronunciamento foi o que li de você aqui. Acho que é isso que tem que mudar. Por que, por que eliminar alguém por ser italiano, por ser alemão, por ser africano, por ser polonês? Pela idade, pela origem, pela cor, pela procedência, por gênero ou pelo fato de ter ou não ter uma deficiência?

Quero terminar com a última frase que incluí neste pronunciamento. Não tive oportunidade de estudar. Não fiz nível superior, porque não podíamos pagar na época. Sou gaúcho. Vim para Brasília nos anos 80 como Deputado Federal. Saí da fábrica para o Congresso. Mas confesso, Reitor Timothy, que gostaria muito, teria muito orgulho, se do meu pequeno currículo um dia pudesse constar que participei de uma forma ou de outra da nossa UnB, a Universidade de Brasília, a Universidade do Brasil.

Não sei por que, mas quando me lembro de você, UnB, lembro a palavra "cidadania", lembro a palavra "inclusão". Por isso, meus sinceros votos de vida longa, vida muito longa. Parabéns, parabéns, minha querida UnB! Como é bom saber que você existe.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente dos trabalhos, Senadora Serys; Srªs e Srs. Senadores; Magnífico Reitor Timothy Mulholland; demais membros da Mesa; ex-reitores; doutores; servidores;

mestres dessa universidade contemporânea; ex-reitor e Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, que é o autor desta iniciativa, quero participar deste momento.

Venho lá do Amazonas, passei pela Universidade Federal do Amazonas, e esta é uma sessão especial, em homenagem à UnB, universidade que é referência entre as universidades do Brasil. Não poderia deixar de registrar, nesta data – justa –, de refletir sobre o seu recente passado, sobre o seu presente e sobre os desafios do futuro.

No início dos anos 80, morei alguns dias e dormi algumas noites na casa dos estudantes, naquele espaço dos estudantes da UnB. Passei pela diretoria da União Nacional dos Estudantes, que tem que passar permanentemente por Brasília, passar pelos corredores, pelos debates da UnB. E dormi, confesso que clandestinamente, nos dormitórios da UnB.

Foram dias bonitos, os anos 80, tão próximos, mas anos duros. A anistia tinha passado, a de 79, mas falávamos das eleições diretas – inclusive para a universidade –, das eleições diretas gerais, no início dos anos 80. E não poderia deixar de manifestar a minha satisfação por participar desta sessão e dizer da minha alegria pela Universidade.

O nosso País, embora novo, já tem uma história. E falar dos 45 anos da UnB é pensar também a história da universidade no Brasil, que chegou tardivamente. Então falar de uma universidade nova é também olhar para trás e pensar como foi difícil construir o Estado brasileiro, a Nação brasileira, justamente pela ausência de universidades. Termos universidade hoje e falarmos dos 45 anos da UnB, das suas contribuições para o meio acadêmico no nosso País é importantíssimo.

Então, venho-me congratular com todos vocês da Universidade, pela luta dos servidores em defesa da Universidade, pela sua autonomia, pelos laboratórios decentes. A história da UnB é de referência não só em defesa da academia, da Universidade, mas também em defesa da democracia em nosso País, quando, por meio de suas assembleias, de suas manifestações estudantis, de suas manifestações dos professores e servidores, no Brasil dos anos 80, lutava por liberdades.

Neste aniversário, não poderia deixar de mencionar a luta do movimento estudantil, expressada na luta de Honestino Guimarães, um brasileiro, um estudante da UnB, uma liderança estudantil desaparecida.

Neste aniversário, quero dar os parabéns à UnB, à luta de seus mestres, à sua história e que outros 45 anos possamos comemorar para o bem da Academia Brasileira, para o bem do Brasil, da Amazônia que está distante, mas que passa pela preocupação, pela pesquisa e pelo debate em defesa desse território

brasileiro, que é a Amazônia, com os seus mistérios, com seus índios, com seus lagos, com seus rios, com a sua imensa floresta.

Parabéns à UnB; parabéns à Academia que está aqui expressada por todos vocês nesta sessão solene do Senado da República.

Muito obrigado. (*Palmas*).

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sihessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada Senador João Pedro.

Com a palavra o Senador Sibá Machado e, logo após, o Senador Roriz.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys, meu discurso será lido. Claro que perde um pouco da emoção, mas com a garantia de que os pontos a serem observados serão muito bem lembrados.

Saúdo os reitores, o vice-reitor, na pessoa do Dr. Timothy. Saúdo também o nosso Senador Cristovam Buarque, eterno professor de todos nós, ex-reitor da universidade e Senador da República. Com certeza, todos nós aprendemos muito com S. Ex^a por ter lembrado desta data tendo a oportunidade de vir até à tribuna prestar as minhas homenagens. Saúdo todos professores e professoras da Universidade, os alunos e alunas, todos os funcionários da Casa e a nossa eminente Senadora Emilia Fernandes, que nos prestigia nesta tarde de hoje.

Lembro ainda de improviso que, quanto aos debates sobre a Universidade no mundo inteiro, é difícil uma sistematização do conhecimento. Eu estava lendo ali. Hoje, nós com tantos equipamentos, com tantos instrumentos de trabalho – estava vendo na Internet sobre Eratóstenes –, como é que se chega a uma conclusão que ele teve de medir a circunferência da Terra há dois séculos, antes de Cristo, com apenas uma vareta e um buraco? A partir disso, ele calcula a circunferência do Planeta Terra. É muito desafio!

Para não perder aqui o embalo, eu queria dizer que as primeiras universidades do mundo foram criadas dentro da definição moderna, na Europa medieval, durante o Renascimento, que consistiu num conjunto de transformações culturais, políticas, sociais e econômicas ocorridas nos povos da Europa Ocidental. Nessa época, ocorreram eventos de grande repercussão: renovação da vida urbana, após um longo período de vida rural, girando em torno de castelos e mosteiros; movimento das cruzadas; a restauração do comércio; a emergência de um novo grupo social, os burgueses e; sobretudo, o Renascimento cultural com um forte matiz científico-filosófico, que preparou caminho para o Renascimento italiano, que preparou o caminho para a literatura e o mundo artístico.

No Brasil, foi somente no Século XX, que surgiram as nossas primeiras universidades como um projeto acabado. Houve, ainda no século passado, uma sensível evolução no conceito da universidade pública. Sua criação, em diversos Estados, foi inegavelmente útil, tendo o papel de aglutinar cursos dispersos, sistematizando melhor o ensino e proporcionando melhores condições de produção intelectual.

Mas nem tudo foi positivo. A proliferação de faculdades nem sempre aparelhadas, quer do ponto de vista do corpo docente ou de infra-estrutura, atraiu para o ensino superior um contingente de alunos despreparado. A ambição de um diploma universitário foi impulsionada mais pelo anseio de melhor *status* na sociedade do que pelo da conquista do saber, e a Universidade se tornou, em muitos casos, apenas um importante mecanismo de ascensão social, o que é compreensível, mas não é o desejável.

Um exame simplificado do papel que elas têm representado, e de sua resposta ao que delas esperava e espera a sociedade brasileira, é sempre um exercício interessante a ser feito. Sabemos que existem instituições de ensino de ótimo desempenho, e outras que muito deixam a desejar. Mas esse não é o objeto desse pronunciamento.

Por outro ângulo, exatamente nas décadas em que se poderia esperar o desenvolvimento das instituições de ensino superior, surgiu no Brasil um clima de grande agitação política, com um prolongado período de repressão, que deixou resultados extremamente negativos, tanto para a evolução da Universidade como centro de formação cultural, como para a existência de novas gerações bem informadas sobre os problemas globais do País, e empenhadas em sua solução.

A prolongada falta de liberdade no ensino, de que tivemos tristes exemplos, enfraqueceu o que poderia ter sido um desenvolvimento fecundo da massa estudantil, e os elementos realmente interessados numa formação cultural ampla, que deveriam ser a regra, acabaram tornando-se uma exceção. A instituição, cerceada, foi sendo burocratizada em excesso, e o número crescente de universidades e de estudantes não foi acompanhado pela qualidade, infelizmente.

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, quando a cidade de Brasília já completava seu segundo ano de vida. Antes de serem erguidos seus primeiros blocos, a UnB já funcionava, desde o dia 9 de abril, nas dependências do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios. A data de 21 de abril marcou o começo das aulas para os 413 alunos e alunas que haviam prestado o primeiro vestibular e, com ele, o da própria instituição que viria a

se tornar uma das mais bem conceituadas do nosso Brasil. A UnB surgiu dentro de um conceito novo de cidade e universidade, diferenciando-se de tudo aquilo que existia no restante do País.

O antropólogo Darcy Ribeiro, responsável pelo projeto da instituição, idealizou uma universidade multidisciplinar, voltada para as transformações e diferente do modelo da maioria das universidades brasileiras, criado na década de 1930. No Brasil, foi a primeira a ser dividida em institutos centrais e faculdades. E, nessa perspectiva, foram criados os cursos-troncos, nos quais os alunos tinham a formação básica e, depois de dois anos, seguiam para os institutos e faculdades. Os três primeiros cursos-troncos foram: Direito, Administração e Economia; Letras Brasileiras; e Arquitetura e Urbanismo.

Em 1964, a ditadura instalada com o golpe militar traria anos difíceis para a UnB. Na verdade, a instituição brasiliense já era tida por alguns setores como um foco do pensamento de esquerda, visão que só se acirrou com os militares. E, por estar mais perto do poder, foi uma das mais atingidas.

Depois do processo de redemocratização do Brasil, acompanhado também pela Universidade, no início da década de 80, houve a eleição do primeiro reitor escolhido pela comunidade universitária. O Professor Cristovam Buarque, hoje Senador da República, assumiu a reitoria em 26 de julho de 1985. A partir daí, a Universidade começou um processo de expansão de suas estruturas físicas e acadêmicas. Um exemplo foi a criação do primeiro curso noturno, em 1989, o de Administração, e também a ampliação dos prédios e das vagas para o vestibular.

Para Darcy Ribeiro, "a criação da UnB foi a questão cultural mais séria, mais desafiante e mais empolgante que se colocou diante da intelectualidade do País, que via nela a sua meta e a sua causa". Para Lúcio Costa, a UnB converteria Brasília em um "foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do País". Para Anísio Teixeira, concretizaria "uma mudança real e seria um instrumento de promoção, de cultura e de soluções de problemas, voltado para o meio social, identificado com as aspirações de evolução do País".

No decorrer dos anos, a UnB vem sendo um pólo aglutinador e divulgador de novas políticas públicas para a educação superior.

É lá onde se iniciam os projetos pioneiros, as idéias inovadoras, e são feitas experiências sociais de novos paradigmas para o ensino e promotoras de uma nova relação entre universidade e sociedade.

O Exame Nacional de Cursos, conhecido como "Provão", foi criado pela Lei 9.131, de 1995, lançado pelo MEC para avaliar os alunos de educação superior, de 1996 a 2003. A UnB, contudo, já possuía

experiência de avaliar seus cursos internamente, desde 1987, oito anos antes dessa norma.

Em 1996, a UnB criou o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como alternativa ao vestibular. O PAS consiste em provas aplicadas ao término de cada uma das séries do ensino médio. Os melhores colocados ao final das três etapas estão automaticamente aprovados para a universidade. Nos primeiros 10 anos do Programa, em 2006, mais de 50 mil alunos participaram do PAS. Desses, 8.547 tornaram-se calouros da UnB. O PAS é aberto a todos os estudantes do Brasil.

Buscando assumir seu papel na luta por um projeto de combate ao racismo e à exclusão social, a UnB foi a primeira universidade pública a romper com a lógica segregacionista da academia brasileira, instituindo o sistema de cotas para negros a partir do segundo vestibular do ano de 2004. A Instituição justificou sua importante decisão pela constatação de que a universidade brasileira é um espaço de formação de profissionais de maioria esmagadoramente branca, valorizando, assim, apenas um segmento étnico na construção do pensamento dos problemas nacionais, de maneira tal que limita a oferta de soluções para os problemas de nosso País. Ao instituir o sistema de cotas no vestibular, a comunidade acadêmica da UnB enfrentou um debate polêmico, dando uma demonstração firme de que está à frente do seu tempo.

No ano de 2006, a UnB realizou um vestibular exclusivo para jovens indígenas. Foram 1.176 inscritos que concorreram a dez vagas, distribuídas nos cursos de ciências biológicas, ciências farmacêuticas, enfermagem e obstetrícia, medicina e nutrição.

O vestibular indígena foi resultado de um convênio entre a UnB e a Funai (Fundação Nacional do Índio). A estréia do programa, em 2004, contou com 15 candidatos que já cursavam o ensino superior em instituições particulares do Distrito Federal. Os alunos passaram por um processo de transferência facultativa, com vagas nos mesmos cursos que já estavam matriculados. A idéia é que os indígenas voltem às aldeias e apliquem o conhecimento para melhorar a qualidade de vida de seus povos, sem que isso signifique aculturação.

A UnB é uma das universidades que mais interagem com a comunidade. Em 2005, segundo o Serviço de Convênios e Contratos (SCO), havia 296 convênios entre a UnB e empresas públicas e privadas, no Brasil e no exterior.

O compromisso social da universidade também aumentou em outras frentes, a começar pela expansão do próprio número de alunos matriculados. Segundo a Secretaria de Planejamento da UnB, em 2006, havia 23.289 alunos regulares registrados nos cursos de

graduação, 40% a mais que 1998, e quase 56 vezes o número de alunos do primeiro vestibular, em 1961.

Na pós-graduação, o aumento no número de alunos também foi significativo. Entre 1998 e 2006, houve um crescimento de 91% de estudantes no mestrado (passando de 1.650 para 3.152) e de 158% no doutorado (de 615 alunos para 1.590).

O Campus Universitário Darcy Ribeiro – nome dado durante homenagem feita em fevereiro de 1995, dois anos antes da morte do idealizador da UnB – é um organismo vivo, onde funciona toda a infra-estrutura de uma cidade.

Sabendo que as metas para as matrículas no ensino superior no Brasil estão ainda longe de serem alcançadas, a UnB formulou, em 2006, um projeto de expansão que beneficiará a população de regiões administrativas e entorno de Brasília. Ao todo, 11 pontos da universidade serão criados na região, facilitando o acesso da população a ela. A previsão é que a instituição passe a oferecer cerca de 10 mil vagas ao ano – 2,5 vezes mais do que era em 2006. As principais vantagens são aumentar o número de vagas e desenvolver habilidades e competências fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

Aos 45 anos de existência, a Universidade de Brasília possui, sem dúvida, incontáveis razões para encher de orgulho os cerca de 30 mil professores, estudantes e servidores que compõem sua comunidade acadêmica, e é um grande modelo educacional a ser seguido.

Todos aqueles que se empenharam e se empenham para o sucesso de seu compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão merecem nossos aplausos. Peço aplausos agora para a UnB. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Joaquim Roriz.

Logo após, falará o Senador Adelmir Santana.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezadíssimo Reitor Timothy Mulholland, demais componentes da Mesa, prezadíssima Senadora que preside estes trabalhos, Srs. Senadores e Sr's Senadoras, professores, alunos, senhoras e senhores, a Universidade de Brasília (UnB) representa, para os brasilienses e para os brasileiros, um grande marco na educação, na cultura, no ensino e na pesquisa.

Ao iniciar este registro, quero cumprimentar, de forma especial, o ex-Reitor da Universidade de Brasília, hoje um brilhante Senador da República, que nos tem dado muito orgulho por sua competência e, sobretudo, pela defesa intransigente com que tem se

posicionado em favor da educação no Brasil. Eu saúdo, de forma especial, o Senador, ex-Reitor da UnB, Cristovam Buarque.

A inauguração da UnB, em 21 de abril de 1962, dois anos, portanto, após a inauguração de Brasília, serviu como um dos pilares de sustentação e de consolidação da nova Capital do País.

Aproveito a oportunidade para externar minhas homenagens ao saudoso professor e antropólogo Darcy Ribeiro, que foi o idealizador, o fundador e o primeiro Reitor da Universidade de Brasília.

Na qualidade de Governador do Distrito Federal, tive muita satisfação em envidar esforços em prol da expansão da Universidade de Brasília para as cidades satélites do Distrito Federal. Foi disponibilizada pelo nosso Governo do Distrito Federal área para que a UnB pudesse construir em Planaltina seu *campus* universitário.

O *campus* da UnB em Planaltina encontra-se devidamente instalado, tendo realizado o primeiro vestibular em 2006, com 47% de aprovação de alunos da própria região, atendendo, em especial, os alunos de Sobradinho, de Planaltina, do Paranoá, de Formosa (GO) e de Planaltina de Goiás (GO).

O Governo do Distrito Federal contribuiu também com recursos para construção e compra de mobiliário para que o novo Campus da UnB em Planaltina iniciasse suas atividades, com prioridade de atendimento à classe economicamente menos favorecida.

Our Government, no início de 2006, disponibilizou mais duas áreas para que UnB pudesse expandir seu Campus: uma em Ceilândia e outra no Gama.

A Universidade de Brasília tem notório destaque no campo da educação, da pesquisa e do ensino, no âmbito nacional e no âmbito internacional, destacando-se como uma das mais conceituadas Universidades da América Latina.

Sinto muito orgulho por essa universidade, que já formou tantos homens e mulheres ilustres, capazes, que têm demonstrado pelo Brasil afora serem pessoas altamente qualificadas.

Ao ensejo do 45º aniversário de criação da Universidade de Brasília, não poderíamos deixar de fazer este registro e apresentar esta singela homenagem a seu idealizador e a todos aqueles que contribuíram e contribuem para torná-la um grande centro de cultura e de pesquisa.

Parabéns, nobre Reitor. Parabéns, todos os professores dessa conceituada universidade. E parabéns a todos aqueles que recebem aqui esta homenagem. É o meu desejo fazer esse registro e orgulhoso digo que a Universidade de Brasília é a mais respeitada deste País.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sihessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Serys, Sr's Senadoras, Srs. Senadores, quero fazer uma saudação especial ao Reitor da Universidade de Brasília, professor Timothy Mu-lholland, em nome do qual saúdo os demais Reitores ou ex-Reitores componentes da Mesa, o Vice-Reitor, todos os professores, alunos, funcionários e colaboradores da UnB.

Louvo também o Senador Cristovam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal e ex-Reitor da UnB, pela iniciativa da realização desta merecida sessão solene.

No último dia 21 de abril, a Universidade de Brasília completou 45 anos, como laboratório vivo de pensares, saberes e experiências múltiplas. A UnB faz parte de Brasília. É impossível contar a história desta cidade, que completou 47 anos, sem mencionar essa imensa torre de educação, cultura e aprendizado que faz da Universidade um leque de formadores de opinião.

Logo que Brasília foi inaugurada, em 21 de abril de 1960, os projetos para a criação de uma universidade que fizesse jus aos novos tempos já estavam fervilhando na cabeça de seus idealizadores, os professores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Dois anos depois, surgiu na Asa Norte, no meio do “redemoinho” do grande terreirão de obras que era o Plano Piloto ainda em construção, as primeiras estruturas da futura UnB. Nas dependências do Ministério da Saúde, em plena Esplanada dos Ministérios, funcionava provisoriamente a burocracia e as primeiras salas de aula. No começo eram exatos 413 alunos, que prestaram o primeiro vestibular. Hoje, a UnB é uma das mais bem conceituadas instituições de ensino do Brasil com mais de 20 mil alunos.

Trilhar esse caminho, no entanto, demandou esforços dos seus primeiros dirigentes, de todos os Reitores que por lá passaram e aqui estão presentes nesta solenidade.

O projeto original de Brasília feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa já previa um espaço para a UnB entre a Asa Norte e o Lago Paranoá. Mas a luta pela sua construção foi grande. Tudo por causa da proximidade com o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a própria Esplanada. Algumas autoridades não queriam que estudantes interferissem na vida política da cidade.

Finalmente, depois de negociações intensas, em 15 de dezembro de 1961, o então Presidente da

República João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que autorizou a criação da universidade.

O antropólogo Darcy Ribeiro, já citado aqui certamente por todos os que me antecederam, idealizador, fundador e primeiro Reitor da UnB, sonhava com uma instituição voltada para as transformações, diferente do modelo tradicional criado no Brasil na década de 1930.

No País, a UnB foi a primeira a ser dividida em institutos centrais e faculdades, como foi dito pelo companheiro, Senador Sibá Machado. E, nessa perspectiva, foram criados os chamados “cursos-troncos”, nos quais os alunos tinham a formação básica e, depois de dois anos, seguiam para os institutos e faculdades. Os primeiros três “cursos-troncos” eram: Direito, Administração e Economia; Letras Brasileiras; e Arquitetura e Urbanismo.

A inauguração da UnB, às 10 horas daquele 21 de abril de 1962, assemelhou-se em muito à própria capital. Quase tudo era canteiro de obras, pouquíssimos prédios estavam prontos.

O Auditório Dois Candangos, onde ocorreu a cerimônia, havia sido finalizado 20 minutos antes. Seu nome homenageia os pedreiros Expedito Xavier Gomes e Gedelmar Marques, que morreram soterrados em um acidente durante a construção. Já se fazia justa homenagem aos nossos construtores.

Ao falar da nossa universidade, neste momento em que todo o País discute os rumos da educação da nossa juventude, não poderíamos deixar de citar um dos maiores educadores que este País já conheceu.

Refiro-me ao Professor Anísio Teixeira, que se dedicou em colocar em primeiro plano a educação como forma prioritária de crescimento. Viajou à Europa e Estados Unidos para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Anísio Teixeira, idealizador da UnB, sempre brigou pela democracia na educação, briga essa da qual participaram alguns baluartes daqui deste Congresso, entre os quais cito o autor da homenagem, Senador Cristovam Buarque.

Anísio Teixeira publicou vários livros defendendo a educação e cultura para todos. Foi um dos fundadores da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Universidade de Brasília, (UnB), da qual foi Reitor em 1963.

A partir de 1964, com a instalação dos governos militares, os tempos ficaram mais difíceis para a UnB. Na verdade, a instituição brasiliense já era tida por setores mais conservadores como um “pe-

rigoso foco do pensamento esquerdistas”, visão essa que só se acirrou com os governos militares.

E, por estar mais perto do poder central, foi uma das mais atingidas, também. Universitários e professores foram pesos, cassados e expulsos da UnB. Idealismo e pesquisa eram atividades confundidas com subversão.

O *campus* da UnB foi invadido e cercado por policiais militares e do Exército várias vezes durante o ano. No dia 18 de outubro de 1965, depois da demissão de 15 docentes acusados de subversão, 209 professores e instrutores assinaram demissão coletiva, em protesto contra a repressão sofrida, na universidade. De uma só vez, a instituição perdeu 79% do seu corpo docente.

Apesar disso, Sr. Presidente – agora o nosso Cristovam é o Presidente –, Sr. Reitor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Professores, tanta luta, tanta resistência, buscas e experiências se refletem hoje no sucesso da universidade e na qualidade de alunos nos cursos de graduação e pós-graduação.

São ao todo mais de 22.471 alunos. A grandeza também é tida na criação de novos *campus*, que hoje já estão previstos – nós já tivemos oportunidade de participar de solenidades com o Magnífico Reitor – para Planaltina, Ceilândia e Gama, com o nosso apoio e naturalmente de todos os Senadores do Distrito Federal e do Governo Arruda/Paulo Octávio.

Dito isso, faço aqui um desafio a UnB. Aliás, já o fiz na última semana em que estive lá, neste seu histórico aniversário, na pessoa do Prof. Timothy.

Tenho proposto neste plenário a criação, com urgência, de um Fórum Permanente do Ensino Técnico em todos os níveis, com todos os entes educacionais e culturais do Distrito Federal.

Penso que cabe a UnB, a Universidade de Brasília, realizar esse fórum, envolvendo todas as escolas técnicas federais e distritais, e todos os cursos técnicos do Sistema S – Senac, Sesi, Sebrae e Senat. É necessário que todos nós estejamos focados nisso, para que não haja a superposição de cursos, ainda mais em um momento em que nós recebemos aqui o PAC da Educação, em que está prevista a criação de mais de 150 escolas técnicas. Parece-nos que o Distrito Federal será contemplado com três novas escolas técnicas.

Um fórum vivo e pulsante como a própria UnB, que direcione e potencialize toda a nossa juventude para o mercado de trabalho, sem superposicionar ensino de oportunidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Viva a UnB! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradeço o pronunciamento do Senador Adelmir, e convido o Senador Arthur Virgílio, como último inscrito...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. *Fora do microfone.*) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Não, desculpem-me.

Convido a Senadora Serys...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. *Fora do microfone.*) – É discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – ...pela cota das mulheres, pedindo desculpa a S. Ex^a.

Peço desculpas ao Senador Arthur Virgílio também.

Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Estou brincando com o Senador Cristovam...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, aí não é por cota, é por mérito.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...que é discriminação. Nenhuma Senadora ainda usou a palavra e ele está me deixando de fora.

Mas senhores e senhoras aqui presentes, atual Reitor da querida UnB, Srs. ex-Reitores, queridíssimo ex-Reitor Cristovam, Senador tão querido, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, eterna Senadora Emília Fernandes, Srs. Professores, Sr^as Professoras, colegas – me permitam chamá-los e chamá-las assim, porque eu dei aula, trabalhei na sala de aula, na Universidade Federal de Mato Grosso, por 26 anos, na graduação e na pós-graduação, o que é tempo de serviço, não é? –, Srs. funcionários da UnB, em nome de todos da UnB que estão aqui, dos 45 anos de existência dessa universidade, eu quero também aproveitar para saudar todos os profissionais da educação, os trabalhadores da minha Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, que não tem 45 anos, mas 37 anos cravados, com muita história, muita luta no Estado de Mato Grosso.

Mas antes de começar a minha fala, que prometo será breve, eu gostaria, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, de solicitar o registro, nos *Anais* do Senado da República do nosso País, da partitura da música *Sonho de Darcy Ribeiro*, escrita pela Professora Jaci Toffano. A letra é de autoria do Professor Adalberto Müller.

Feitas as saudações, eu quero dizer que ser trabalhador de uma universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade é um ato de heroísmo e de resistência. Necessita-se de gente determinada e resistente, como são os profissionais da educação e das nossas universidades, de um modo geral, para dar continuidade a essa luta, com muita vontade e com muita determinação.

Quando falo em educadores, refiro-me a todos os que estão dentro das universidades: reitor, corpo docente, trabalhadores, servidores; todos, do mais humilde ao mais graduado. É esse conjunto que faz realmente a coisa acontecer.

Temos hoje no programa do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o ProUni. É importante? É, não resta a menor dúvida. Mas o que precisamos é de uma universidade pública, que, cada vez mais, seja ampliada, expandida e fortalecida. Essa universidade pública é o que procuramos e buscamos. Eu digo nós porque sou professora; estou Senadora temporariamente. Sou professora e construí a minha história e a minha vida em torno dessa profissão, lutando, desde os primeiros momentos, pela construção e pela implantação da nossa Universidade Federal de Mato Grosso, caminhando pelas ruas de lá, apesar da minha juventude! E lá se vão 37 anos só de existência da nossa universidade! É a resistência desses profissionais, é o reconhecimento, a busca do fortalecimento da nossa universidade pública que vai levar.

Acredito, senhores e senhoras, acredito realmente que o que pode auxiliar de forma absoluta, contribuir de forma determinada para que se dê o desenvolvimento científico e tecnológico deste País é a universidade pública.

Tenho todo o respeito pelas particulares. São empresas privadas e como tais são respeitadas pela minha pessoa, mas eu defendo e acredito que quem precisa ser forte em termos de ensino superior e pós-graduação neste País é a universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade. Isso é o que temos que buscar, nós trabalhadores da educação, da escola pública de ensino superior, pós-graduação e tudo o mais.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, digo que sempre que uso da tribuna não deixo de tratar de dois assuntos de extrema relevância, e hoje não seria diferente. Um deles é a questão de gênero. Até brinquei, porque todos me conhecem e sabem que quando uso a tribuna sempre falo da questão de gênero, pois sabemos que nós mulheres temos tido um papel importante e determinante dentro das nossas universidades, mas não só isso. Queremos a mulher participando em igualdade absoluta de condições em

todas as situações, sem nenhuma discriminação na família, no trabalho, na política, em todos os sentidos. Isso é o que buscamos construir.

Vamos ter uma sociedade justa, igualitária, melhor para todos e para todas quando realmente os direitos forem iguais, sem discriminação ao negro, ao índio, ao idoso, enfim, a todos, mas especialmente a nós mulheres, que somos 52% da sociedade e exigimos igualdade de direito aos nossos filhos, aos companheiros homens, que, com certeza, são solidários, fraternos e generosos e vão nos ajudar a construir essa igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O outro tema é o meio ambiente, questão tão séria, tão grave, ou seja, o aquecimento global. As mudanças climáticas são discutidas por todo o planeta. Nós temos que ter essa responsabilidade.

Eu estive, há poucos dias, a convite do G-8+5, em Washington, numa discussão ampla, grande e perigosa, eu diria. Lá, nós chegamos ao entendimento de que essa discussão tem que ser aprofundada, entre todos, com responsabilidade diferenciada, é claro, dentre os países já tidos como desenvolvidos ou em desenvolvimento, e aqueles considerados ainda em fase de desenvolvimento, responsabilidade diferenciada, mas de todos. E também entre as pessoas, individualmente, com uma pequena parcela que cada um possa dar de contribuição nesse sentido, mas tem que ser dada por todos. Só assim nós vamos construir a sociedade melhor para todos e para todas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT-DF) – V. Ex^a será atendida na forma das normas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT-DF) – Agradecendo a Senadora Serys Sihessarenko, colega, professora – desculpe-me, outra vez, pela mudança da ordem –, eu passo a palavra ao Sr. Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Professores, funcionários convidados presentes a esta sessão solene, Senadora e Ministra Emilia Fernandes, Reitor Timothy Mulholland, ex-Reitor Ibañez, vice-Reitor Edgard Mamiya, ex-Reitor Cláudio Todorov, para mim é uma felicidade muito grande poder estar nesta sessão presidida por um grande reitor que conheceu a UnB, o Governador e Senador Cristovam Buarque, depois de ter ouvido as palavras do operoso Governador Joaquim Roriz e o belíssimo discurso proferido pelo Senador Adelmir Santana. Essas evocações todas me levam a Darcy Ribeiro e ao Professor Lauro Campos que influenciaram tantas gerações.

Darcy Ribeiro, talvez o único antropólogo no mundo inteiro que tenha sido ao mesmo tempo idealizador, criador, primeiro reitor de uma universidade, Ministro da Educação de um País do porte do Brasil e, ainda por cima, Chefe do Gabinete Civil de um presidente da República – aconteceu tudo no curto período do Presidente João Goulart. E Lauro Campos, aquela figura doce que deixa saudades e que, durante todo o tempo que significou a resistência ao regime autoritário, influenciava para valer as cabeças dos jovens que se lançavam à luta por liberdade.

Mas gostaria de dizer, Senador Cristovam Buarque, que sou filho de um Parlamentar que teve a sorte de ter sido Deputado Federal, Líder do PTB, PTB de João Goulart, de Leonel Brizola, de Getúlio Vargas, e viu, talvez até por isso, aprovado na Câmara o seu projeto de criação da Universidade Federal do Amazonas.

Por coincidência, eleito Senador, como Líder do Governo João Goulart, talvez até por isso, conseguiu ver finalmente transformado em realidade o seu sonho de dotar o Amazonas de uma universidade federal. Claro que a ditadura fez tudo para obscurecer isso e o populismo que a ela se seguiu não fez questão de divulgar. Esse é um fato que muito me aproxima da UnB: com ela, travei contato como estudante, num breve curso que fiz de Relações Internacionais ministrado pelo Embaixador Rubens Ricúpero, figura pública da melhor qualidade e do melhor nível.

Como os fatos que me vêm à mente e que me trazem recordações as mais variadas da UnB, esse episódio último que mereceu repúdio do Senado como um todo, da boçalidade, da brutalidade, do racismo, algo que nos denigre como nação civilizada e que mostra a que ponto somos capazes de fingir que não somos racistas, tendo um forte sentimento desse porte dentro de certos corações menores e mais mesquinhos deste País. Abro um parênteses para dizer que – talvez até por defeito da formação pela qual optei – não consigo enxergar nada que não tenha um fundo econômico por trás; nada, nada! Para mim, tudo tem fundo econômico. O **apartheid** não era o ódio do negro contra o branco ou do branco contra o negro, era a tentativa dos *boers* e dos holandeses de garantir para eles próprios os melhores empregos, os melhores salários. Cria-se então a ideologia do racismo: eles são inferiores, logo, vamos dizer que eles são inferiores para mantermos para nós as melhores oportunidades de vida. Assim como os belgas não queriam levar Deus à religião, aos congoleses; queriam os diamantes e diziam: nós vamos levar Deus aos congoleses e voltavam com os diamantes, deixando o inferno que nós percebemos, historicamente, que foi o colonialismo.

Vejo que as pessoas que explicitam o racismo são simplórias; meramente caíram no conto dessa ideologia. Sempre existe, por trás de todas essas manifestações obscurantistas, um fundo econômico. Não consigo entender de outra forma. Entendo sempre assim.

Lembro-me – e o Senador Adelmir Santana se referiu ao episódio de 1965, de demissões em massa de funcionários, de professores da UNB, enfrentando o regime que nascia – que, às vésperas do AI-5, quando Deputados saíram do Congresso Nacional, liderados, àquela altura, pelo Líder do MDB, que foi o depois Prefeito, depois Senador e depois Governador Mário Covas, houve um choque muito grande que resultou no ferimento físico do próprio Covas.

Há um episódio que, para mim, dentro do que era aquela coisa atrasada que representava o regime autoritário, terminou tendo um contorno delicioso de piada que eu guardo para o resto da vida. Eu próprio, Senador João Pedro, já Deputado, estava uma vez na Câmara de manhã e fui procurado pelo ainda não Deputado Sigmaringa Seixas, que me disse que precisava de alguns Deputados que se dispusessem a ir à UnB, porque estava havendo uma pancadaria muito feia. Estavam agredindo estudantes, professores e tudo o mais. Não que valesse muito a pena àquela altura ou que tivesse muito valor se dizer “eu sou Deputado”, para impedir que a agressão continuasse. Era mais provável até que você se solidarizasse, sendo agredido também, mas fomos lá e, depois de uma exaustiva sessão de negociações e de empurra para cá e puxa para acolá, chegou uma hora em que o Sigmaringa disse que tínhamos de conseguir o *habeas corpus* para os estudantes presos. Fomos ele e eu à casa do juiz Dario Viotti, já falecido, um juiz muito corajoso. Ele, talvez viúvo, morava sozinho e era uma pessoa visivelmente metódica. E pegamos o juiz Viotti fazendo a sua refeição, a sua ceia de jantar. Ele, repito, metódico – e descobri que era metódico, porque deixou um ovo cozido no centro do prato e ia comendo pelas beiradas o restante. Eu estava desde as 10 horas da manhã sem comer nada. O Sigmaringa conversava com ele, e eu olhava aquilo. Sai o ***habeas corpus***, sai, não sai. Acabou saindo o ***habeas corpus***. Nesse vai-e-vem, eu peguei o ovo e o coloquei todo em minha boca, de uma só vez. Engoli o ovo que estava no prato do juiz.

Fiquei ali sem falar nada, procurando não deixar vestígios. No carro, Sigmaringa disse: “Homem corajoso, não é Arthur?” Eu disse que o juiz era corajoso, sim, que era admirável. Apenas não sabia se ele ficara inteiramente satisfeito com a nossa visita. “Não”, disse o Sigmaringa. “Ele hesitou porque enfrentar um regime de força é duro, mas ficou satisfeito com a nossa visita”. Eu não disse nada para o Sigmaringa.

Voltamos e obtivemos a soltura dos rapazes. Tempos depois, o Sigmaringa disse: “Agora, eu descobri por que você disse que a coisa não era boa. Eu encontrei com ele no fórum e disse, na frente de advogados e outros juízes: olha, esse aqui é um homem bravo, o Juiz Viotti. Outro dia, fui lá com o Deputado Arthur Virgílio e conseguimos que ele fizesse algo muito corajoso, assinar o *habeas corpus*” – e aqui abro um parêntesis para dizer que já havíamos reconquistado o direito ao *habeas corpus* – “e liberasse os garotos que estavam presos”.

E ele disse: “Não houve qualquer coragem, eu só cumprí o meu dever. Mas aquele seu amigo Deputado é um moleque!”

Mas não deu realmente para reparar. Ele haveria de compreender que eu tinha direito à minha segurança alimentar naquele momento.

O fato é que a UnB faz parte da vida de todos nós que somos hospedados por Brasília e que queremos vê-la oferecendo o melhor ensino, dotada das melhores condições de trabalho e de aprendizado. Sentimos que é um dever pluriestadual, supraestadual, homenagearmos a UnB, e faço isso com o mesmo carinho como se estivesse falando da Universidade Federal do Amazonas ou da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde me formei no primeiro curso de graduação.

Senador Cristovam Buarque, ouvi a Senadora Serys Slhessarenko dizer que iria procurar ser breve, e eu disse que também iria tentar. É uma promessa que nem sempre consigo cumprir, mas, desta vez, vou conseguir, sim.

Esta é uma homenagem merecida, e seus autores estão absolutamente de parabéns por isso.

Desta vez, nós que contamos aqui tantas histórias de tempos passados, ligados ao obscurantismo, à ditadura, à agressão aos direitos da pessoa humana, agora sabemos que, com o *upgrade* que foi a democracia, temos outros problemas, e os outros problemas são melhores sempre; ou melhor, não melhores, são mais manejáveis, mais administráveis do que os problemas que se resumiam a ter ou não ter liberdade. Hoje, com liberdade, pode-se reivindicar e planejar a idéia de uma universidade melhor. A ditadura ficou para trás.

E gostaria muito de, daqui a alguns anos, Senador não sei, mas estar vivo, sim, porque sou muito adepto do art. 5º da Constituição de 88, que garante o direito à vida. E se o leio ao pé da letra, imagino que não morrerei nunca. E, se morrer, minha família tem direito de entrar com uma Adin reclamando, no mínimo, uma indenização muito forte, porque o art. 5º é claro: direito à vida. Então, estou presumindo que não morro tão cedo; ou melhor, não morrerei. Espero, da-

qui a não sei quantos anos, poder vir aqui várias vezes para ver a UnB comemorar o seu aniversário, as suas novas vitórias, discutir os seus novos problemas, mas sempre olhando para trás, sem saudades do tempo de obscurantismo, e olhando para frente, o futuro que a democracia lhe descortina.

Muito obrigado Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim Senador, com muita alegria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aproveito a oportunidade, Senador Arthur Virgílio, para também expressar os meus cumprimentos à Universidade de Brasília, aos reitores Timothy Mulholland, Cristovam Buarque, Antônio Ibañez e outros que estão à Mesa, lembrando algo que tem a ver com um eminente representante do seu Partido. Ainda no dia 21 de abril, tive a oportunidade, com outro Senador, de estar presente em Ouro Preto, onde o Governador Aécio Neves...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele ficou felicíssimo com o vaticínio que V. Ex^a fez. “Estou-lhe dando aqui esse projeto para quando você for Presidente”. Ele disse isso para mim.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele fez ali um pronunciamento muito bonito sobre Oscar Niemeyer, relembrando todas as obras feitas por ele, dentre as quais, juntamente com Darcy Ribeiro e Lúcio Costa, a Universidade de Brasília.

Pensei nisso agora, de pronto, e fiz uma solicitação ao meu gabinete, porque gostaria muito de propor e requerer a transcrição, nos Anais desta homenagem à Universidade de Brasília, do pronunciamento do Governador Aécio Neves, que fala tanto em como Oscar Niemeyer se inspirou, por exemplo, lá naqueles morros e montanhas em torno de Ouro Preto. Em 1939, ali esteve para fazer o hotel de Ouro Preto e, depois, para fazer os desenhos das curvas e dos arcos que estão presentes, seja lá na Universidade de Brasília, seja aqui neste maravilhoso Senado, seja na Praça dos Três Poderes, aqui, na área dos ministérios. Aécio Neves até mencionou que ele se inspirara muito nas curvas dos morros e das montanhas de Minas Gerais, esquecendo-se de referir-se a algo de que ele entende muito, dito pelo próprio Oscar Niemeyer: que ele também se inspirou nas curvas das bonitas mulheres brasileiras. Aécio Neves nem mencionou essa parte do discurso. Portanto, está aqui, e gostaria muito que V. Ex^a pudesse ver, mas pode estar certo de que todos que gostam da Universidade de Brasília ficarão contentes. Não sei se V. Ex^a já viu mas quero, também, fazer a sugestão de que seja passado na Universidade de Brasília, se

já não foi, o filme sobre os cem anos da vida de Oscar Niemeyer, que aqui, na semana passada, tivemos a oportunidade de ver e que tem tanto a ver com a história dos 45 anos da UnB. Meus cumprimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador. Respondo a V. Ex^a, Sr. Presidente, e encerro este pronunciamento, primeiro, acolhendo com muito prazer o aparte e o documento proposto pelo Senador Eduardo Suplicy; segundo, dizendo que, pelo que conhecemos de Oscar Niemeyer, ele deveria estar pensando nas belezas do Rio de Janeiro, no seu amor por Brasília, no pôr-do-sol lá do nosso rio Negro. Agora, sem dúvida alguma, conhecendo como nós o conhecemos, que tinha curva de mulher no meio tinha, disso eu não tenho nenhuma dúvida, disso eu tenho pouquíssima dúvida.

Eu gostaria de lembrar – já que falamos aqui tanto para trás e a UnB é uma história de luta por liberdade – que o Senador Suplicy e eu uma vez fomos jogados numa fria danada pelo nosso inesquecível Dr. Ulysses Guimarães. Daqui a pouco, convidado V. Ex^a e os Srs. Senadores outros que queiram – sei que se sensibilizarão – assinar comigo esse voto de lembrança. Estou hoje apresentando um voto de lembrança ao recentemente falecido, nosso inesquecível colega e amigo, seu e meu, Dante de Oliveira, porque, não sei quantos anos atrás, foi o dia não da derrota, mas da insuficiência de votos para se aprovar a Emenda Dante da Oliveira, das Diretas.

Vou, na verdade, apresentá-lo daqui a pouco, quando começar a sessão ordinária.

Naquele dia havia aí fora o nosso gentil General Newton Cruz. Ele estava com todo o seu amor para dar aí fora. Os manifestantes queriam sair em segurança. O Dr. Ulysses pediu ao Suplicy e a mim que acompanhassemos, com todas as nossas forças armadas, minhas e dele, os manifestantes até a rodoviária, a pé, para que eles pegassem ônibus lá. E fomos. O General Newton Cruz queria nos forçar a pegar a parte de trás dos ministérios, porque na parte de trás seria um massacre, não saberíamos nem quem estava fazendo o que com quem. Então, fizemos pé firme, eu e o Senador Suplicy, e dissemos: se tiver de haver repressão, vai haver. Vamos aqui pela Esplanada, com mais luz, com carros, com testemunhas.

Chegamos à rodoviária cercados por eles. Foi uma coisa interessante porque, graças a Deus, havia muitos ônibus à disposição e nunca vi as pessoas conseguirem entrar tão rapidamente em um ônibus, nunca vi tanta solidariedade dos motoristas, de saírem imediatamente com os ônibus, a ponto de depois nos pilharmos sozinhos, eu e o Suplicy. Aí o problema

foi o caminho da volta, já sem os manifestantes a nos protegerem.

Tenho muito prazer em incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento, ao mesmo tempo em que ligo esta homenagem à homenagem que quero fazer mais tarde, rapidamente, sem atrapalhar o restante da sessão, à Emenda das Diretas, portanto, à memória de Dante de Oliveira, que, tenho certeza absoluta, se liga ao espírito da UnB, que é um espírito de luta permanente por liberdade neste País. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR AÉCIO NEVES

Evento: Comemoração da Semana da Inconfidência

Local: Ouro Preto

Data: 21-4

Mineiros,

Estamos aqui, reunidos, mais uma vez, nessas ruas de pedra, cercados de história, para celebrar a memória do herói e mártir da Independência, o alferes Joaquim José.

É quando Minas e os mineiros tornam mais densas as reflexões sobre o presente, tendo como inspiração e referência viva a história que nos formou e moldou o nosso espírito.

É também, ano a ano, quando Minas reverencia aqueles que carregam, na trajetória de suas vidas, verdadeiros marcos transformadores da realidade e da construção do País que somos e que ainda sonhamos ser.

Este ano, na nossa maior solenidade cívica, homenageamos um dos maiores homens do nosso tempo, o grande arquiteto de nossa contemporaneidade, Oscar Niemeyer.

É uma homenagem justa e uma homenagem necessária.

Diria eu, imprescindível, e irresistível um breve olhar sobre o tempo e a história e a grande criação da sua obra se ergue sobre ambos. Oscar Niemeyer ultrapassou, na surpresa estética de seus projetos e na distribuição mundial de seu trabalho, todos os grandes mestres de nossa contemporaneidade, de Gaudi a Frank Lloyd Wright, a Pierluigi Nervi e a Le Corbusier.

Mas a arte, além de expressar o sentimento estético, revela também o universo interior do artista. Nela, para os que sabem ver, há o caráter do homem e de sua época. Toda obra de arte, no fundo, é novo Renas-

cimento, é a insistência do ser humano em toda a sua grandeza, contra as deformações do espírito. A arquitetura de Oscar é profundamente humanista, porque sabe expressar o silêncio e o protesto, a reflexão e a alegria, mas, sobretudo, a solidariedade. A obra do artista exige os espaços abertos pede a luz do sol, mas, da mesma forma, cava túneis, passagens encasuladas na penumbra, como se, ao contrapor luzes e sombras, lembrasse as alterações dialéticas do destino.

É provável, amigo e amigas, que se reúnem hoje em Ouro Preto, que eu esteja cometendo uma ousadia ou um exagero de louvor a Minas, mas não resisto. Tenho o pressentimento que foi em nosso Estado, meu caro Roberto D'ávila, que Oscar descobriu a imponência da curva, ao extasiar-se com as linhas ondulantes das serranias e o serpenteio convexo de nossos vales. No litoral, as montanhas confrontam o mar, é o plano aberto, o contraponto estético bem definido nas terras mediterrâneas e montanhosas, como as mineiras, a visão é forçadamente vertical, as elevações servem de alívio aos vales estreitos e os vales impõem as graves meditações do cotidiano.

O convívio de Oscar com os mineiros começou cedo, ao se integrar no grupo do Ministro Gustavo Capanema e participar, com Le Corbusier, do projeto do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Pouco depois, o Governador Benedicto Valadares e o seu secretário, Israel Pinheiro, convidaram o jovem e já conhecido arquiteto para projetar um cassino, naquele tempo tão afastado da capital, que naquele tempo se chamava Acaba Mundo, hoje o elegante bairro do Sion na nossa capital. Mas Juscelino acabou desviando sua arte para a Lagoa da Pampulha. Na Igreja de São Francisco, o mais belo dos edifícios ali construído, os ângulos costumeiros foram amolgados nas curvas atrevidas, que faziam reverência ao barroco, mas avançavam na ousadia criadora. Essa insubmissão das linhas, que em Minas acompanhavam a silhueta permanente das serras, retorna permanentemente em outras criações do mestre. E nessa tarefa, a de bordar a orla da Pampulha com sua genialidade, que se revela outra marca do caráter de Oscar Niemeyer.

O arquiteto convocou, para ajudá-lo na urbanização, outros dois grandes vanguardeiros da estética: Cândido Portinari, aqui hoje também homenageado, e Roberto Burle Marx. A pintura e os azulejos de Portinari integram-se nas linhas arquitetônicas da pequena igreja, da mesma forma em que os jardins projetados pelo paisagista Burle Marx moldaram os edifícios profanos que junto com o templo formam no mesmo espaço o primeiro conjunto da moderna arquitetura brasileira. Sinto-me feliz em realizar e resgatar uma dívida de Minas, hoje, para com Cândido Portinari, que nasceu

em Brodoski, bem próximo à nossa divisa com São Paulo, e é, na alma toscana, na escolha estética e no caráter, um dos nossos. Ao conferir a Cândido Portinari aqui representado por seu único filho, João Cândido, a Grande Medalha da Inconfidência, faço-o em nome de cada um dos nossos conterrâneos.

Passados mais de sessenta anos, Oscar volta a doar aos mineiros a sua genialidade ao projetar, como já fez, o novo Centro Administrativo do Estado, que estamos edificando. Ele é o grande artista, que desenha poemas em aço e concreto, mas é também o patriota solidário, o homem coerente com os ideais de sua juventude, o inigualável amigo, o excepcional ser humano que – não obstante o agnosticismo intelectual – é verdadeiro militante cristão em sua vida pessoal.

O poder é efêmero, sua arte é duradoura. Oscar tem o privilégio de uma certeza: a de que suas obras serão eternas. A vida o privilegiou com sólida idade, na qual a glória deixa de ser possibilidade, mas se afirma como pedra de milênio. Ai estão os grandes monumentos de Brasília e os belos edifícios espalhados pelo mundo.

Ele é mais do que arquiteto. A arquitetura não é a única nem a mais importante expressão de sua personalidade. A melhor definição de Oscar é a que se trata de um homem na significação mais forte do que é ser verdadeiramente um homem.

É preciso que voltemos a restabelecer a autonomia e o poder administrativo local.

E a representatividade dos partidos políticos, que devem trabalhar no campo das idéias, conservadoras ou avançadas, não importam, e submeter seus projetos às imposições do bem comum.

Precisamos restaurar as razões e os pilares do pacto federativo nacional.

Convenço-me, a cada dia mais, de que o Brasil não se libertará de suas amarras se primeiro não se libertar do vício do centralismo.

Tenho procurado, na prática, professar, em nome de Minas, a necessidade de uma nova ordem, que restabeleça os princípios mais básicos da repartição dos recursos públicos e sua destinação.

Enquanto não nos for possível dispor da parcela justa dos impostos gerados pelo trabalho de todos, o País continuará com as terríveis desigualdades regionais, que se traduzem, dramaticamente, nas desigualdades sociais. A idéia do federalismo, como sabemos, era presente permanentemente na Inconfidência Mineira. Os líderes da frustrada revolução libertadora se inspiravam no sistema norte-americano e pretendiam que cada uma das capitâncias brasileiras, uma vez constituída o Estado nacional, pudesse ser senhora

das próprias riquezas sem deixar de contribuir com sua solidariedade com os demais brasileiros.

Quando os mineiros – e isso se tem repetido em todas as gerações – defendem o federalismo, estão sendo coerentes com as idéias de Tiradentes e seus companheiros de conspiração.

Mantendo o histórico sentimento de solidariedade para com todas as outras regiões brasileiras, Minas continuará defendendo a autonomia do Estado com a postura altiva de seus grandes antecessores.

Lembro a voz do Presidente Tancredo Neves:

“Minas não rasteja, não se agacha, não se curva. Mantém-se firme e de pé, sem arrogância vazia, mas intransigente no cumprimento de seus compromissos com a liberdade e com a honra”.

Sejam felizes! Bem-vindos à Praça da Liberdade e da democracia, viva Tiradentes! Viva a liberdade!

MENSAGEM DO ARQUITETO OSCAR NIEMEYER, LIDA PELO JORNALISTA ROBERTO D'ÁVILA

Evento: Comemorações da Semana da Inconfidência

Local: Ouro Preto

Data: 21-4

Amigos de Minas,

Pedi ao meu amigo Roberto D'ávila que lhes levasse o meu abraço e os meus agradecimentos pela homenagem que me prestam no dia consagrado a Tiradentes. Nenhum brasileiro o superou na solidariedade com o povo, no sonho de liberdade e no martírio pela pátria.

Ao receber a Medalha da Inconfidência, sinto que nunca me faltou ânimo para defender o meu País e para participar da luta contra a desigualdade existente.

Lamento a impossibilidade de viajar para comparecer a essa cerimônia. Como sabem, Minas é um dos mais importantes trechos de minha vida e os mineiros se encontram entre meus amigos mais queridos.

Relembro, com respeito, grandes amigos como Juscelino e Capanema, Tancredo Neves, Darci Ribeiro e Rodrigo de Melo Franco, que contribuíram com sua inteligência e patriotismo para fazer o Brasil melhor.

Agradeço ao amigo, o Governador Aécio Neves e aos mineiros a homenagem que me conferem. Só posso acrescentar que o Brasil deve muito a Minas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Marconi Perillo enviaram discursos à mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de juntar-me, nesta tarde, àqueles que hoje homenageiam a Universidade de Brasília pela passagem de seus 45 anos.

A UnB é uma instituição que faz justiça à cidade que a abriga: jovem, dinâmica, inovadora, tal como nossa bela capital, que também comemora sua fundação no mesmo dia 21 de abril. Nascida do mesmo ímpeto modernizante que deu origem a Brasília, tendo como idealizadores dois homens de visão extraordinariamente larga – Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira –, a UnB sempre teve vocação para o novo.

No entanto, Sr. Presidente, realizar essa vocação foi, ao longo da história da Universidade, custoso. Nascida em 1962, dois anos antes do golpe que iniciou o longo período autoritário do regime militar, a UnB mal teve tempo de estruturar-se segundo os planos inovadores de seus idealizadores.

Na verdade, as autoridades, mesmo antes do golpe, viam com desconfiança a instalação, a poucos quilômetros das sedes dos Três Poderes, de uma universidade. Não faltaram aqueles que viam com maus olhos a possibilidade de que a vida política da capital viesse a ser perturbada pelos estudantes.

Essa desconfiança só cresceu com a instauração do regime militar. Já em 1964, o *campus* foi cercado e invadido diversas vezes. Em 1965, depois da demissão de 15 professores acusados de subversão, outros 200 pediram demissão, provocando uma crise que afetou decisivamente o brilhante futuro que se desenhava para a instituição. Por sorte, a UnB foi mais forte do que os que tentavam destruí-la.

A universidade seria novamente invadida em 1968 e 1977, em episódios traumatizantes, ainda hoje lembrados pela comunidade universitária.

Com a volta da democracia, a comunidade universitária da UnB elegeu, pela primeira vez, seu reitor em 1984 – nosso hoje nobre colega, Senador Cristovam Buarque, que já era professor na instituição desde 1979. Começa uma nova fase na vida da Universidade, em que os projetos e ideais presentes em sua fundação puderam ser retomados e reavaliados em função das necessidades e dos desafios postos pelos novos tempos.

Hoje, com 23 mil alunos – 55 vezes mais do que os 413 que ingressaram no primeiro vestibular, realizado em 1962 –, a UnB tem procurado enfrentar os desafios da expansão, mantendo a qualidade de ensino e pesquisa que a caracteriza. Recentemente, começou sua expansão em direção às cidades-satélites do Distrito Federal, com a abertura do *campus* na cidade de Planaltina. Em um contexto em que se torna im-

perioso abrir mais vagas para acomodar a crescente demanda – afinal, o Brasil, mesmo em comparação com países de nível equivalente de desenvolvimento, tem uma população universitária relativamente diminuta – em um contexto, eu dizia, que pede o aumento de vagas oferecidas aos jovens que, em número crescente, vêm concluindo o ensino médio, o exemplo da UnB é notável.

Enfim, Sr. Presidente, quero parabenizar a toda a comunidade universitária – estudantes, funcionários e professores –, fazendo votos de que a UnB cada vez mais consolide seu lugar entre a elite do ensino superior brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemorar o aniversário da Universidade de Brasília, nossa querida UnB, é celebrar uma história de lutas não só pelo ideal de ensinar os rumos da intelectualidade às futuras gerações, mas também pelo de colocar acima de tudo a liberdade de pensar consagrada pelo iluminismo da Revolução Francesa.

A UnB é Símbolo de um novo tempo da história do Brasil, em que se pretendia incorporar no espírito da Nova Capital uma nova forma de gerenciar o ensino, com intelectuais, como Anísio Teixeira. Na Brasília do Brasil que começava a se industrializar, a Universidade de Brasília assumira o papel de responsável pedagógica pelo ensino de base, formadora de nossos pequeninos.

Era um projeto inovador porque rompia com barreiras entre as discussões fomentadas no meio acadêmico e a realidade prática das escolas de primeiro e segundo graus, alicerces para a formação de nossos jovens, bases para a construção de um país de cidadãos alfabetizados, livres e pensantes.

O ideal de uma universidade integrada com o ensino fundamental não pôde ser levado adiante porque os tempos de modernidade e planejamento para um Brasil de futuro promissor, que hoje poderia orgulhar-se de seu sistema de ensino, findaram-se após o Governo de Juscelino, esváram-se com a instabilidade dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, adormeceram nos quase trinta anos de ditadura.

No lugar de repensar o ensino fundamental e abrir caminhos para uma revolução educacional, a UnB viu-se na obrigação de se levantar em defesa da liberdade de expressão, viu-se na obrigação de lutar contra o arbítrio do militarismo instalado não só no Brasil, mas em quase toda a América Latina.

O *campus* da UnB sofreu de todas as formas, porque professores foram demitidos, perseguidos e

cassados pelo regime ditatorial. Mas, nem mesmo sob tamanha pressão, a UnB arredou pé na posição de luta aguerrida pela liberdade de ensino, pela liberdade de pensar e acreditar num país formado por cidadãos críticos e conscientes.

É emblemático, Sr. Presidente, o pedido de demissão conjunta de quase duzentos professores em solidariedade aos colegas cassados pelo regime militar. É emblemática a resistência inesgotável do movimento estudantil, que teve no desaparecimento de Honestino Guimarães, o símbolo de uma cruzada pelo retorno ao Estado de Direito.

O papel da UnB tem sido decisivo nos movimentos democráticos do País, que envolveram não só o fim do regime ditatorial e a implantação da Nova República, mas também a luta pela Emenda do Saudoso Dante de Oliveira – pelas Diretas Já e a defesa permanente das prioridades do ensino superior.

Neste dia de comemoração de 45 anos da Universidade de Brasília, queremos hipotecar nosso apoio a uma verdadeira revolução no ensino superior, que aproxime a universidade do setor produtivo, que crie condições para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, bases para a competitividade do Brasil no século XXI.

Sem uma universidade voltada para a formação no contexto globalizado da economia mundial não será possível romper as amarras que mantêm o Brasil atrelado ao século XX e impossibilitado de lançar-se ao mundo digital, de comunicação em tempo real, marca indelével da sociedade pós-moderna.

Parabéns ao corpo Docente da Universidade de Brasília!

Parabéns ao corpo discente!

Parabéns a sua Magnificência o Reitor Timothy!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Antes de dar por encerrada esta parte da sessão, quero dizer da emoção que esta solenidade trouxe para mim. Tenho estado aqui quase todos os dias nos últimos anos, mas esta foi uma das sessões mais tocantes. É interessante ver que 53 Senadores passaram por aqui, em um momento ou outro, e registraram sua presença.

Quero concluir, agradecendo àqueles milhares de pedreiros que construíram o nosso *campus*, prédio a prédio, todos aqueles servidores que mantiveram a instituição funcionando em momentos tão difíceis; aos professores, aos alunos, à população de Brasília, sem a qual seria impossível a instituição funcionar; ao Professor Lauro Morhy, que não está aqui presente, porque está em São Paulo, senão, certamente, estaríamos

aqui, numa mesa, com todos os ex-Reitores, a partir de 1985; e a cada um de vocês que aqui estiveram.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O Sr. Presidente Renan Calheiros encaminhou à Mesa sua manifestação de homenagem à UnB, que constará da ata da presente sessão.

Viva a UnB! E que os próximos 45 anos sejam tão heróicos, tão produtivos e que tragam aquilo que o nosso País e o mundo precisa.

Suspendo a sessão para que haja cumprimentos por algum tempo, antes de abrir a próxima sessão do Senado. Um grande abraço para cada um e para cada uma. (Palmas.)

**DOCUMENTO DO SR. PRESIDENTE,
RENAN CALHEIROS, A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

45 ANOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, em 25-4-2007

(Saudações, conforme o protocolo)

Senhoras e Senhores,

A Universidade de Brasília – UNB – nasceu voltada para o futuro, destinada à vanguarda, como a cidade que a abriga.

E hoje, 45 anos depois de sua fundação, creio que podemos afirmar com segurança que essa vocação se cumpriu.

Projetada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, dois dos maiores educadores que este País já produziu, ambos profundamente envolvidos no debate sobre o modelo universitário brasileiro, a UnB foi criada para ser exemplo.

E assim é ainda hoje, mesmo com todas as vicissitudes pelas quais o projeto original passou, adaptando-se, na medida do possível, a circunstâncias nem sempre favoráveis à inovação.

E o projeto original, de fato, era e continua sendo inovador, o que demonstra a ampla visão dos seus fundadores sobre a educação superior.

A criação dos cursos-tronco, pensados para dar ao estudante uma formação básica, um alicerce sólido sobre o qual erguer uma formação específica constituiu um avanço.

Aliás, é sinal da força desse projeto original que, hoje, quando se volta a discutir o modelo de ensino superior no Brasil, essa mesma idéia de oferecer um primeiro ciclo de formação básica reapareça, no projeto que se vem chamando de “Universidade Nova”.

Como alternativa ao vestibular tradicional, em 1996, a UnB lançou o Programa de Avaliação Seriada – PAS.

Ao fazer coincidir o processo seletivo como percurso do aluno pelo ensino médio, o PAS consagra um estilo de prova multidisciplinar. Além de influenciar o próprio vestibular, a UnB estabelece novas interações entre as universidades e as escolas.

Outras inovações protagonizadas pela UnB consistem na adoção do Sistema de Cotas para negros e o estabelecimento de regras específicas para o ingresso de índios.

A UnB foi a primeira universidade federal a tomar essas medidas, passos importantes na luta pela justiça e pela inclusão social.

Ao lado da inovação, é preciso louvar a UnB também pela reconhecida qualidade do seu ensino tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Entre 1989, quando foi aberto o primeiro curso noturno, e 1999, o número de alunos regulares mais do que dobrou, pulando de oito para mais de 17 mil. Hoje já são cerca de 23 mil.

E o mais importante: 85% dos cursos de pós-graduação da UnB receberam, na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), notas entre quatro e sete, o que atesta a excelência da pesquisa ali produzida.

Já consolidada entre as melhores do País, a UnB vem fortalecendo, por intermédio da extensão universitária, os seus vínculos diretos com a comunidade do Distrito Federal.

A fase de expansão que se inaugura inclui também a abertura do campus de Planaltina e os projetos de novos campi no Gama e em Ceilândia.

Quero completar esta saudação à UnB, lembrando o papel fundamental que têm as universidades para a formação integral de indivíduos e profissionais de alto nível.

Nesse aspecto, a UnB também é exemplar.

A flexibilidade curricular e a multidisciplinar sempre foram valores que orientaram os currículos e as formações.

Hoje, mais do que nunca, a capacidade de pensar de formas múltiplas, integrando conhecimentos e métodos diversos, é uma das chaves do sucesso – tanto individual quanto para as comunidades.

Com todas as limitações e dificuldades existentes, as universidades são ainda as instituições que mais têm condições de favorecer essa integração.

Nos últimos anos, o Senado Federal avançou expressivamente na direção da universalização do acesso ao ensino fundamental. Recentemente, refor-

çamos esse nível de ensino, com a inclusão de mais um ano de escolaridade obrigatória.

Começamos já a refletir sobre o passo seguinte, que é universalizar o acesso ao ensino médio, juntamente com o aumento das matrículas no ensino superior.

Acima de tudo, paira a questão da qualidade do ensino nesses diferentes níveis. E nesse ponto, o papel da universidade é fundamental.

De fato, a qualidade do ensino depende, em última análise, sobretudo da qualidade dos professores. E cabe justamente às universidades formar os professores.

Nosso sistema educacional será tão bom quanto forem os nossos professores – e nossos professores só serão bons se a universidade formá-los adequadamente.

Investir na qualidade da educação, portanto, implica investir na qualidade de nosso ensino superior, celeiro dos mestres que se encarregarão de educar nossas crianças e nossos jovens para o futuro.

Por fim, como centros de criação e de desenvolvimento de pesquisas, as universidades desempenham um papel chave em qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado.

Disso são prova inequívoca todos os países que fizeram preceder sua arrancada econômica de uma revolução educacional, saindo da condição de reprodutores e meros consumidores para a de produtores de tecnologia.

Nesse sentido, as universidades têm um espaço cativo nas discussões sobre a criação de condições estruturais para o desenvolvimento.

Enfim, deve ser motivo de orgulho para todos nós que a capital federal conte com uma instituição que, em todos esses aspectos, é exemplar.

Participando no esforço coletivo de criar e produzir novos conhecimentos para o bem de todos, contribuindo para formar indivíduos cada vez mais aptos a atuar na nossa sociedade ou estendendo à comunidade em geral o produto da expertise, de seus professores, a UnB contribui decisivamente para o aprimoramento de nossa comunidade.

Ela presta, portanto, um serviço inestimável a Brasília e ao Brasil.

O Senado Federal, em particular, também se beneficia da proximidade da UnB, com as parcerias entre a Universidade e o Instituto Legislativo Brasileiro (UNILEGIS).

Outras parcerias, tenho certeza, ainda acontecerão em futuro breve.

Vários laços, enfim, nos unem à UnB.

Temos o privilégio de contar, entre nossos colegas senadores, com o primeiro reitor da Universidade de Brasília eleito pela comunidade universitária.

O Senador Cristovam Buarque, professor na UnB, desde 1979, tem sido protagonistas destacado na cena política nacional.

De sua rica experiência à frente da Universidade, tenho certeza, tirou muitas das lições que hoje tenta generalizar, em sua incansável cruzada pela educação.

Por fim, congratulando-me com o Professor Timothy, magnífico Reitor da UnB, quero parabenizar a todos os que fizeram e fazem a Universidade de Brasília o centro de excelência que ela é hoje.

Realizando as esperanças com que foi fundada, há 45 anos, a UnB mantém vivas as memórias de

Darcy Ribeiro, cujo nome, desde 1995, batiza o campus principal da UnB, e Anísio Teixeira.

E com elas, as expectativas de futuro cada vez melhor, pois como afirmou Anísio Teixeira “O que aprendemos refaz e reorganiza nossa vida”.

Muito obrigado.

(Suspensa às 16 horas e 45 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 271, DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2007- Complementar, de autoria do Senador Gerson Camata, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em questões específicas que define, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal.

RELATOR: Senador ALOIZIO MERCADANTE

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2007 – Complementar, da iniciativa do Senador GERSON CAMATA, que pretende autorizar os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em questões específicas que define, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal.

Nesse sentido o art. 1º da proposição autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre a instituição de qualificadoras e de causas especiais de aumento e diminuição de pena para os tipos previstos no Código Penal e na Lei de Contravenções Punitivas.

Ademais, o art. 2º ressalva que a autorização prevista no art. 1º pressupõe a ocorrência ou justificável previsão de futura ocorrência, no Estado, de crimes ou contravenções que, por sua natureza, pela natureza do agente ou da vítima, pelo *modus operandi* de sua execução ou por sua exacerbada concentração em determinada área territorial, constituam circunstância específica a requerer a suplementação legislativa estadual.

Outrossim, o art. 3º consigna que a instituição de qualificadoras e de causas de aumento e diminuição de penas referentes a circunstâncias comuns a diferentes Estados da Federação continuam reservadas à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, sob pena de exorbitação da autorização.

Por outro lado, o art. 4º registra que as causas de aumento de pena previstas em legislação estadual delegada não poderão ensejar pena em concreto superior à pena máxima prevista para o crime ou contravenção pela legislação nacional.

De outra parte, o art. 5º ressalta que no concurso de causas de aumento ou de diminuição serão consideradas preponderantes as circunstâncias disciplinadas pela legislação estadual, observado o disposto no parágrafo único do art. 68¹, do Código Penal.

Por fim, o art. 6º frisa que a delegação em questão não se aplica aos crimes e contravenções sujeitos a julgamento pela Justiça Federal ou Eleitoral e o art. 7º traz a cláusula de vigência a partir da data da publicação.

¹ Código Penal:

“Art. 68.

Parágrafo único. No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.”

Na Justificação está posto que a presente proposição tem por objetivo dar efetividade a permissivo constitucional contido no art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, que prevê que a União poderá autorizar, por meio de lei complementar, os Estados a legislarem sobre questões específicas das matérias da sua competência privativa.

A propósito, é feita referência ao tema da distribuição das competências federativas, que foi suscitado por ocasião da trágica morte do garoto JOÃO HÉLIO.

A Justificação consigna, ainda, que a delegação pretendida foi cercada de precauções, para evitar exorbitação, pelos Estados, da competência principal da União, garantindo-se, além disso, homogeneidade na aplicação do direito penal.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em pauta, e também sobre o seu mérito, consoante previsto no art. 101, I e II, *c* e *d*, do Regimento Interno do Senado.

No que se refere à constitucionalidade da matéria o nosso entendimento é o seguinte. A Constituição Federal de 1988 contém, no parágrafo único do seu art. 22, dispositivo que prevê que a União, por lei complementar, poderá autorizar os Estados (e o Distrito Federal²) a legislarem sobre questões específicas de matérias sobre as quais a sua competência para legislar é privativa, a exemplo do direito penal (art. 22, I).

² Constituição Federal:

“Art. 32.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.”

E foi com base nessa possibilidade de delegação prevista na Lei Maior, que o Senador GERSON CAMATA apresentou o Projeto de Lei que ora relatamos, no contexto da discussão sobre a conveniência – ou não – de se permitir aos Estados legislarem sobre direito penal, discussão que foi recentemente retomada por ocasião do terrível assassinato do garoto João HÉLIO no Rio de Janeiro.

Segundo avaliamos, a proposição está redigida em boa técnica, efetivamente autorizando os Estados a legislarem sobre questão específica de direito penal, qual seja, a instituição de qualificadoras e de causas especiais de aumento e diminuição de pena para os tipos previstos no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais.

Desse modo, cremos que os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade estão atendidos pela presente proposição.

No que diz respeito ao mérito, reconhecendo a elogável intenção do Senador GERSON CAMATA, e o seu mérito em trazer para a discussão desta Casa tema fundamental, opinamos contrariamente à proposição ora em discussão, pelas razões seguintes.

Primeiro, devemos ponderar que autorizar os Estados a legislarem sobre questões de direito penal implicará necessariamente no aumento da legislação criminal hoje vigente no País, com a complexificação de todo o nosso sistema processual e consequente alargamento do tempo dos processos e procedimentos. Ou seja, o tempo de um processo, de um julgamento, que já não é curto em nosso País, tenderá a aumentar.

Ademais, como bem sabemos, os sistemas de comunicação têm evoluído bastante, inclusive no que se refere ao movimento das pessoas pelo território nacional. As informações (e as pessoas) circulam com mais velocidade e maior freqüência pelos diferentes Estados da Federação. Esse processo abrange também as práticas criminosas e a sua repressão.

Creamos que tais características que vivenciamos vão no sentido do reforçamento de uma legislação penal única para todo o País e não no sentido da criação de normas penais específicas e particulares para cada região ou Estado.

Cabe recordar que nos últimos anos temos caminhado para a constituição de um sistema único de segurança pública, com a articulação permanente e crescente entre os sistemas de cada Estado entre si e com o da União.

Agora mesmo, no caso do Estado do Rio de Janeiro, o governo local e o governo federal estão a discutir formas de enfrentar, conjuntamente, as dificuldades enfrentadas pelo sistema de segurança pública daquele Estado.

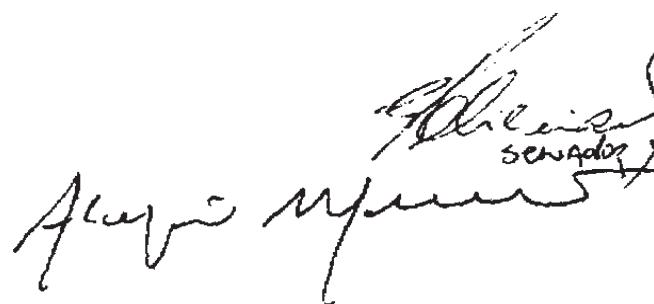
Ora, parece-nos que, neste contexto, acolher o presente Projeto de Lei seria ir em sentido contrário à tendência uniformizadora hoje em processo.

Essas as razões pelas quais entendemos que a proposição em pauta não deve ser acolhida, muito embora devemos registrar que a iniciativa do Senador GERSON CAMATA abre uma discussão importante – e não só no campo do direito penal – a partir de interessante dispositivo presente na Constituição de 1988.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2007 – Complementar, e quanto ao mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2007.


Nilton Pereira, Presidente em exercício
Senador Nilton Pereira
, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 52 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/04/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Valter Pereira</i>	Senº Valter Pereira
RELATOR:	<i>Valter Pereira</i>	Senº Aloizio Mercadante
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)		
SERYS SHLESSARENKO		1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO		2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY		3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	<i>(Relator)</i>	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA		5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI		6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	<i>Antônio Carlos Valadares</i>	
		PSOL
		7. JOSÉ NERY
		PMDB
PEDRO SIMON	<i>Pedro Simon</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	<i>Valdir Raupp</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	<i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	<i>Jarbas Vasconcelos</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	<i>Presidente</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	<i>Gilvam Borges</i>	6. NEUTO DE CONTO
		BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)
ADELMIR SANTANA	<i>Ade米尔 Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	<i>Antônio Carlos Magalhães</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	<i>Edison Lobão</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	<i>Romeu Tuma</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	<i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	<i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	<i>Lúcia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	<i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
		PDT
JEFFERSON PÉRES		1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/03/2007

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

PARECER

Nº 272, DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda nº 1-PLE à Proposta de emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

RELATOR: Senador ADELMIR SANTANA

I – RELATÓRIO

Retorna a esta Comissão, para análise da Emenda nº 1-PLEN, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57, de 2005, que visa a permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

A proposição foi aprovada por este Colegiado, em reunião realizada no dia 21 de junho de 2006, quando foi relatada pelo saudoso Senador RAMEZ TEBET.

A Emenda, cujo primeiro signatário é o Senador ROMERO JUCÁ, prevê que os vetos que tiverem sido encaminhados ao Congresso Nacional em data anterior à da promulgação do diploma legal que resultar da presente PEC continuarão sendo apreciados em sessão conjunta.

A matéria é justificada pelos seus ilustres autores pela necessidade de *trazer segurança e previsibilidade à transição de regras do processo parlamentar* previsto na PEC nº 57, de 2005.

II – ANÁLISE

É, certamente, louvável a preocupação dos ilustres autores da Emenda com a transição para a nova sistemática de votação dos vetos.

Efetivamente, se ocorrer, simplesmente, a adoção imediata do novo sistema aos vetos atualmente pendentes, poderemos ter o total colapso das atividades das Casas do Congresso Nacional, com o sobrestamento de suas votações por um longo período.

A PEC nº 57, de 2005, tem o objetivo acelerar o processo de votação dos vetos presidenciais, eliminando a atual sistemática que faz com que essas matérias fiquem anos sem ser votadas, conduzindo à verdadeira desmoralização do Poder Legislativo. Do mesmo modo, a transição, ora proposta, visa preservar a viabilidade da pauta das duas Casas do Congresso Nacional.

Isso está claro na justificação da proposta, que lembra que *dentre os problemas da eficácia constitucional, no âmbito do processo legislativo, avulta a difícil deliberação do Congresso Nacional sobre vetos*, quanto no parecer do seu ilustre relator nesta Comissão, que afirma:

... a vigente sistemática de votação dos vetos tem se mostrado totalmente ineficiente. Nos últimos dez anos, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional 347 vetos totais ou parciais. Desses, apenas 67, ou menos de 20%, foram votados em apenas sete sessões destinadas a esse fim. E, dos 67 vetos votados – dos quais 4 foram rejeitados e 63 mantidos –, 54 foram encaminhados nos anos de 1996, 1997 e 1998. Ou seja, dos 248 vetos encaminhados nesta legislatura e na anterior, não mais do que 13, cerca de 5%, foram votados.

Em dez anos, o Congresso Nacional destinou, para apreciar vetos, três sessões em 1999, uma em 2000, duas em 2004 e somente duas no ano de 2005.

Tratar-se-á de repetir a mesma experiência da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que determina a aplicação, às medidas provisórias já editadas, as regras anteriores de tramitação da espécie.

Essa é, sem sombra de dúvida, a melhor solução para eliminar a mora do Congresso Nacional em decidir sobre os vetos pendentes, sem, ao mesmo tempo, promover o trancamento exagerado da pauta das Casas Legislativas.

Outrossim, detectamos a necessidade de inclusão, na PEC nº 57, de 2005, de emenda de redação explicitando a revogação do inciso IV do § 3º do art. 57 da Constituição, que prevê que a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional para *conhecer do veto e sobre ele deliberar*.

Com certeza, o dispositivo acima está sendo revogado, tacitamente, pela presente proposta. Entretanto, impõe-se adequar a proposição ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 2005, que, na redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, estabelece que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*.

Trata-se, assim, apenas de explicitar o que já está implícito na PEC nº 57, de 2005.

III – VOTO

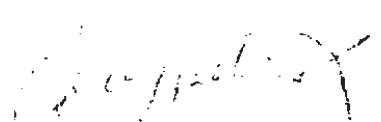
Ante o exposto, votamos pela aprovação da Emenda nº 1–PLEN apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, e pela apresentação da seguinte emenda de redação:

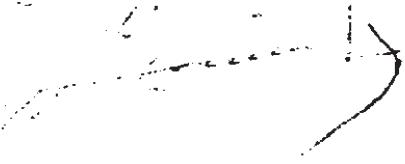
EMENDA N° 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)

Inclua-se na PEC nº 57, de 2005, o seguinte art. 4º:

“Art. 4º Fica revogado o inciso IV do § 3º do art. 57 da Constituição Federal.”

Sala da Comissão, 4 de abril de 2007.

 Presidente

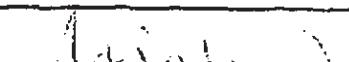
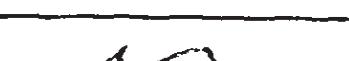
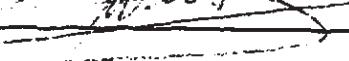
 Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC N° 54 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/04/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Adelmir Santana</i>
RELATOR:	<i>Adelmir Santana</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SHLESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPlicY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

ASSINAM O PARECER
À EMENDA N° 1, DE PLENÁRIO oferecida à
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 57, DE 2005
NA REUNIÃO _____ DE _____, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - 
- 2 - 
- 3 - 
- 4 - 
- 5 - 
- 6 - 
- 7 - 
- 8 - 
- 9 - 
- 10 -  *(Signature)*
- 11 - 
- 12 -  *(Signature)*
- 13 - 
- 14 - 
- 15 - 

**ASSINAM O PARECER
À EMENDA Nº 1, de PLENÁRIO, oferecida à
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/04/2007, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

1 – MARISA SERRANO

2 – CÍCERO LUCENA

3 – JONAS PINHEIRO

4 – ROSALBA CIARLINI

5 – JOAQUIM RORIZ

6 – SÉRGIO ZAMBIASI

7 – FLAVIO ARNS

8 – CRISTOVAM BUARQUE

9 – MARCELO CRIVELLA

10 – GERSON CAMATA

11 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR

12 – WILSON MATOS

13 – GILVAM BORGES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****Seção VI
DAS REUNIÕES**

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

LEI COMPLEMENTAR N° 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

PARECER Nº 273, DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2006, tendo como primeira signatária a Senadora Roseana Sarney, que altera os art. 34, 35, 167 e 198 da Constituição Federal para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de segurança alimentar e nutricional.

RELATOR: Senador EDISON LOBÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposta de emenda à Constituição Federal (PEC) encabeçada pela ilustre Senadora Roseana Sarney, com o objetivo de garantir recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de segurança alimentar e nutricional.

Com esse intuito, a proposição legislativa em comento acrescenta a expressão “segurança alimentar e nutricional” em determinados artigos da Carta Magna que foram alterados, anteriormente, por força da promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 29, de 2000, e que tratam de assegurar recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Desse modo, foram emendados os seguintes dispositivos constitucionais: a alínea *e* do inciso VII do art. 34, o inciso III do art. 35, o inciso IV do art. 167 e o § 2º do art. 198.

As modificações propostas pelos arts. 1º a 4º da PEC nº 10, de 2006, foram formuladas sempre da mesma forma, ou seja, por meio do acréscimo da expressão “segurança alimentar e nutricional” onde, anteriormente, se fazia menção exclusiva às ações e serviços públicos de saúde. Assim, os conceitos de “saúde” e de “segurança alimentar e nutricional” foram vinculados para fins de financiamento nas três esferas de governo.

Por fim, o último artigo da proposição em apreço, o art. 5º, estabelece que a vigência da emenda à Constituição em que a proposta eventualmente se transformar dar-se-á a partir da data de sua publicação.

Cabe ressaltar, ainda, que não se trata da criação de novas fontes de recursos, mas apenas da ampliação da destinação dos recursos mínimos estabelecidos pela EC nº 29, de 2000, para as despesas com saúde nas três esferas de governo, com o intuito de abranger os gastos decorrentes de ações e serviços públicos de segurança alimentar e nutricional.

A proposição foi despachada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 16 de fevereiro de 2006, e não recebeu emendas. Depois de sua apreciação, deverá ser discutida em Plenário e votada em dois turnos.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

O objetivo subjacente ao conceito de segurança alimentar e nutricional é garantir, a todos, acesso diário à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, com regularidade e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis.

Feita essa consideração inicial, passemos à análise dos aspectos formais da proposição em questão.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, por quanto observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo e de iniciativa. Ademais, sob o prisma da constitucionalidade material, o projeto também não apresenta óbices.

A juridicidade do projeto sob estudo observa os aspectos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Não há, portanto, vício de juridicidade.

Acerca da técnica legislativa, merecem destaque as abordagens relacionadas à inclusão de matéria diversa ao tema e à redação das disposições normativas contidas no projeto sob exame. Na análise desses enfoques, contudo, conclui-se que o projeto observa fielmente as regras determinadas pela Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em relação ao mérito do projeto, vale salientar os temas pertinentes à utilidade social e à vinculação existente entre os conceitos de saúde, por um lado, e alimentação e nutrição, por outro.

É notório que a fome e a desnutrição estão intimamente relacionadas à pobreza, ao analfabetismo, à morbidade e à mortalidade, especialmente de crianças, nos países em desenvolvimento.

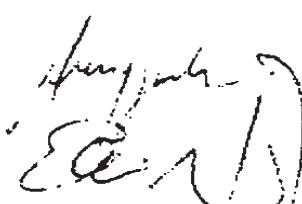
Muitas dessas crianças morrem de doenças infecciosas tratáveis, tais como a diarréia, a pneumonia, a malária e o sarampo, e, certamente, poderiam sobreviver caso não estivessem debilitadas pela fome e pela desnutrição. A aids e a tuberculose também são exemplos de doenças cuja ocorrência é acentuada pela fome e pela pobreza.

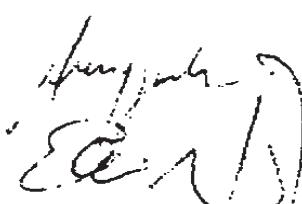
Dessse modo, e a guisa de conclusão, como bem frisa a autora da PEC na justificação do projeto, “estancar e reverter a propagação dessas enfermidades poderia salvar inúmeras vidas e economizar bilhões de dólares”.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2006.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2007.


, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 36 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/IV/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>José Serra (Presidente)</i>
RELATOR:	<i>Sen. Edison Lobão</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIRO SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGripino
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSNAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Foi lido anteriormente o **Parecer n° 271, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo contrariamente ao **Projeto de Lei do Senado n° 52, de 2007 – Complementar**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em*

questões específicas que define, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**MENSAGEM
Nº 71, DE 2007
(nº 274/2007, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 111-A da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Doutora MARIA DE ASSIS CALSING, Juiza do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, DF, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Ronaldo José Lopes Leal.

Brasília, 23 de abril de 2007.



CURRICULUM VITAE
MARIA DE ASSIS CALSING

DADOS PESSOAIS

Nome:	MARIA DE ASSIS CALSING
Naturalidade:	Juiz de Fora/MG
Estado Civil:	Casada
Data de Nascimento:	08 de agosto de 1952
Carteira de Identidade:	081/TRT/10a. Região (DF) - Profissional 3309695/SSP/RJ - Civil
Título de Eleitor:	006758, 7a. Zona, Brasília, (DF).
Endereço Residencial:	SHIS - QL 16 - Conjunto 05 - Casa 09 Brasília/DF Telefone: 3248-2501 / 9971-1783 e-mail: mariacalsing@brturbo.com.br
Endereço Profissional:	SAS - Quadra 01 - Bloco D Praça dos Tribunais Superiores - Brasília/DF Telefone: 3348-1430 / 3314-4594 e-mail: maria.calsing@trt10.gov.br

Cônjugue:

Elizeu Francisco Calsing

Filhos:

Gustavo de Assis Calsing, nascido em 23/04/1978

Renata de Assis Calsing, nascida em 05/01/1981

Gabriela de Assis Calsing, nascida em 15/10/1984

Rafaela de Assis Calsing, nascida em 16/05/1988

ESCOLARIDADE**Primário:**

Colégio dos Santos Anjos
Juiz de Fora - MG
1959/63.

Ginásio:

Colégio Stella Matutina
Juiz de Fora - MG
1964/67.

Colegial:

Iniciado no colégio dos Jesuítas, em Juiz de Fora, Minas Gerais (até o segundo ano do curso Clássico) e terminado na "Roxbury High School", Estado de Nova Jersey, nos Estados Unidos da América do Norte, em julho de 1971
1968/71 .

Superior:

Bacharelado em Direito
Centro de Ensino Unificado de Brasília-CEUB,
Brasília, D.F.
1974/78

Bacharelado em Relações Internacionais
Faculdade de Relações Internacionais da Guanabara -
Rio de Janeiro, R.J.
1971/72

Pós-Graduação:

Curso de Pós Graduação *Latu Sensu*, em nível de especialização, em Advocacia Empresarial. Centro de Ensino Unificado de Brasília -CEUB.
Novembro de 1979 a outubro de 1980.

Mestrado em Direito e Estado.

Universidade de Brasília
Brasília, D.F. 1981/1982

Área de concentração: Direito Internacional (público e privado).

Escola Superior de Guerra - Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* - Rio de Janeiro - 1995.

CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- "Seminário Brasileiro de Criminalidade", promovido pelo Departamento de Direito Penal da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, em julho de 1976.
- "Poluição e Problemas Brasileiros", promovido pelo Curso de Pós-Graduação em Ecologia Humana da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, em julho de 1976.
- "Seminário Internacional de Direito do Trabalho", promovido pelo Departamento de Direito Privado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, em outubro de 1976.
- "Democracia e Política Social", Simpósio promovido pela Fundação Milton Campos, de 25 a 27 de outubro de 1977, Brasília, DF.
- "Primeiro Seminário Nacional sobre Qualidade de Vida", promovido pela Secretaria do Planejamento do Estado de Sergipe, CNRH/IPEA, SUDENE, SEMA e UNESCO, de 15 a 19 de dezembro de 1980, Aracaju, SE.
- "Ciclo de palestras sobre Direito Civil", promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, de 25 a 29 de maio de 1981, Brasília, DF.
- "III Seminário Ítalo-Brasileiro de Direito Romano - Jornada de Direito Comparado", promovido pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, de 13 a 20 de Setembro de 1982, DF.
- "III Colóquio América Latina-Europa", promovido pela Direção da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, de 16 a 18 de setembro de 1982, DF.
- Participante da Sessão de Brasília, do Programa Exterior da Academia de Direito Internacional de Haia, de 24 de outubro a 5 de novembro de 1983, Brasília, DF.
- Ciclo de Extensão II/2000 - "Poder Nacional e Segurança Hemisférica", realizado pela Escola Superior de Guerra, de 16 a 27 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, RJ.

OUTROS CURSOS

Inglês:	Curso completo feito na Associação Cultural Brasil-Estados Unidos Juiz de Fora - M.G. 1966/1970. "Certificate of Proficiency in English" University of Cambridge Junho de 1979.
Francês:	Curso realizado na "Alliance Française" Juiz de Fora - M.G. 1967/1970. "Certificat pratique de langue française (1er. degré)" Université de Nancy II - Nancy - França Em 15 de maio de 1981.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- De março de 1979 a janeiro de 1984:
Advogada, atuando principalmente nas áreas cível, família e trabalhista, Brasília, DF.
- De fevereiro a abril de 1981:
Prestação de Serviços técnicos (como advogada) junto à Secretaria de Estudos Especiais da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF.
- De janeiro de 1983 a janeiro de 1984:
Assessora Jurídica do Ministério das Relações Exteriores.
- De agosto a dezembro de 1983:
Professora Substituta dos Profs. Aníbal Menezes Craveiro e Gilda Correa Meyer Russomano, nas cadeiras de Direito das Obrigações, Direito Internacional Privado e Introdução ao Direito, respectivamente, junto à Universidade de Brasília.

- De 6 de fevereiro de 1984 a julho de 1987:
Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região (DF), havendo atuado como Juíza Presidente, em várias Juntas de Conciliação e Julgamento em Brasília, Campo Grande e Cuiabá.
- De julho de 1987 até 20 de janeiro de 1993:
Juíza do Trabalho Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia (até fevereiro de 1988); Juíza do Trabalho Presidente das 4a. e 9a. Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília.
- 1989:
Integrante da comissão examinadora da 2ª prova do V Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.
- De 21 de janeiro de 1993 até a presente data:
Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.
- De fevereiro de 1993 a março de 1994:
Presidente da Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.
- De março de 1996 a março de 1998:
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, ocasião em que, dentre outras realizações, implantou programa de qualidade, tendo sido o TRT/10ª Região o primeiro Tribunal da América Latina a receber o Certificado ISO 9002, por seu programa de acompanhamento processual.
- De fevereiro de 1998 a julho de 1999:
Coordenadora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.
- De outubro de 1998 a dezembro de 1999; de maio a junho de 2001; de agosto de 2001 a junho de 2002; de 1.º a 31 de outubro de 2002; de fevereiro de 2003 até junho de 2004; de fevereiro de 2005 até a presente data:
Convocada para o Tribunal Superior do Trabalho.

- De março de 2000 a setembro de 2001:
Presidente da Egrégia 1^a Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.
- De dezembro de 2000 a agosto de 2001:
Juíza Ouvidora do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.
- De março de 2004 até março de 2006:
Vice-coordenadora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região.
- Maio de 2004:
Integrante da comissão examinadora da prova oral do XVI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região.
- Junho de 2004:
Instrutora do Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos e de Aperfeiçoamento de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região.
- Fevereiro de 2005:
Instrutora do 2º Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos do TRT da 10^a Região.
- Junho de 2005:
Professora da disciplina de Direito Internacional e Direito do Trabalho, do Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão do Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento.

TRABALHOS ESCRITOS

- "Instituições Financeiras e Mercado de Capitais: um estudo à luz do Direito Penal da Empresa". Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Advocacia empresarial, aprovado com distinção. Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, maio de 1981.
- "O desvio de poder na obrigação positiva da Administração: um estudo de caso da não promulgação das Leis Uniformes de Genebra". Trabalho apresentado no curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Direito Administrativo, V. Universidade de Brasília, novembro de 1981.

- "O papel do Estado na economia brasileira". Trabalho apresentado no curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Elementos de Economia II. Universidade de Brasília, junho de 1982.
- "A solução direta dos conflitos espaciais de leis de natureza trabalhista". Trabalho apresentado no curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Direito Social Internacional. Universidade de Brasília, junho de 1982.
- "A origem do poder constituinte". Trabalho apresentado no curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Direito Constitucional IV. Universidade de Brasília, Junho de 1982.
- "Atos internacionais: técnica e participação do Congresso Nacional". Trabalho apresentado no curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Técnica Jurídica. Universidade de Brasília, junho de 1982.
- "Os tratados internacionais e o sistema tributário nacional - o art. 98 do Código Tributário Nacional". Trabalho apresentado no curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Direito Tributário II. Universidade de Brasília, outubro de 1982.
- "Direito Comparado: Os tratados internacionais". Trabalho apresentado no Curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Sistema de Direito Contemporâneo II. Universidade de Brasília, novembro de 1982.
- "Alguns aspectos sobre a nacionalidade." Trabalho apresentado no Curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Direito Internacional Privado II. Universidade de Brasília, junho de 1983.
- "Os requisitos do negócio jurídico". Trabalho apresentado no Curso de Mestrado em Direito e Estado, para a cadeira de Direito Civil V. Universidade de Brasília, junho de 1983.
- "O Tratado Internacional e sua Aplicação no Brasil". Dissertação apresentada junto a Universidade de Brasília, para obtenção do grau de mestre (aprovada). Brasília, novembro de 1984.
- "Família e Formação da Cidadania". Dissertação apresentada junto à Escola Superior de Guerra. 1995.

**PALESTRAS EM CONGRESSOS,
SEMINÁRIOS, ENCONTROS, ETC.**

- "A complexidade dos Laudos Periciais e a Análise do Juiz. O Ónus da Prova". Palestra proferida no 9º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, São Paulo, julho de 1996.
- "A Justiça do Trabalho da 10ª Região". Palestra proferida na Federação das Indústrias de Brasília - FIBRA, Brasília, agosto de 1996.
- "Ética, Formação Profissional e Mercado de Trabalho". Palestra proferida no XIII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, Sergipe, outubro de 1996.
- "Efeitos da Ratificação da Convenção 158 da OIT". Palestra proferida no II Congresso de Estudos Jurídicos do Estado do Tocantins, Palmas, outubro de 1996.
- "Imunidade de Jurisdição de Estado Estrangeiro em Matéria Trabalhista". Palestra proferida no Encontro sobre Mecanismos de Expedição e Cumprimento de Cartas Rogatórias e Aspectos Práticos Relativos à Imunidade de Jurisdição dos Estados Estrangeiros, Brasília, junho de 1997.
- "Representação dos Trabalhadores no Local de Trabalho". Palestra proferida no 12º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e de Direito Constitucional do Trabalho, São Paulo, novembro de 1997.
- "Contrato por prazo determinado e Banco de Horas". Palestra proferida no 1º Seminário - Atualidades Trabalhistas, Brasília, maio de 1998.
- "Contrato por prazo determinado e Banco de Horas". Palestra proferida no CEUB, Brasília, junho de 1998.
- "Contrato por prazo determinado e Banco de Horas". Palestra proferida no I Encontro Nacional de Ciências Jurídicas, Cuiabá, junho de 1998.

- "Qualidade no TRT 10^a Região". Palestra proferida no seminário em comemoração ao recebimento do certificado ISO 9002, Brasília, setembro de 1998.
- "A questão da Qualidade no Contexto de Reforma do Judiciário". Palestra proferida no Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, 1998.
- "Trabalho Infantil: Buscando Soluções". Palestra proferida na abertura do Forum do Pensamento Trabalhista, Brasília, agosto de 1999.
- "Distinção entre a Imunidade de Jurisdição dos Estados e o das Organizações Internacionais em Matéria Trabalhista". Palestra proferida no seminário A imunidade de jurisdição e o Judiciário brasileiro, Brasília, abril de 2002.
- Presidente da Mesa do "2º Fórum de Debates do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região - A mulher e seus papéis no século XXI: o feminino transformando o Mundo", Brasília, junho de 2005. Fala de abertura: a questão feminina no contexto internacional.

TRABALHOS PUBLICADOS

- "Prescrição - Servidores Públicos - D.20910/32". Artigo publicado na Revista Síntese Trabalhista nº 67 - janeiro de 1995.
- "Discurso de Posse na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região". Publicado no Suplemento Direito & Justiça do Jornal Correio Braziliense, ano V, nº 241, 08.04.96.
- "Nem tudo é lentidão na Justiça". Artigo publicado no Jornal Correio Braziliense, 27.03.97; na Revista Foco, nº 21, maio de 1997; na Revista da Anamatra, nº 31.
- "Imunidade de Jurisdição de Estado Estrangeiro em Matéria Trabalhista". Artigo publicado na Revista Síntese Trabalhista nº 137 - novembro de 2000.
- "Distinção entre a imunidade de jurisdição de Estado estrangeira e das organizações internacionais, em matéria trabalhista". Artigo publicado no Livro "A Imunidade de jurisdição e o Judiciário brasileiro" coordenação por Antenor Pereira Madruga Filho e Márcio Garcia, Brasília: CEDI, 2002.

- "A internacionalização dos direitos sociais". Artigo publicado no Livro "Os novos horizontes do direito do trabalho - homenagem ao Ministro José Luciano de Castilho Pereira" coordenado por Cristiano Paixão, Douglas Alencar Rodrigues e Roberto de Figueiredo Caldas, São Paulo: Ltr, 2005.

CONDECORAÇÕES

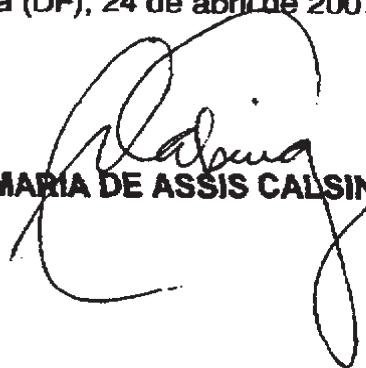
- Ordem do Mérito de Dom Bosco - grau Grande Cruz - Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, janeiro de 1993.
Grã-Mestre da referida ordem no período de março de 1996 a março de 1998.
- Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho - grau de Grande Oficial - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, março de 1997.
- Ordem de Rio Branco - grau de Comendador - Itamaraty, abril de 1997.
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - grau de Grande Oficial - Tribunal Superior do Trabalho, agosto de 1997.
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha - grau de Oficial - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, setembro de 2004.
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - grau de Grande Oficial - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, dezembro de 2004.

CONCURSOS FEITOS

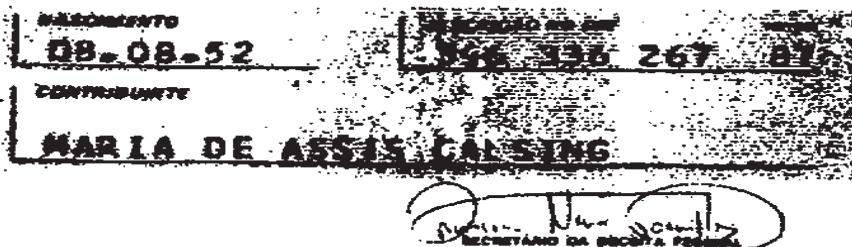
- Aprovada em Concurso Público para a contratação de Assessores Jurídicos para o Ministério das Relações Exteriores.
- Aprovada no primeiro Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região.

Os dados apresentados expressam a verdade.

Brasília (DF), 24 de abril de 2007.


MARIA DE ASSIS CALSING

C/C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

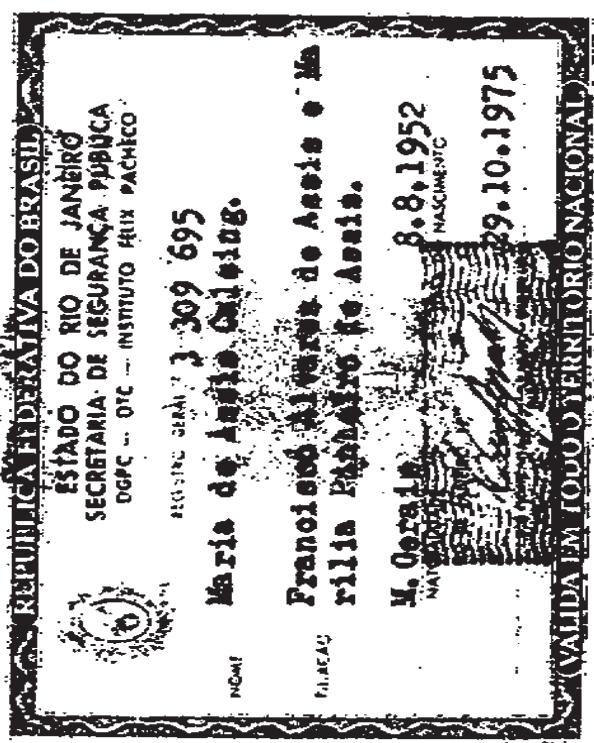
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUENTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUENTE

Maria de Assis Calsing



Aviso nº 359 - C. Civil.

Em 23 de abril de 2007.

A Sua Exceléncia o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Doutora MARIA DE ASSIS CALSING, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, DF, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Ronaldo José Lopes Leal.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

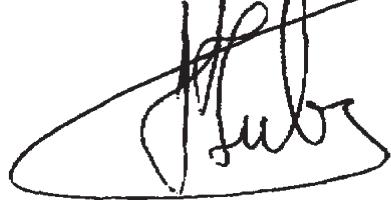
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

MENSAGEM Nº 72, DE 2007 (nº 273/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 111-A da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Doutora DORA MARIA DA COSTA, Juiza do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, GO, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro José Luciano de Castilho Pereira.

Brasília, 23 de abril de 2007.



Curriculum Vitae

DORA MARIA DA COSTA

**JUÍZA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 18ª REGIÃO - GOIÂNIA**

1. Qualificação

Nome completo: Dora Maria da Costa

Filiação: João Martins da Costa e Maria Conceição Costa

Estado civil: Solteira

Data de Nascimento: 28 de março de 1951

Naturalidade: Dores do Indaiá - Minas Gerais

CPF : 198556136-00

RG: M/1757602 - SSP/MG - expedida em 10/4/79.

Telefone: (0xx62) 9979-7373

2. Cursos de formação profissional

2.1. Pós-graduação

2.1.1. Curso de Especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Federal de Goiás (1996/1987).

2.2. Graduação

Bacharel em Direito pela universidade Católica de Minas Gerais (1975/1979).

3. Atividades profissionais de nível superior

3.1. Juíza convocada do Tribunal Superior do Trabalho, desde março/2007 na vaga de aposentadoria do Min. Ronaldo Leal.

3.2. Juíza-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18^a Região, janeiro/2005 a janeiro/2007.

3.3. Juíza Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18^a Região, no biênio de 2003/2004.

3.4. Juíza convocada do Tribunal Superior do Trabalho, no período de 08/2003 a 12/2004.

3.5. Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 18^a Região, nomeada em vaga de antigüidade, em 24/5/2002.

3.6. Juíza Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento dos Tribunais Regionais do Trabalho das 10^a e 18^a Regiões, 11/8/1988 a 24/5/2002.

3.7. Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região, 1987/1988.

3.8. Assessora de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3^a Região – Min. Ney Doyle, 1984/1985.

4. Histórico das atividades profissionais exercidas

4.1. No serviço público:

4.1.1. Concurso no Tribunal Regional do Trabalho da 3^a Região – Minas Gerais, no cargo de Auxiliar Judiciário, em 2/5/1979; promoção ao cargo de Técnico Judiciário; exercício das funções comissionadas de Assessor de

Juiz do Tribunal – Min. Ney Doyle e de Diretora do Serviço de Documentação, Legislação e Jurisprudência.

4.2. No setor privado:

4.2.1. Pfizer Química Ltda. Período: 11/12/1975 a 30/4/1979.

4.2.2. Squibb Indústria Química S/A. Período: 12/2/1974 a 5/9/1975.

4.2.3. Dinamiza S/A – corretora de Valores Mobiliários. Período: 5/10/1973 a 7/2/1974.

4.2.4. Empresa de Seleção Profissional Soc. Civil Ltda. Período: 29/11/1972 a 4/10/1973.

4.2.5. Sofar – Sociedade Faram Ltda. Período: 1º/7/1970 a 6/9/1972.

4.2.6. Drogaria São Félix S.A. Período: 20/9/1968 a 30/6/1970.

5. Cargos de representação classista

5.1. Presidente da AMATRA – 18. Período 1992/1993.

6. Cursos e palestras jurídicas

6.1. No Exterior:

6.1.1. Evento: II Congresso Internacional da Anamatra (Toledo, Madrid e Barcelona (Espanha), março de 2003.

6.2. No Brasil (por amostragem):

6.2.1. Palestra: *Despersonalização da pessoa Jurídica e Sucessão de Empresas.* Evento: 1º Fórum de Discussões Trabalhistas. Data: 3/6/2000. Local: Jataí/GO.

6.2.2. Palestra: Pontos Críticos da Execução Trabalhista. Evento: Curso de Direito e Processo do Trabalho. Data: 15/10/1999. Local: Catalão/GO.

6.2.3. Palestra: Aspectos Críticos da Execução Trabalhista. Evento: 8º Congresso Goiano de Direito e Processo do Trabalho. Data: 3/6/1999. Local: Goiânia/GO.

6.2.4. Evento: 1º Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, promovido pelo IGT. Ano: 1992. Local: Goiânia/GO.

7. Participação em bancas de concursos

7.1. Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – Cargo de Juiz do Trabalho Substituto, 2004.

7.2. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – cargo de Juiz do Trabalho Substituto (seis bancas examinadoras de concursos realizados desde 1991).

7.3. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – cargos: Oficial de Justiça e Analista Judiciário.

8. Homenagens

8.1. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau de Grande Oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Cuiabá, 18/3/2005.

8.2. Título de Cidadã Rondonopolitana, conferido pela Câmara dos Vereadores da cidade de Rondonópolis – MT, por serviços relevantes prestados à cidade como Juíza Presidente da Vara de Trabalho daquela cidade. Rondonópolis, 2004.

8.3. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Comendador, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, 11/8/2004.

8.4. Medalha comemorativa dos 61 anos de Instalação da Justiça do Trabalho, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, 26/3/2004.

8.5. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau de grande oficial, do Tribunal Regional do Trabalho da 18^a Região. Goiânia, 24/5/2002.

8.6. Medalha comemorativa do 50º aniversário de instalação da Justiça do Trabalho, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho em 1º/5/1991.

Goiânia, 16 de março de 2007.


DORA MARIA DA COSTA

JUÍZA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DA 18^a REGIÃO

Aviso nº 358 - C. Civil.

Em 23 de abril de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Doutora DORA MARIA DA COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, GO, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro José Luciano de Castilho Pereira.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

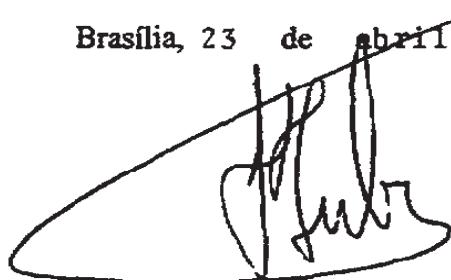
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**MENSAGEM
Nº 73, DE 2007
(nº 276/2007, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região/PE, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini.

Brasília, 23 de abril de 2007.



NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

**DESEMBARGADOR FEDERAL
DO TRF DA 5A. REGIÃO**

**CURRÍCULO
RESUMIDO**

**RECIFE, PERNAMBUCO
2007**

3.02 - Direito Civil

- *DOIS ESTUDOS TÓPICOS DE DIREITO SECURITÁRIO*
Fundação Cearte, Fortaleza, Ceará, 1983

3.03 - Direito Constitucional e Processual

- *DOIS ESTUDOS TÓPICOS DE DIREITO ELEITORAL*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1998
- *TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1998
- *DIREITO PROCESSUAL - QUATRO ENSAIOS*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1999
- *ESTUDOS PROCESSUAIS SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000
- *ESTUDOS TEMÁTICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000
- *O DIREITO DE RECORRER
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SISTEMA RECURSAL*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002
- *DOIS ESTUDOS DE PROCESSO
A GARANTIA DO SIGILO BANCÁRIO EM FACE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL
DA JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA*
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002
- *ESTUDO SISTEMÁTICO DA TUTELA ANTECIPADA
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA IGUALDADE
E DO ACESSO À JURISDIÇÃO NAS AÇÕES CONTRA O PODER PÚBLICO*
Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2003
- *AS NORMAS ESCRITAS E OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS
O DILEMA DA JUSTIÇA NAS DECISÕES JUDICIAIS*
Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2005
- *QUATRO TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*
Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2006

4. LIVROS DE POEMAS

- *A CONCHA IMPOSSÍVEL*
Programa Cultural da Casa de José de Alencar
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1998

◦ *O ANTIGO PEREGRINO*

Programa Cultural da Casa de José de Alencar
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000

◦ *A ARCA DO PEREGRINO*

Programa Cultural da Casa de José de Alencar
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001

◦ *POEMAS DO AMOR DEMASIADO*

Programa Cultural da Casa de José de Alencar
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001

◦ *ESTAÇÕES DO PEREGRINO*

Programa Cultural da Casa de José de Alencar
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001

◦ *LUA DA TARDE*

Programa Cultural da Casa de José de Alencar
Editora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002

◦ *MEMÓRIA DESLÚCIDA*

Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2003

◦ *O AMARELO E O AZUL/LABIRINTO DO SENTIMENTO*

Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2003

◦ *O DOMÍNIO DAS LEMBRANÇAS*

Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2004

◦ *A RIGOROSA IMPRECISÃO*

Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2004

◦ *AS CORES E AS SOMBRA*S

Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2006

◦ *O TEMPO E AS MEMÓRIAS NA SOMA DOS DIAS*

Editora O Curumim Sem Nome, Fortaleza, Ceará, 2007

5. ATIVIDADES PROFISSIONAIS ATUAIS

- Desembargador Federal do TRF da 5a. Região
- Diretor da Revista do TRF da 5a. Região

6. ATIVIDADES PROFISSIONAIS ANTERIORES

- [1] Juiz Federal da 8a. Vara do Ceará
- [2] Diretor do Foro Federal da Seção Judiciária do Ceará

- [3] Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), na categoria de Juiz Federal
- [4] Diretor da Escola da Magistratura Federal da 5a. Região
- [5] Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais da 5a. Região
- [6] Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5a. Região
- [7] Professor de Processo Civil no Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFC
- [8] Professor do Curso de Especialização em Direito Público do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFC
- [9] Professor de Processo Civil na Faculdade de Direito do Recife, da UFPE
- [10] Orientador e Examinador de Dissertações de Mestrado, no Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da UFC
- [11] Professor do Curso de Mestrado em Direito da UFC

7. COMENDAS E HONRARIAS

- *ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS*

Ocupante da Cadeira no. 32, que pertenceu a Beni Carvalho, José Valdo Ribeiro Ramos, Moreira Campos e Rachel de Queiroz.

- *MEDALHA DO PACIFICADOR*

Outorgada pelo Ministro de Estado do Exército Brasileiro

- *ORDEM ALENCARINA DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO*

Outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho, da 7a. Região/CE

- *CIDADÃO DE PERNAMBUCO*

Outorgada pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

- *CIDADÃO DE FORTALEZA*

Outorgada pela Câmara Municipal de Fortaleza, Ceará

- *MEDALHA BOTICÁRIO FERREIRA*

Outorgada pela Câmara Municipal de Fortaleza, Ceará

Aviso nº 361 - C. Civil.

Em 23 de abril de 2007.

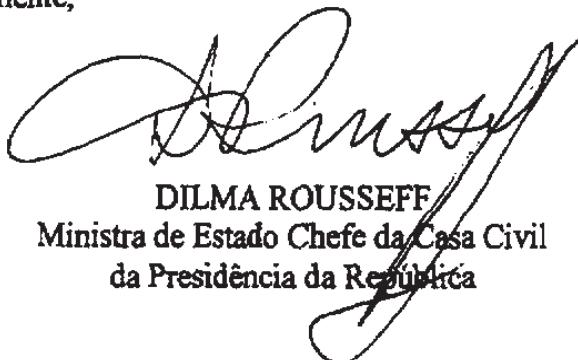
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região/PE, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jorge Tadeo Fláquer Scartezzini.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 365, de 2007**, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$5.200.000.000,00 (cinco bilhões, duzen-*

tos milhões de reais), para o fim que especifica, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 365

Publicação no DO	24-4-2007
Emendas	até 30-4-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	24-4-2007 a 7-5-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	7-5-2007
Prazo na CD	De 8-5-2007 a 21-5-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	21-5-2007
Prazo no SF	22-5-2007 a 4-6-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	4-6-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	5-6-2007 a 7-6-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	8-6-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	22-6-2007 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 400, DE 2007 – CE

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a extrema relevância do tema que foi tratado na audiência pública conjunta desta Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais, realizada no dia 10-4-2007, para instruir o PLS nº 284/2006 – “que altera a Lei nº 9.263/96, para tornar obrigatório o ensino de educação

sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência da sociedade conjugal, para a realização da esterilização”, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações acerca dos resultados dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto de 27 de agosto de 2003, tais como seminários, campanhas e publicações que servirão para subsidiar a análise do projeto de lei citado de autoria do senador Marcelo Crivela.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 17/04/07, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9-(VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
GARIBALDI ALVES FERRO	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPIINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BÚARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O requerimento lido vai à publicação e será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 96/2007-GSPSG

Brasília, 15 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Encareço a Vossa Excelência as providências necessárias no sentido de que seja efetivada a alteração de meu nome parlamentar para Patrícia Saboya, inclusive determinando a todos os setores desta Casa e à Secretaria Geral da Mesa a imediata mudança no painel eletrônico.

Atenciosamente, – Senadora **Patrícia Saboya**.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Aproveito que estou na Presidência para me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me como Líder da Minoria.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero requerer minha inscrição pela Liderança do PDT tão logo seja possível.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero inscrever-me pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, conforme havia dito ao homenagear a UnB agora há pouco, estou apresentando à Mesa – e já com uma assinatura de apoio do Senador João Pedro, de meu Estado – um

requerimento que está aberto a quem entenda que é de boa oportunidade, igualmente, apoiar a iniciativa. Trata-se de um voto de lembrança à insigne figura de Dante de Oliveira, notável político e homem público brasileiro, ao ensejo do aniversário de rejeição da proposta de emenda constitucional em favor das eleições diretas à Presidência da República. Foi exatamente em 1984. Dante faleceu em julho de 2006, jovem ainda. Mas deixou seu nome indelevelmente marcando a história brasileira. Faz parte da história brasileira.

Encaminho à mesa este requerimento, que conta com a assinatura do Senador João Pedro e está aberto a quem entenda que deva prestigiá-lo. Senador Eduardo Azeredo, precisamos aprender a cultuar os valores que este País soube descobrir nas horas mais duras de luta por liberdade e democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Foi aceito o requerimento. Conte com a minha assinatura.

Há oradores inscritos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Por permuta com o Senador Francisco Dornelles, concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende e anuncio que o orador seguinte será o Senador Gilvam Borges.

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil foi agraciado pela natureza com uma extensa malha hidroviária, a qual não tem utilizado em todo o seu potencial, ao contrário de outras nações economicamente mais desenvolvidas, como os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental.

A pouca utilização de nossas hidrovias tem raízes naturais e históricas. A Serra do Mar faz com que os rios das regiões tradicionalmente mais ricas e povoadas do Brasil, o Sudeste e o Sul, corram para o interior, fazendo com que, ao longo do ciclo do café e de boa parte de nosso processo de industrialização e de desenvolvimento agrícola, fosse naturalmente inviável atingir portos como os de Santos e do Rio de Janeiro por via fluvial.

Mesmo com a interiorização econômica do País, a partir da década de 1960, expandindo a fronteira agrícola ao Centro-Oeste e ao Norte, os grandes portos continuaram a ser os do Sudeste e do Sul, fazendo com que predominassem os modais ferroviário e, mais recentemente, rodoviário, em nossa matriz de transporte de cargas.

O grande aumento da produção agrícola no Centro-Oeste e no sudeste da Amazônia, no entanto, obriga-nos a rever nossa logística de transportes. Hoje, a soja e o milho produzidos em Mato Grosso, em Rondônia, no Pará e no Tocantins são levados, em sua maior parte, sobre caminhões até os portos do Sudeste, com elevadíssimos custos de transportes. Isto reduz nossa competitividade no mercado internacional e, virtualmente, queima boa parte da renda de nossos agricultores, pois, além do custo maior de escoar sua produção, há os preços dos insumos igualmente inflados pelas dificuldades de transporte.

Parte considerável de nossas exportações de grãos produzidos no Centro-Oeste e no sudeste da Amazônia poderia ser feita pelos portos do Norte e do Nordeste, como Belém e São Luís, se fossem utilizadas hidrovias, como a do Tocantins-Araguaia e a do Tapajós. Cargas como combustíveis e fertilizantes, também hoje transportadas em carretas, poderiam ser levadas como retorno, com redução significativa dos custos de produção, pois, via de regra, o consumo de combustíveis no transporte hidroviário é várias vezes inferior ao consumo em modais como o rodoviário e o ferroviário.

Srs e Srs. Senadores, o Brasil contém uma extensão de 40 mil quilômetros de vias navegáveis e potencialmente navegáveis. Essa vasta rede hidroviária é equivalente, portanto, em sua extensão, a cerca de 70% da malha rodoviária federal. Vejam bem que a extensão das rodovias federais é somente superior em 30% à malha hidroviária constituída por rios navegáveis e potencialmente navegáveis. A navegabilidade e a transformação de rios potencialmente navegáveis dependem, em muitos casos, da implantação de eclusas.

A implantação de uma eclusa em Santa Isabel, no rio Araguaia, viabilizará a navegação entre Marabá, no Pará, e Aruanã, em Goiás, e no afluente rio das Mortes até Xavantina, em Mato Grosso.

A conclusão das obras da eclusa de Lageado, no rio Tocantins, próxima a Palmas, permitirá a navegação naquele rio até a barragem de Peixe-Angical, próxima à cidade de Peixe, em Tocantins, com restrições de capacidade até a implantação das barragens dos futuros aproveitamentos hidrelétricos de Carolina e Estreito, entre o Maranhão e o Tocantins.

A construção de eclusas nas barragens de Santo Antônio e Jirau, planejadas para aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira, e, possivelmente, também uma eclusa de baixa altura em Guaporé-Mirim, tornará viável a navegação em milhares de quilômetros nos rios Guaporé, Mamoré, Madre de Deus, Beni e outros afluentes, em territórios brasileiro e boliviano.

No rio Tapajós, que já é navegável entre Santarém, situado na sua embocadura no Amazonas, e a cidade de Itaituba, no Pará, numa extensão de pouco mais

de 200 quilômetros, a construção de poucas eclusas de baixa altura, suficientes para vencer corredeiras e cachoeiras, criará uma via navegável de grande capacidade, com extensão próxima a dois mil quilômetros, abrangendo o próprio rio Tapajós e seus formadores – Juruena e Teles Pires – e trechos de alguns de seus afluentes, como o do rio Arinos e do rio do Sangue.

A viabilização de vias navegáveis como o Tapajós e o Tocantins poderá, inclusive, tornar desnecessárias e secundárias as obras rodoviárias de grande porte e impacto ambiental, como a duplicação da Belém-Brasília e a pavimentação Cuiabá-Santarém.

Mas a grande dificuldade para a implantação das eclusas, Sr. Presidente, está na indefinição da responsabilidade pelos custos de construção e operação desses equipamentos. Para o setor elétrico, impossibilitado de repassar os custos adicionais para as suas tarifas, essas obras representam apenas ônus, daí sua oposição a proposições que os tornam obrigatoriamente navegáveis.

Quero lembrar que a construção da barragem de Itaipu condenou os rios Paraná e Paraguai a não serem navegáveis. Se a tempo não se construísse a boca da eclusa de Tucuruí, teríamos condenado também o Tocantins e o Araguaia a jamais serem navegáveis.

O setor elétrico não tem condições técnicas e econômicas de financiar o custo da eclusa, porque estaria onerando sobremaneira as tarifas.

De outro lado, o Governo da República não tem condições de formar ou aplicar investimentos públicos na construção dessas barragens; por isso, o setor fica estrangulando um grande sistema, o sistema hidroviário nacional, que passa a ser inexistente no Brasil. E quando olhamos a Bacia Amazônica com todos os afluentes meridionais e setentrionais, vemos o quanto estamos perdendo por não termos usado, até então, uma estratégia de construção de eclusas em favor do desenvolvimento geoeconômico do Brasil.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Eliseu?

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG) – Com prazer, Senador Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Creio que V. Ex^a traz ao País, da tribuna do Senado Federal, uma significativa contribuição no que diz respeito ao nosso transporte interno. V. Ex^a é um especialista nesta matéria. Durante muito tempo, foi um conhecido e considerável construtor de estradas e fez tantas coisas úteis neste País que lhe garantem autoridade para falar sobre aquilo que no momento se expressa. Diz V. Ex^a da necessidade de se rever a logística dos transportes brasileiros. Penso que V. Ex^a tem toda razão, ou se faz isso, e se faz com urgência, ou ficaremos patinando nas dificuldades com os nossos portos e com as nossas ferrovias que

ou inexistem, ou são muito precárias. Não há dúvida de que os portos do Norte e do Nordeste precisam ser utilizados mais intensamente, notadamente o de São Luís, que é talvez o melhor porto do Brasil hoje, por ser dotado de águas profundas, ser o porto mais próximo do mercado internacional consumidor e estar servido pela melhor ferrovia brasileira, que é a ferrovia dos Carajás interligada com a ferrovia Norte/Sul. Lembro-me de um discurso recente aqui do Senador Alberto Silva sobre as rodovias brasileiras. Ele também um especialista como V. Ex^a, chamava-nos a atenção para a necessidade de se rever com urgência todo esse sistema, que é o que faz hoje V. Ex^a, ao nos advertir para esta necessidade. Creio, portanto, Senador Eliseu Resende, que o discurso de V. Ex^a, que é denso, pelo que já li dele e pelo que ouvi de V. Ex^a, se constitui numa contribuição a ser recolhida pelo Poder Executivo, com todos os cuidados, pelo Poder Legislativo, para que sobre ele meditemos todos nós e possamos encontrar um caminho que leve ao bem-estar do povo brasileiro. Muito obrigado,

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG) – Muito obrigado, Senador Lobão. A sua fala será motivo de incentivo para a continuação dessa luta para colocar o transporte hidroviário adequada e racionalizadamente na matriz de transportes do Brasil.

Eu estava dizendo que os governos federal e estaduais, detentores do domínio das águas, não dispõem de recursos financeiros a fundo perdido para custeá-las. Por essas razões obras estratégicas como a da Eclusa de Barragem de Tucuruí, no rio Tocantins, se arrastam há anos.

A solução que vislumbramos e estamos submetendo aos ilustres Pares do Congresso Nacional é a caracterização da operação de eclusas e outros dispositivos como serviços públicos que podem ser prestados diretamente ou mediante contratos de outorga pelo Poder Público. Essa caracterização abre amplas perspectivas de solução para o custeio do serviço de operação das eclusas, pois esse serviço só poderá ser cobrado pelo próprio Poder Público ou por empresas concessionárias ou parceiras, levantando, assim, os necessários recursos financeiros.

Em nossa proposta de projeto de lei, incluímos as necessárias adaptações da Lei nº 10.233, adequando as competências da Antaq (Agência Nacional de Transporte Aquaviário) e do Dnit às exigências da construção de operação de eclusas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dada a importância estratégica das hidrovias para um futuro melhor para a sociedade brasileira e para o uso sustentável dos nossos recursos naturais e dada a necessidade destas disporem de serviços de eclusas, contamos e pedimos o apoio de V. Ex^{as} para o aperfeiçoamento e a rápida tramitação deste projeto de lei de minha iniciativa.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eliseu Resende, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG) – Concedo-lhe um aparte.

O Sr. Eduardo Azeredo (PFL – MG) – Senador Eliseu Resende, ao completar o seu discurso, quero exatamente cumprimentá-lo. Houve muito bem o povo mineiro ao elegê-lo e trazê-lo para o Senado Federal nas últimas eleições. Com a sua vasta experiência de vida e profissional pode e já está colaborando muito para a discussão dos problemas de interesse nacional. E esse é um ponto de grande interesse: os meios de transportes para carga e passageiros. Temos sempre o costume de nos lembrarmos da Europa com relação a portos e estradas, vamos lembrar também das hidrovias da Europa, onde barcos e navios usam os rios em grande quantidade. Aqui precisava ser assim também. A natureza nos deu tantos rios, como o rio São Francisco, em Minas Gerais. Para isso precisamos do preparo das hidrovias, da sinalização para que essa seja também uma forma muito econômica de transporte no Brasil.

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG) – Muito obrigado, Senador e Governador Eduardo Azeredo.

Para completar, quero dizer que encontramos neste projeto de lei uma solução para o financiamento das eclusas. Saberemos colocar as eclusas no sistema viário nacional, reportando-se ao Ministério dos Transportes, porque hoje as eclusas estão acéfalas, não se sabe a quem se reportar para a sua construção.

No momento em que definimos, neste projeto de lei, que a construção e operação de eclusas é um serviço público a ser prestado pelo poder público, no caso a União, se os rios atravessarem vários Estados; ou os Estados, quando os rios estão contidos ou desaguam em seu território.

Neste caso, chamamos a participação do setor privado, que, através de um processo de concessão e de permissão promovido pela Antaq, pode ser inclusive as hidrelétricas, e poderão ser concessionários, auferir da operação da eclusa os recursos necessários para sua manutenção e para sua realização.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG) – Concedo um aparte, com prazer, ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Eliseu Resende, tenho me batido muito aqui contra a edição de medidas provisórias, justificando que a edição desmesurada de medidas provisórias tira o fôlego do Congresso para discutir projetos de interesse coletivo, principalmente de Parlamentares talentosos como V. Ex^a, que tem conhecimento de causa e tem visão de futuro de país. Num esforço sobre-humano – sobre-humano literalmente – porque, saído do leito de um hospital,

está aqui do meu lado o Senador Antonio Carlos Magalhães, que fez hoje uma reunião longuissima da CCJ, que preside, e amanhã fará outra, para discutir o quê? Projetos voltados para a segurança do cidadão, o resgate do compromisso do Congresso com a segurança do cidadão ameaçada pela onda de violência que assola o País, de norte a sul, de leste a oeste. V. Ex^a está aqui agora apresentando um projeto da melhor qualidade. E o plenário deveria estar lotado para lhe ouvir, porque V. Ex^a está falando sobre economia de combustível, sobre modernidade. V. Ex^a deve conhecer, como eu conheço, o Rio Reno, na Alemanha. Viajar pelo Reno é bonito, mas é fundamentalmente ilustrativo. É ferrovia de um lado, ferrovia do outro; rodovia de um lado, rodovia do outro. E, pelo leito do rio Reno, uma chata atrás da outra, uma embarcação atrás da outra, carregando tudo, a custo muito mais baixo do que aquilo que é transportado dos lados por ferrovia ou rodovia. Na crise de combustível que assola o mundo, V. Ex^a está querendo alertar o Brasil para algo que o País tem de sobra: rio, que pode ser navegável, na medida em que eclusa seja prioridade. Que o Governo se lembre que existe uma coisa chamada eclusa, que não é considerada, que não é levada em conta, que não é prioridade de coisa nenhuma. E V. Ex^a não se limita a fazer um discurso; faz um discurso para apresentar um projeto que normatiza a atenção e a construção de eclusas, que tornam navegáveis rios de grande extensão, por onde podem navegar chatas ou navios de calado baixo, médio ou alto, economizando reais e fazendo o Brasil competitivo. V. Ex^a faz um discurso sério. Infelizmente, Senador Eliseu, o Governo vai continuar entupindo a pauta de medidas provisórias, mas vamos reagir. Não vamos ter tempo para discutir projeto sério como o que V. Ex^a está apresentando à Casa. É isso o que me causa espécie como Parlamentar, que deseja debater e discutir o futuro do País como V. Ex^a está fazendo neste momento. Quero dizer a V. Ex^a que meu Partido é orgulhoso de tê-lo em nossos quadros. V. Ex^a é Vice-Presidente...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...da Comissão de Assuntos Econômicos, por enquanto, mas tem uma grande contribuição a dar ao País, como já deu e continuará a dar à sua Minas Gerais. Cumprimentos!

O SR. ELISEU RESENDE (PFL – MG) – Muito obrigado, meu Líder, Senador José Agripino.

Em adição ao exemplo que V. Ex^a deu, quero lembrar que o rio Reno transporta uma tonelagem de carga quase igual a toda a tonelada de carga que está sendo transportada por todo sistema viário do Brasil.

Sr. Presidente, encerro dizendo da importância desse projeto e quero pedir uma rápida tramitação dessa nossa iniciativa, para que possamos, realmente, abrir um horizonte para o sistema viário do País,

eliminando os impactos do meio ambiente e reduzindo o custo dos combustíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eliseu Rezende, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, pela Liderança da Minoria.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Senado Federal realizou, esta manhã, sessão especial para comemorar o Dia do Exército Brasileiro, uma iniciativa do Senador Edison Lobão, a quem cumprimento neste momento.

A data comemorativa relembra o dia 19 de abril de 1648, quando da vitória brasileira na primeira Batalha dos Guararapes, para expulsar os invasores holandeses do Nordeste do Brasil.

Naquela data, brancos, índios e negros uniram-se para formar um único exército, e foi essa união que formou a base do Exército Nacional.

Hoje, o Exército brasileiro reúne 150 mil homens. Desse contingente, 25 mil atuam na Amazônia, tanto na repreensão aos crimes ambientais quanto em apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de apoio às populações.

É o Exército que ocupa o papel do Estado ao prestar assistência médica, escolar; ao garantir alimentação e proteção às populações ribeirinhas e indígenas da região amazônica.

Nas missões de paz da ONU, o Exército brasileiro conta com 12 mil homens. No Haiti, o comando da missão é brasileiro.

É ainda o Exército que atua com eficiência na construção de estradas, pontes, portos, poços artesianos, ferrovias e até no gasoduto de Coari/Manaus.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, na semana passada, recebi, com imensa honra, o Diploma Colaborador do Exército brasileiro, do 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes e Campo de Instrução do Exército da cidade de Formosa, em Goiás.

O centro de operação de foguetes do Exército brasileiro, em Formosa, é uma referência nacional, única do País especializada em artilharia e o maior poder de fogo da América Latina. Recebe para treinamento corporações da ONU, Marinha, da Força Aérea e da Avibrás – Indústria Aeroespacial Brasileira.

Suas instalações, à beira da Lagoa Feia, um dos cartões postais de Formosa, estão sendo ampliadas

e vão sediar o laboratório de tecnologia para lançamento de foguetes.

Tive a honra de colaborar com a construção da unidade tecnológica, por meio de emenda ao Orçamento, aprovada e liberada pelo Governo.

Todo esse trabalho desempenhado pelo Exército, seja na unidade de Formosa, seja na Amazônia, nas missões de paz ou em suas atividades pelo País, merece ser reconhecido pela sociedade brasileira e pelo próprio Governo.

Se o 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes de Formosa é referência internacional em tecnologia, o mesmo não está acontecendo com as demais unidades em atuação no País. Um exemplo são as regiões de fronteira. De acordo com o pesquisador em assuntos militares da Universidade de Juiz de Fora, professor Expedito Bastos, se o Brasil não aumentar rapidamente seus investimentos no reaparelhamento das Forças Armadas, em dez anos perderá a liderança sul americana na área militar.

É preciso que as questões militares envolvam investimentos na indústria bélica nacional, porque, para manter a paz, o Brasil não pode apenas confiar nos outros países.

É preciso também que o Governo invista no componente humano do Exército brasileiro. Quando se tem oportunidade de estar ao lado de oficiais, como fiz em Formosa, percebe-se que a carreira militar é a sua vocação. Para os milhares de jovens que ingressam no serviço militar, esse início também é uma verdadeira *porta da esperança*.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Já concluo, Sr. Presidente.

O contingente de jovens que prestam o serviço militar a cada ano chega a 50 mil. Este ano, deve chegar a 70 mil, se forem liberados recursos aprovados no Orçamento. São jovens que recebem cerca de R\$ 200,00, e, com esse soldo, são muitas vezes o arrimo de suas famílias.

Nos quartéis, recebem alimentação, uniforme, treinamento físico e até profissional. Por conta própria, o Exército se preocupa em prepará-los para uma profissão quando se licenciarem. Milhares de jovens que saem dos quadros do Exército e ficam desempregados sofrem o assédio do crime organizado e do tráfico de drogas, e acabam cedendo, para não entrar em desespero.

O Programa Soldado Cidadão, embora atue em consonância com...

(Interrupção do som.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – ...o Exército, não coloca o jovem recruta no mercado de trabalho. Ele termina, como milhões de jovens, no mesmo

vácuo entre o aprendizado e as portas fechadas para o primeiro emprego.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em minha visita a Formosa, pude sentir o quanto é importante para os homens que ali se encontram a missão que executam. Eles têm consciência do seu papel na paz, na proteção, no trabalho de engenharia que executam, nas inúmeras vezes em que atuam como médicos e enfermeiros para as populações desassistidas.

Por tudo isso é que entendo ser fundamental que o Brasil tenha certeza de que está plenamente protegido por um Exército que precisa ter o apoio do Governo, do Parlamento e da sociedade para que se torne moderno em armamentos e tecnologias.

Homens dispostos a defender a Pátria, nós já temos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Muito obrigado, Senadora.

Sobre a mesa, requerimento que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 401, DE 2007

Requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, de treze Senadores, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exª, com base no art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por treze Senadores, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com previsão de dotação orçamentária estimada em R\$200.000,00 (duzentos mil reais) apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas ocorridos no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir dos seguintes fatos:

a) Acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, que envolveu um Boeing 737-

800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire. A colisão das aeronaves se deu sobre o município de Matupá/MT, vitimando mais de 150 pessoas, entre tripulantes e passageiros. Entre outros problemas, noticia-se que falhas de comunicação entre os aviões envolvidos no acidente e o controle aéreo ocorreram, lançando fortes suspeitas sobre o real alcance de radares e demais equipamentos de detecção.

b) *Movimentos de manifestação promovidos pelos controladores de tráfego aéreo, que geraram inúmeros atrasos e cancelamentos de vôos, submetendo passageiros e usuários a situações ultrajantes e indignas.* A primeira operação-padrão da categoria teve inicio no aeroporto de Brasília em 27 de outubro de 2006. Levantamento da Infraero revelou que, de 26 de outubro ao dia 4 de novembro de 2006, foram afetadas 43% das decolagens em todo o país. De 14.700 vôos que decolaram, 5.145 registraram atrasos significativos. Os cancelamentos ficaram em 1.176, ou seja, 8% do total de aviões que saíram do solo. Novo movimento foi detectado a partir de 13 de novembro de 2006, levando o Comando da Aeronáutica a determinar o aquartelamento dos controladores no dia subsequente. Outras iniciativas ocorreram neste período. No entanto, a manifestação de maior impacto dos controladores foi a paralisação promovida em 30 de março de 2007, que impediu o funcionamento dos principais aeroportos do país.

c) *A Infraero passou a admitir, por seus representantes legais a necessidade de investimentos da ordem de R\$7 bilhões na modernização e segurança de aeroportos, ao passo que foram encontrados pelos técnicos do Tribunal de Contas da União, em muitas das obras por ela contratadas, sérios indícios de irregularidades, notadamente as referentes aos Aeroportos de Congonhas/SP, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Antônio Carlos Jobim/RJ e Juscelino Kubitschek/DF.*

d) *Panes em equipamentos e sistemas de radar, que geraram graves problemas de atrasos em aeroportos relevantes do país;* Em 18 de março de 2007, um problema no sistema de informática no Cindacta I – que responde pelo tráfego aéreo de Brasília, São Paulo, Rio, Cuiabá, Vitória e Belo Horizonte – gerou vários atrasos. O problema ocorreu pela manhã na rede de comunicação entre a sala de plano de vôo e o controle de tráfego.

Para contornar a situação, os profissionais de serviço recorreram a um sistema manual para autorizar as decolagens, o que provocou atrasos em escala em vários aeroportos. À tarde, teria, ainda, ocorrido um blecaute no registro de planos de vôo na torre do aeroporto. O gerador entrou em funcionamento e, 50 minutos depois, caiu uma chave no sistema. Tais fatos suscitaram, inclusive, suspeitas de sabotagem no seio do governo. Já nos dias 24, 25 e 26 de março de 2007, problema técnico no sistema ILS CAT 2 – que auxilia os pilotos nos pousos e decolagens em dias de muita neblina – determinou o fechamento do aeroporto de Guarulhos/SP por várias horas. O tempo de paralisação provocou reflexos nos vôos de todo dia 26. Foi preciso atrasar, pela manhã, a partida de mais de 14 aviões que iriam para o exterior e 12 com destino a cidades brasileiras. Em audiência na Câmara dos Deputados, o vice-diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), brigadeiro Ramón Borges Cardoso – representando o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Bueno – afirmou que os radares de Brasília chegam a registrar 30 aviões falsos por dia.

e) *No exercício de 2006, apenas 50% do orçamento do programa de Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro foi efetivamente utilizado. Recursos destinados para os Cindactas foram retidos pelo governo federal, segundo o Tribunal de Contas da União.*

f) *Entre 18 e 25 de dezembro de 2006, outras turbulências também causadas nos aeroportos gerando novas filas e reclamações por parte dos usuários da sistema de aviação civil.* Apesar de constatar a prática de *overbooking* – venda de passagens além da capacidade de acomodação das aeronaves –, relatório da ANAC acabou por atribuir os atrasos e cancelamentos a novos problemas no controle aéreo. Segundo o texto, dos 328 vôos cancelados no período, 67,24% foram por conta de problemas com o controle de tráfego aéreo. Muito embora o *overbooking* tenha sido detectado, a ANAC surpreendentemente não indicou a aplicação de qualquer penalidade.

A grave situação por que passa o setor aéreo do país está a demandar a imediata atuação do Poder Legislativo. Cumpre, nesse sentido, sejam apuradas, mediante Comissão Parlamentar de Inquérito, as causas e os responsáveis por tais fatos, assim como oferecer soluções para a crise sem precedentes que o país atravessa.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007.

John D. Binkley

Washington
Dear friend
At Ch. 70th

John H. Kyllonen

to man. At

Wink G.

James Buchanan

Acme Vans

CHRISTOVAN.

17 Club Hill
Wellsville
are being used

Leon Booges

Carl Sjölin

—TA

Abenar

W. G. Green

agacelis - (ur aus Ponto)

Max Sante

P. J. St. John

70 horses - 5000
e.g. 1000

[Signature]

Heavy

Rearb. 115

Sapilio bae

Kate, see J

Ernest Morris

John L. Smith

(32) ~~TOURIST~~

Camaleo baey.

2. New Areas

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)

– Muito obrigado, Sr. 1º Secretário.

O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para que a Comissão Parlamentar de Inquérito seja constituída, a Presidência fará as designações, oportunamente, de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

Há um despacho do Sr. Presidente nos seguintes termos:

“De acordo com deliberação dos Líderes, fica acertado o dia 25 para leitura e 20 dias para indicações dos membros.”

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Concedo a palavra ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por ocasião da leitura do requerimento, que acabou de ser feita pelo Sr. 1º Secretário, Senador Mão Santa, eu gostaria de cumprimentar a Casa na pessoa do Presidente Renan Calheiros, que reuniu os Líderes ontem, democraticamente, para estabelecer procedimentos com vistas ao funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, a partir da leitura do requerimento, torna-se irreversível.

Sr. Presidente, quero fazer um paralelo. Na Câmara dos Deputados, um requerimento semelhante foi lido e, em seguida, foi objeto de todo tipo de contestação, levada a efeito pela base governista e comandada pelo Presidente daquela Casa. Até hoje, os Srs. Deputados, principalmente os Democratas e os tucanos, juntamente com os membros do PPS, encontram-se às voltas com recursos judiciais, impetrados junto ao Supremo Tribunal Federal, para fazer valer um direito das minorias.

Aqui, o diálogo resolveu tudo e quero esclarecer um fato.

Senador Mão Santa, Sr. Presidente Adelmir Santana, no Regimento do Senado não existe prazo definido para que os Líderes indiquem os membros. A reunião de Líderes que ocorreu ontem, democraticamente, definiu duas coisas importantes. A mais importante de todas é que hoje, quarta-feira, e não amanhã ou depois de amanhã, não depois do julgamento do Supremo Tribunal Federal, mas antes disso, o Senado, numa atitude altiva, faria a leitura do requerimento. Por quê? Porque as assinaturas eram suficientes, estavam conferidas e o objeto era claro. Há um fato determinado e não há por que, sob o ponto de vista legal, recusar um direito

das minorias, que é a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito bem. Restava uma pendência: dentro de quanto tempo os membros podem ser indicados e quando se lê o requerimento?

Democraticamente, reunimo-nos ontem e definimos. É verdade que precisei ser, em alguns momentos, até intransigente. V. Ex^a é testemunha, porque participou da reunião. Cheguei a ser intransigente porque desejava que a leitura acontecesse hoje, para que o Supremo Tribunal Federal entendesse que, no Senado Federal, os fatos aconteciam dentro da legalidade. Esse fato poderia espelhar, até, uma atitude para S. Ex^as no Supremo Tribunal Federal, manifestando que era desejo do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, a instalação desta Comissão Parlamentar do Inquérito. Era o desejo manifesto, claro, inofensivo, até para ajudar na decisão do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento foi lido, está irreversível, mas e a definição da indicação dos membros?

Era preciso que o Líderes também se entendessem e estabelecessem um prazo, porque, Secretário Mão Santa, aquilo que V. Ex^a assinou poderia não ter consequência, um partido ou outro poderia não fazer as indicações e não haver quórum para a instalação. Mas foi feito o entendimento e nós, em nome dele, concordamos com o prazo de 20 dias, que é elástico, sim, mas definido, para que os membros do PMDB, dos Democratas, dos tucanos, do PTB, do Partido dos Trabalhadores, do PDT e de todos os Partidos da Casa pudessem fazer indicações e a Comissão se constituir com seus 13 membros, para eleger o Presidente e este indicar o Relator. Aí, começáramos, sim, a trabalhar no sentido de identificar, sem emoções, as razões do caos aéreo.

É esse, Sr. Presidente Adelmir Santana, o desejo dos democratas: levar a efeito um processo de investigação sem emoções, sem irracionalidade, consultando o interesse da sociedade e identificando a culpa, as omissões e o dolo onde estiverem, sem endereço certo, buscando encontrar os problemas e apontar as soluções.

Os democratas vão, inclusive, ao longo dos trabalhos da CPI, realizar em paralelo um seminário – apoiado pela Fundação Liberdade e Cidadania –, trazendo do mundo inteiro experts em controle aéreo para que forneçam ao Brasil o *know-how* que praticam na Alemanha, nos Estados Unidos e na França. Poderemos, assim, em nome do nosso Partido, dar uma contribuição para a solução do problema. Onde ele está? Na Infraero? Nos controladores? No Ministério da Aeronáutica? No Ministério da Defesa? Foi dinheiro mal gasto? Alguém malversou? Houve contingenciamento de recursos? Deixaram de comprar equipamentos de controle? Onde está a culpa? Nas relações defeituosas

entre autoridades e controladores de vôo? Tudo isso vai ser objeto de uma investigação isenta, para que se encontrem as causas e se apontem as soluções.

Quero agradecer a V. Ex^a pela leitura do requerimento e cumprimentar a Casa, especialmente o Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Plenário não está, evidentemente, com número de Senadores suficiente para a grandeza da hora que atravessamos. Hoje, o Senado dá uma demonstração de altivez e de soberania digna da Casa dos representantes do povo desta Câmara Alta.

Nós, com a leitura feita pelo Secretário, pela vontade não apenas do meu partido, tão bem e significativamente liderado pelo Senador José Agripino, nesta hora, não nos julgamos vencedores. Quem venceu foi o Senado.

Foi extremamente importante, enquanto o Supremo está discutindo se cabe ou não CPI na Câmara dos Deputados, o Senado já dar uma demonstração de tornar o pedido da minoria irreversível, com datas marcadas em reunião que todos nós participamos, ontem, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros. Isso é significativo, porque todos os Líderes, do Governo e da Oposição, chegaram a um acordo e, consequentemente, faremos uma CPI que não é para amedrontar ninguém, mas para descobrir tudo aquilo que é possível para que o tráfego aéreo no Brasil seja uma coisa séria, porque hoje não é séria.

O Governo não deve temer. Ele próprio já encontrou, na Infraero, assim como o Tribunal de Contas, crimes praticados por diretores em aeroportos, em construção de pistas etc. Consequentemente, o próprio Governo tem interesse, creio eu, que esta CPI chegue ao final, como hoje ela está sendo praticamente iniciada.

Senador Adelmir Santana, o destino lhe concedeu a graça de estar na Presidência na ocasião da leitura do requerimento.

Como bem salientou o nosso Líder, vamos trabalhar intensamente. Não vamos procurar ocultar coisa alguma, mas também não queremos desmoralizar quem não mereça ser desmoralizado. Nossa interesse é o de apurar, e apurar nós vamos, porque essa foi a vontade demonstrada ontem por todos os Líderes dos partidos políticos aqui representados.

Fico feliz, porque vejo o Senado Federal crescer aos olhos da opinião pública, com a atitude que acaba de ser tomada. Vamos, Sr. Presidente, honrar o mandato que nos foi conferido, fazendo uma CPI à altura dos interesses do País e do próprio Governo da República, creio eu.

Portanto, Sr. Presidente, eu me congratulo com o Senador Renan Calheiros, por meio de V. Ex^a, para dizer que não temos que agradecer, mas temos de louvar o gesto do Presidente da Casa, que, cumprindo as determinações regimentais, fez com que lesse, hoje, nesta hora, esse requerimento, quando o Supremo está discutindo, mas ainda não resolvendo, o problema da CPI da Câmara.

Nós hoje mostramos que o Senado existe.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)

– Pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB)

– ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fizemos ontem uma reunião do Colégio de Líderes com o Presidente Renan Calheiros, e firmamos o acordo da leitura do requerimento da CPI, na data de hoje, e um prazo de até vinte dias para as indicações. É uma demonstração clara daquilo que o Senado pode fazer em termos de processo de investigação.

Compreendo que o Senado tem um papel a cumprir, na definição de um modelo claro de gestão da aviação civil no Brasil. Mas manifestei, na reunião de ontem, uma preocupação, e quero manifestá-la também em Plenário. Nós estamos na expectativa de uma CPI na Câmara. Temos a leitura da instalação de uma CPI aqui no Senado. Elas são iguais: o objetivo e o objeto da CPI da Câmara e da CPI do Senado é o mesmo.

Vejo com preocupação, preocupação também manifestada por quase todos os outros Líderes presentes na reunião de ontem, de que duas CPIs, uma na Câmara e outra no Senado, podem trazer prejuízos ao Congresso Nacional, podem acirrar uma disputa entre Câmara e Senado, podem fazer com que haja uma disputa, até pela forma de investigação. Além de que teríamos, caso se instalarem as duas CPIs, um “retrabalho”, um trabalho feito na Câmara, um trabalho feito no Senado. O trabalho que será feito aqui será repetido na Câmara.

Essa é uma preocupação que temos, porque o percentual de credibilidade, de confiança no Congresso Nacional é muito baixo. E a exposição pública de um assunto que demonstra claramente falta de entendimento entre as duas Casas pode ainda fazer com que haja uma situação de mais descrédito para o Congresso Nacional.

Temos 20 dias para as indicações. Hoje ou nos próximos dias, teremos uma definição do Supremo. Sinceramente, espero que haja bom senso para que realizemos, de fato, uma investigação e um estudo de modelo de gestão para a área da aviação civil no Brasil, dando, assim, uma contribuição, e não uma situação

que estabeleça uma disputa ou não se chegue ao resultado claro que a sociedade brasileira deseja.

Parabéns, Presidente Renan Calheiros, pela condução que V. Ex^a tem dado a todo esse processo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Renato Casagrande.

Consulto os líderes partidários se podemos começar a Ordem do Dia, se há acordo para que possamos votar as matérias constantes da pauta.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não houve entendimento.

Tive a oportunidade de conversar com o Senador Arthur Virgílio, e gostaria de fazer uma proposta a V. Ex^a. Disse-me o Senador Líder do Governo, Romero Jucá, que o Senador Francisco Dornelles estaria com o parecer pronto para a MP nº 347. Nenhum de nós conhece o parecer.

O que desejamos e vamos solicitar de V. Ex^a? Os pareceres são o mínimo que os partidos políticos precisam conhecer para poder votar. Votar um parecer que não conhecemos? Claro que confiamos no Senador Francisco Dornelles, mas ninguém conhece os termos do parecer. Votar uma matéria sem o conhecimento do parecer? Não se trata de crédito extraordinário, em que temos posição clara, nem de crédito especial. Trata-se da concessão de um valor expressivo à Caixa Econômica Federal para aplicação em investimentos.

Por que não aplicar esse dinheiro por intermédio do Ministério das Cidades? É uma primeira questão que posso colocar, e tenho o direito de fazer. Pode haver uma resposta convincente que eu não conheço.

Sugiro a V. Ex^a que adotemos como prática dar conhecimento aos Líderes, pelo menos com 24 horas de antecedência, dos pareceres sobre as MPs em apreciação, a fim de que possamos votar, e aí estabelecer um grande acordo para a desobstrução da pauta. Podemos votar até 3, 4, 5 MPs por dia, para votar projetos como o que o Senador Eliseu Resende apresentou hoje, da melhor qualidade, para o futuro do País, da lavra de um Parlamentar. Desobstruiremos a pauta por entendimento. Agora, com conhecimento prévio, pelo menos de 24 horas, do parecer da medida provisória.

Há MPs que votamos sistematicamente contra por razões já conhecidas. Não há nenhuma presunção nem prevenção dos Democratas com relação aos projetos do PAC; pelo contrário, se é para projetar o País para o futuro, há boa vontade por parte do Democratas, mas com o conhecimento prévio do que se

vai votar, até para que se possa fazer o correto encaminhamento e para que a sociedade possa conhecer a opinião abalizada de cada partido político.

É a ponderação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo a ponderação do Senador José Agripino e do Senador Arthur Virgílio e solicito aos Relatores das medidas provisórias que encaminhem às Lideranças partidárias todos os relatórios prontos, para que possamos, na próxima semana, votar.

Temos procurado votar dentro do entendimento, não vemos nenhuma motivação da Oposição de criar dificuldades. Compreendemos isso e entendemos que o mecanismo natural é que se dê conhecimento, efetivamente, desses relatórios que são importantes.

O Ministro Dornelles me disse que já havia feito o relatório, que ainda não foi distribuído. Portanto, concordo com a posição do Senador José Agripino, no sentido de que possamos distribuir os relatórios e termos uma programação, aí sim, de votação maciça de todas as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, ouvi atentamente as palavras do Líder José Agripino e confesso a impressão extraordinária que tive com as suas palavras. É uma demonstração de grande responsabilidade da Oposição, uma confirmação do interesse dela de ver o processo legislativo fluir, entendendo que não há nenhuma intenção de prejudicar o Governo naquilo que é de interesse da sociedade. Acho que é um grande gesto que o Senador José Agripino expressa em plenário.

S. Ex^a deixa claro que não há nenhuma atitude que signifique obstruir ou dificultar a agenda legislativa. E estamos, agora, diante de uma boa vontade do Governo de facilitar o papel do seu Líder na Casa, Romero Jucá, para que V. Ex^a possa conduzir o processo legislativo.

Entendo que este momento em que a Oposição adota tal procedimento no plenário do Senado Federal é muito especial. E V. Ex^a tem demonstrado essa preocupação, quando chama à responsabilidade para a atividade legislativa nas Comissões, para que essa possa fluir de maneira mais proveitosa e para que se possa valorizar mais o conteúdo e a dimensão do trabalho legislativo de cada Senador e de cada Partido.

Penso que este é um grande momento que estamos tendo. Fica agora uma dúvida do Governo em não causar qualquer tipo de obstáculo à atividade legislativa. Toda a compreensão tem de ser dada pelo

Governo ao seu Líder nesta Casa, que é o Senador Romero Jucá, para que tenhamos a votação.

Quando o Senador José Agripino deixa claro que não há nenhuma restrição, nenhum ato contrário ao conteúdo e ao que o PAC possa fazer pelo País e que apenas usará a prerrogativa de discutir, acrescentar e trazer suas contribuições como Oposição, essa é a melhor demonstração que nós da base do Governo poderíamos ter nesta Casa.

Como membro da Mesa, só tenho a dizer que V. Ex^a tem tido muito cuidado e muito zelo, para que a Casa não tenha nenhum entrave de ordem legislativa, que venha a dificultar a sua responsabilidade perante o País.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Magno Malta e, em seguida, V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só desejo fazer um registro sobre a reunião da Mesa do Senado e ressaltar a fala de V. Ex^a como Presidente da Casa na mesma direção do pronunciamento do Senador José Agripino.

Parece até que foi uma coisa que estava acertada, e não estava. Acho que foi “Jesuscidência”, Senador José Agripino, essa compreensão, esse entendimento para que o Parlamento ande. E fazia o Presidente desta Casa um apelo ao Líder Romero Jucá, que discutiu na mesma direção, ou seja, de que o Governo é que agora não tem o direito e precisa refletir no sentido de buscar para si essa boa vontade da Oposição. Ela entende que aquilo que tem mérito é importante para a Nação e afirma que tão-somente usará das suas prerrogativas com aquilo que entender que não é mérito.

Então, a fala do Senador Tião Viana tem plena consonância com o que disse V. Ex^a, Senador Renan Calheiros. E a minha fala, Senador José Agripino, é para fazer o registro sobre a condução da reunião pelo Presidente da Casa, na tarde de hoje. Foi exatamente essa a palavra do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros – o Senador José Agripino está saindo –, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela forma como tem conduzido esta Casa.

Houve dois exemplos claros nestes dez minutos. O primeiro é que V. Ex^a se sentou à mesa com as Lideranças, e o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador José Agripino foram testemunhas da discussão.

são harmônica na busca de uma solução para a leitura do requerimento da CPI.

Acredito, Sr. Presidente, que, dentro do bom senso, contando com a colaboração, o respeito e a estima, todos os Parlamentares Líderes desta Casa concordaram com V. Ex^a.

Todos nós temos andado pelos aeroportos e sido depositários das angústias da população e às vezes de palavras agressivas, de amargura pelo que estão passando sem saber o porquê. E colhemos informações fragmentadas, ao longo do tempo, notícias de jornal, distorcidas ou não. Então, V. Ex^a colocará nos eixos, para que haja uma apuração ética, correta, dirigida para o interesse da sociedade.

V. Ex^a fez essa reunião antecipada, para que não houvesse divisão na discussão que antecipasse aquilo que é correto e sério: apurar se houve ou não crime. Ninguém gostaria de ver um crime acobertado em qualquer segmento da sociedade, nem individual, nem coletivo, como é o caso.

Outra coisa é essa colocação do Senador José Agripino e do Senador Romero Jucá, com a aqüiescência de V. Ex^a, no sentido de se distribuíssem os relatórios, para que se tome conhecimento deles e harmonicamente se possa votar e para que V. Ex^a possa limpar a pauta e colocar em votação vários outros projetos que angustiam muitas comunidades que estão na expectativa das votações do Congresso.

Parabéns, Sr. Presidente. Tenho certeza de que continuaremos nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma e aos Senadores que fizeram aqui intervenções – foram vários Senadores.

Gostaria de dizer que, ontem, reunido com os Líderes partidários, S. Ex^as decidiram o calendário para o requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tinha assumido anteriormente uma posição pessoal, política, mas, disse que gostaria de compartilhar aquela decisão com os Líderes partidários. E os Líderes estabeleceram um calendário.

A leitura do requerimento seria efetuada hoje, por decisão dos Líderes, e seria, consequentemente, aberto o prazo de 20 dias para que S. Ex^as fizessem as indicações dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje, reunido com a Mesa, tratamos da necessidade de racionalizar os trabalhos do Senado Federal, para que tenhamos condições de votar, em função das obstruções que as medidas provisórias provocam.

Estamos tendo problemas. Nos últimos dois anos, o Senado reverteu, praticamente, aquela equação que havia com relação à iniciativa das leis. Chegamos aos incríveis 84% de iniciativa do Executivo e, nos primeiros

ros dois anos depois da Constituinte, com apoio dos Líderes do Senado, da Oposição nesta Casa, diga-se de passagem, invertemos essa equação. Foram os primeiros dois anos que votamos mais matérias oriundas do Legislativo do que do Executivo, dos outros dois Poderes. Precisamos fazer com que isso aconteça novamente.

Há a proposta, que na próxima semana submeterei aos Líderes, aos Senadores, aos membros da Mesa, de que iniciemos a sessão pela Ordem do Dia, ou seja, de que, havendo acordo, deliberemos a partir das 14 horas. Nós teríamos, sem dúvida nenhuma, um rendimento maior do ponto de vista da apreciação das matérias e também regimental.

Outra questão que a Mesa entendeu que obrigatoriamente terá de ser observada é com relação à participação dos membros da Mesa na condução das sessões plenárias do Senado Federal. É importante que isso aconteça. O Regimento estabelece um período da sessão que cada membro da Mesa deve presidir, e isso, na prática, não está ocorrendo. Não há centralização de responsabilidades; queremos compartilhá-las, mas é importante que mantenhamos a liturgia da Casa.

Quem está na Presidência não pode participar dos debates. É importante conduzir os trabalhos sem participar dos debates, a liturgia e o Regimento mandam que assim seja feito e assim será feito.

Hoje pedi aos membros da Mesa e o Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente, ficou de coordenar esse processo juntamente comigo. Para que isso aconteça, é necessário, é fundamental que haja a compreensão dos Senadores para que o tempo regimental de cada um seja também observado. É uma preliminar para que esse outro critério seja posto, seja observado.

Eu queria comunicar à Casa que esse foi o objetivo da reunião da Mesa e que nós vamos pôr em prática. Vamos ter problemas com relação à utilização do tempo maior do que aquele estabelecido no Regimento; vamos ser duros com relação a isso – duros no melhor sentido da expressão – quer dizer, democráticos, claro, entendemos o papel de cada um dos Senadores, seja de que partidos forem, mas precisamos pôr em prática o Regimento para que tenhamos um rendimento melhor, uma produtividade maior e a restauração como consequência da imagem, do papel do Senado Federal.

Esse foi o objetivo da nossa reunião.

Com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito, o meu papel, na verdade, vai-se encerrar no dia da instalação. Qualquer tratativa, qualquer negociação – e ontem tentaram fazer algumas propostas para a negociação – que eventualmente possa ser feita terá de ser desenvolvida e encaminhada pelos Líderes par-

tidários, pelas bancadas e pelas direções das próprias Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com o Líder Senador José Agripino Maia e com o Senador Antonio Carlos Magalhães e ouvi diversos membros da Oposição, mas gostaria de externar um sentimento. Tendo havido a solicitação, o requerimento de CPI tanto na Câmara quanto no Senado sobre o mesmo assunto, a questão do apagão, os motivos que envolveram todo esse desconforto da população, inclusive a apreensão com respeito à segurança do sistema de aviação aérea comercial no Brasil e de todo o tipo de aviação, certamente, e sobre tudo o que ocorre nos céus brasileiros, parecia-me que seria de bom senso que ambas as Casas chegassesem a um entendimento para uma CPI mista.

Por razões que comprehendo e respeito, mas que não as considero de melhor bom senso, querem porque querem fazer uma CPI tanto aqui quanto lá. É capaz de surgir uma disputa, às vezes até de quem se vai ouvir primeiro, tais e quais autoridades, e assim por diante.

Então, expresso aqui a minha opinião aos Líderes, Sr. Presidente. Quem sabe se até o dia da decisão, nesse prazo de 20 dias que V. Ex^a acordou com os Líderes, surja uma luz de bom senso?! E que não seja simplesmente dito: “Ah, como o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, preferiu, no primeiro momento, não colocar de pronto a CPI em funcionamento...” Mas quem sabe, verificando-se argumentos de bom senso...

Eu soube que o Senador Jefferson Péres, ainda ontem, também argumentou no mesmo sentido: que seria adequado que pudesse haver um esforço conjunto de ambas as Casas, já que o propósito é o mesmo. Poderia até haver um entendimento de redação sobre o fato determinado, de uma maneira muito clara e acordada, por todos os partidos da Oposição, bloco de apoio e assim por diante.

Enfim, avaliei como importante, pelo menos, expressar essa opinião. Tenho a convicção de que V. Ex^a, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, poderá desempenhar um papel relevante para que os Líderes de todos os partidos cheguem a um melhor entendimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É pertinente a colocação de V. Ex^a.

Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2007

Requer VOTO DE LEMBRANÇA à insigne figura de DANTE DE OLIVEIRA, notável político e homem público brasileiro, ao ensejo do aniversário de rejeição da Proposta de Emenda Constitucional em favor de eleições diretas para Presidente da República.

REQUEREM, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, a inserção em ata, de VOTO DE LEMBRANÇA à insigne figura de DANTE DE OLIVEIRA, pelo transcurso do 23º aniversário de rejeição da Emenda Constitucional para a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1985, emenda que acabou sendo, merecidamente chamada de *Emenda Dante de Oliveira*, tornando-se a via que propiciou a eleição, mesmo indiretamente, de Tancredo Neves e, a seguir, a plenitude do voto direto.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento da família de Dante, especialmente à mãe, a sua esposa e a seus irmãos, bem como ao Governo do Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

DANTE DE OLIVEIRA, falecido em julho de 2006, tem seu nome definitivamente inscrito, com louvor, na História contemporânea do Brasil. Ele foi o autor da Proposta de Emenda Constitucional fundamental para o restabelecimento da plenitude democrática no Brasil. A Emenda de Dante desafiava o regime de exceção, ao propor a realização de eleições diretas em 1985. O movimento foi denominado Diretas Já e alcançou grande repercussão popular. Não obstante a pressão da sociedade civil, foi rejeitada por não ter alcançado o quorum constitucional, mas os votos a favor superaram os votos contrários. Em consequência desse movimento, naquele ano, ainda em eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, foi sufragado o nome de Tancredo Neves. Depois disso, os pleitos passaram a ser diretos.

Nome da mais alta expressividade na vida política, jamais deixando de ser aguerrido, Dante de Oliveira sempre esteve presente também no cenário político do seu Estado, o Mato Grosso, elegendo-se Governador em 1994, pelo PDT, e em 1998, pelo PSDB. Além disso, foi Prefeito de Cuiabá, também por duas vezes, em 1985, pelo PMDB, e em 1992, pelo PDT. No Governo José Sarney, foi Ministro da Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007.

(Assinatura)
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

*Arthur Virgílio
Senador
Líder do PSDB*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – O requerimento vai à publicação.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Não há acordo das Lideranças para apreciação das matérias constantes da pauta.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007
Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 4, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007, que *dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006).

Relator revisor:

Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007
Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 5, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007, que *dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007).

Relator revisor:

Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007
Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 6, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007, que *altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006).

Relator revisor:

Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007
Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 7, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007, que *regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de*

2004; e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006).

Relator revisor:

Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007
Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2007, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF* (proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007).

Relator revisor:

Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007
Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente

da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica*.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

10

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 34, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 33, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.*

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá *nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá *nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário,

em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral*.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

23

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 685, DE 1999***(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Jayme Campos. Depois, concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do Partido.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a gentileza e a solidariedade do ilustre Senador da República Gilvam Borges, que me cedeu o lugar na lista de oradores inscritos.

Confesso, de público, Srs. Senadores, que eu não gostaria de vir aqui tratar de assunto tão pequeno. Entretanto, quando algumas pessoas querem enlamear a nossa honra, qualquer um de nós tem de vir aqui para lavá-la.

Dessa forma, quero esclarecer aos meus Pares os últimos acontecimentos que ocorreram em Mato Grosso, sobretudo o que foi divulgado pela imprensa nacional, envolvendo a minha pessoa num fato que desconheço em sua totalidade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, rica em casos de bravura e coragem, a literatura nacional cunhou, no linguajar de nossos antepassados, uma expressão ao mesmo tempo lírica e dramática, quando movia os ofendidos a “lavar a honra com sangue”.

Pois bem, Senador Antonio Carlos Magalhães, subo a esta tribuna hoje para também lavar a minha honra. Mas o farei usando a verdade; não o vermelho da vingança, mas sim o límpido e transparente véu da inocência.

Fui atacado pelas costas, vitimado pela sanha de chacais da dignidade alheia, que sobrevivem na ribalta às custas da ética e da moral daqueles que são desprovidos de ódio e de revanchismo.

No último fim de semana, como bem disse, fui tomado de surpresa, Senador Eduardo Azeredo, pelo

envolvimento do meu nome na chamada “Operação Lacraia”, deflagrada pela Polícia Federal em três estados, entre eles Mato Grosso.

Trata-se de uma investigação para apurar a participação de proprietários rurais, cartorários, bancários e funcionários públicos em grilagem e fraudes contra o sistema financeiro. Uma apuração necessária e pertinente, principalmente em regiões de acentuada atividade imobiliária.

O absurdo, no entanto, Senador Jonas Pinheiro – que me conhece muito bem –, é subtrair de um diálogo telefônico desprevensoso qualquer suposição de minha atuação no tráfico de influência junto a credenciados organismos da Justiça brasileira, como o Superior Tribunal de Justiça. A conversa entre dois personagens sem importância nessa trama, que citam indevidamente meu nome, motivou o enredo de uma obra de ficção frágil e mal elaborada. Pura elucubração. Devaneio de quem enxerga sombra no próprio horizonte. Pura infâmia, um crime contra a minha honra.

Primeiro, porque nunca tive a oportunidade de transitar por tão excelsa instituição, como o STJ. Depois, pelo respeito que devoto aos membros da entidade, jamais teria a ousadia de fazer qualquer gestão a personalidades do saber jurídico.

Assacar contra mim, imputando-me ação de tráfico de influência, é o mesmo que atingir a integridade da maioria dos Ministros do STJ. Pois nada menos que cinco deles deram pareceres ou julgaram uma demanda entre dois cartorários da cidade de Barra do Garças, que se arrasta desde 2001, e hoje tentam, de forma ardilosa, envolver meu nome. Essa conclusão é óbvia, posto que lavrada em decisões desse Tribunal e publicado na *Internet*, conforme documento que está em minhas mãos.

Portanto, imaginar que doutos guardiões dos princípios jurídicos nacionais vivam à mercê da cantilena de políticos e de seus interesses significa o mesmo que cuspir na ordem pública brasileira, zombar da independência do Judiciário e rasgar nossa Carta Magna.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desafio qualquer pessoa sensata deste País a encontrar um palmo de terra que eu tenha requerido a organismos públicos federais, estaduais ou municipais. Mesmo como Governador e três vezes Prefeito da minha cidade, nunca tomei um terreno devoluto sequer para o meu patrimônio pessoal. Também desafio quem quer que seja a apresentar uma cédula que comprove operações financeiras de minha titularidade em bancos oficiais ou bancos particulares. Tudo o que possuo é fruto do meu esforço, Senador Antonio Carlos Magalhães; é fruto conquistado com suor e com lágrimas.

Minha vida é transparente. Tudo o que tenho está declarado. Não me envergonho de meus bens, porque são o resultado de sacrifícios e privações de um homem que abandonou o luxo e a ostentação e encontrou na lida a sua alegria cotidiana. Labutar, para mim, é bem mais que um ofício; é, sim, uma forma de honrar as tradições da minha gente e da minha família.

Não tenho medo do trabalho ou da luta franca; temo, sim, a covardia e a traição. Elas são vícios entre os seres rastejantes, pois, entre os altivos, são veneno mortal. O que agora alguns denominam justiça mais parece perfídia.

Dessa mesma água contaminada, Senador Eduardo, muitos dos senhores são obrigados a beber. O mesmo embuste do qual são vítimas; não porque seus detratores busquem o justo, mas porque fustigam o lixo de suas vaidades.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, não me posso acovardar diante das acusações que me fazem. Devo, sim, rechaçá-las com veemência e com indignação, porque minha honra não foi esculpida na areia rala dos incautos, Senador Valter Pereira. Foi, sim, temperada em argilas duras dos oleiros, de alicerces firmes e seguros.

Repudio a vinculação do meu nome a qualquer espécie de fraudador ou grileiro. Sou homem de notória vida pública e, como tal, convivo com a sociedade mato-grossense de forma franca e aberta.

Que fique bem claro: não faço e nunca fiz tráfico de influência. Faço, sim, a defesa dos injustiçados. Faço, sim, a proteção dos pobres e dos desvalidos.

Cheguei a esta Casa, Sr. Presidente, portando a delegação de mais de 60% dos eleitores do Estado de Mato Grosso. Não por acaso, Senador Flexa Ribeiro, mas porque essas pessoas conhecem a minha conduta. Com muita honra, sou um político tradicional, pois guardo em minha atividade o que esta palavra tem de mais elevado, ou seja, coerência, responsabilidade e honestidade.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Louvo V. Ex^a e, sobretudo, seu discurso, mas V. Ex^a não precisava se defender, porque todos nós que o conhecemos há tanto tempo sabemos da sua integridade, da sua correção e do prestígio que goza no seu Estado exatamente por isso. Daí por que, em vários pleitos eleitorais, o povo mato-grossense tem feito justiça a V. Ex^a, essa justiça que alguns querem tolhar, mas não conseguem. Seus Colegas, nesta Casa, respeitam sua figura e traduzem, neste instante, apoio às suas palavras.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, pela sua solidariedade.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Concedo um aparte ao Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Jayme Campos, quero associar-me à sua indignação. Infelizmente, o homem público é alvo de leviandades por todos os cantos deste País. Às vezes, uma palavra irresponsável, uma insinuação maldosa é suficiente para levar o nome do homem público aos jornais, ao rádio e à televisão. Como vizinho seu, vizinho do nosso velho e querido Mato Grosso, conheço seu passado. Nunca estivemos na mesma agremiação, nunca fomos parceiros de partido, mas aprendi a admirar e a respeitar sua trajetória, porque sei que é de grande trabalho, de uma intensa dedicação ao povo de Mato Grosso. Conheço sua trajetória e tenho convicção de que V. Ex^a, Senador Jayme Campos, está sendo vítima de uma injusta e temerária leviandade. A verdade haverá de socorrê-lo, porque toda mentira tem perna curta. Não tenho dúvida alguma de que, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, nem era preciso que V. Ex^a usasse da tribuna para fazer sua defesa. Seu comportamento e sua retidão são atestados por toda esta Casa.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado, Senador Valter Pereira.

Concedo um aparte ao ilustre Senador, meu conterrâneo, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Jayme Campos, como disse o nosso Senador Valter Pereira, V. Ex^a está perdendo tempo, mas em defesa de sua honra. Laborioso como é, V. Ex^a poderia estar fazendo algo mais importante para o Brasil e para o nosso Estado, mas está neste instante na tribuna fazendo a sua defesa em razão da leviandade de alguém. Veja, Senador Jayme Campos, que foi uma conversa despretensiosa, uma conversa de comadres, uma com a outra, ao telefone. Uma falou: "Olha, a Dona Helena – que é a dona do cartório, que estava em demanda lá em Barra do Garças – voltou para o cartório, mas houve influência de político". Aí, a outra perguntou: "De quem, Júlio Campos?" E a outra respondeu: "Não, do Jayme Campos, que hoje é Senador da República". Quer dizer: o que V. Ex^a tem a ver com isso? É conversa de comadres! O Ministério Públíco pega esse trecho da conversa, joga para o Poder Judiciário, e o Poder Judiciário vem a propor uma sondagem sobre o Senador Jayme Campos, cuja vida todos conhecemos. Somos parceiros há muitos anos, temos uma

convivência de irmãos. De repente, estamos vendo V. Ex^a sofrendo na tribuna, apaixonado, tentando justificar esse fato perante seus colegas, que não acreditam no que está acontecendo com o Senador Jayme Campos, que, como eu disse, é tão operoso. O Senador Jayme Campos tem uma vida em Mato Grosso, tendo sido Prefeito de sua cidade natal por três vezes e Governador de Mato Grosso. Hoje, V. Ex^a é Senador pela vontade de mais de 60% do eleitorado mato-grossense. Portanto, Senador Jayme Campos, estamos aqui para nos solidarizar com V. Ex^a e, mais uma vez, para deixá-lo tranquilo, pois V. Ex^a não é o primeiro político que sofre esse tipo de ataque e, com certeza, não será o último. No entanto, quero dizer que, em se tratando de V. Ex^a, o Brasil está tranquilo de que nada lhe acontecerá. Obrigado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Jayme Campos, quero apenas solicitar ao Plenário que tenha atenção com o inciso XII do art. 14, relativo ao tempo do aparte, para o bom aproveitamento da sessão e em respeito aos oradores inscritos. Respeito o propósito e as razões que envolvem o pronunciamento de V. Ex^a, mas não posso deixar de lembrar que dois minutos é o tempo do aparte para cada Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, se me permite, vou conceder um pequeno aparte, porque o assunto, para mim particularmente, é de muita importância. V. Ex^a há de convir comigo que a minha honra foi ofendida, e não há local mais adequado do que o plenário desta Casa, em que trabalho todos os dias, para fazer com que a sociedade brasileira tome conhecimento da verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Certamente.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Concedo o aparte ao ilustre companheiro, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Jayme Campos, em meu nome pessoal e em nome de meu Partido, o PSDB, quero também aqui trazer nossa solidariedade a V. Ex^a.

A questão das opiniões que são divulgadas e da forma como as notícias são divulgadas requer uma atenção especial, porque, lamentavelmente, o que temos visto, repetidas vezes, é a precipitação, a busca até histérica de informações, o que acaba prejudicando e enxovalhando a vida do envolvido. E nós, homens públicos, o que temos? É exatamente esse patrimônio construído pelo trabalho, como o que V. Ex^a

fez como prefeito, como homem público. V. Ex^a tem a nossa solidariedade.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador.

Concedo um aparte ao nosso Líder, o ilustre Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jayme Campos, quero ser muito rápido e muito definitivo em minha consideração. Eu li a matéria que *O Globo* publicou ontem ou anteontem.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Foi anteontem.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Para mim, ela é curiosíssima. Há um diálogo telefônico entre pessoas no qual o nome de V. Ex^a é apenas citado e, da citação do nome, V. Ex^a aparece como acusado. Veja, V. Ex^a foi governador do Estado de Mato Grosso, foi prefeito de Várzea Grande. Pelas mãos de V. Ex^a passaram milhões de reais, mas ninguém fala nada. V. Ex^a não tem, ao que me consta, nenhum processo em Tribunal de Contas, em Câmara Municipal....

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Graças a Deus!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Não tem nenhum processo de contestação de sua dignidade como homem público. Aí aparece, por conta de uma conversa telefônica em que seu nome foi citado, uma manchete de jornal e uma suposição de que V. Ex^a estaria envolvido em fraude de título de terra, envolvido com a venda fraudulenta de terras. Ora, tenha paciência! Tenha santa paciência! Na minha opinião, V. Ex^a vem à tribuna cumprir uma obrigação em nome de sua probidade, porque este Plenário, composto por homens e mulheres de muita experiência, tem tirocínio suficiente para perceber que algum tipo de interesse, em algum lugar, algum viés ideológico foi contrariado e, em função da contrariedade, surgiram as notícias que assacam contra a honra de V. Ex^a.

Quero lhe tranquilizar com relação ao meu julgamento pessoal e o quanto ao julgamento do meu partido, que é o seu partido. Até que surja qualquer coisa – e não vai surgir – que comprove, de verdade, que V. Ex^a faltou com a dignidade, V. Ex^a vai continuar sendo para nós o exemplar ex-prefeito, ex-governador e atual Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Se me permite, Sr. Presidente, quero conceder um aparte ao ilustre Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a faz um pronunciamento em defesa de sua honra, algo que não precisaria fazer se tivesse havido seriedade no procedimento das autori-

dades que lidaram com o seu caso, já que o que todo mundo diz aqui e o que saiu publicado no jornal foram fúxicos, conversa fiada. O que aconteceu? Houve uma conversa em que o nome de V. Ex^a foi usado – poderia ser o de qualquer um de nós aqui, especialmente os dos políticos de seu Estado. Diante disso, uma autoridade que tem acesso a algo daquele naipe, que não significa nada, que não tem o condão de movimentar um procedimento, faz o quê? Decidiu que há indício de algo e remete para o juiz, que, por sua vez, remete para a imprensa e remete para o Procurador-Geral. Quer dizer, quebra o sigilo da comunicação. Estamos vivendo uma inversão de valores! E saiu no jornal, V. Ex^a sabe: está desonrado. A autoridade remete para o Procurador-Geral da República, que, por sua vez, vai fazer o quê? Arquivar o procedimento, porque não tem qualquer base, não tem nada que possa levar a essa comprovação – ao menos no que foi publicado. Acredito que seja isso. Aliás, foi o que ele remeteu. O que a autoridade fez? Despejou um balde de merda – desculpem a expressão – na honra de V. Ex^a. E quem é que vai reparar isso? Essa é que é a questão. Por quê? Todo mundo está aplaudindo aqui o que a Polícia fez, o que foi feito em relação a atividades que comprovadamente ocorreram no Judiciário. Agora, não podemos aceitar leviandade. Qual será a consequência disso? Todo mundo falando nos corredores, imputando-lhe a prática disso ou daquilo outro, ainda que se saiba que, pelo que foi publicado, não há nada. O Procurador-Geral da República vai mandar arquivar e, então, o que vai acontecer? Essa é a pergunta que faço. Acontece é que V. Ex^a ficou nessa situação em que a única providência que pode tomar é reclamar ao Conselho, tanto o da Magistratura como o do Ministério Público, e tomar suas providências para ver sua honra reparada. Infelizmente são esses desvios que acabam maculando a imagem do Ministério Público e do Poder Judiciário no Brasil. A V. Ex^a a minha solidariedade.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Sr. Presidente, permita-me pelo menos mais cinco minutos. Não posso deixar de ouvir também as palavras sérias e honestas do ilustre companheiro, Senador Edison Lobão; da Senadora Serys; do nosso querido amigo, velho amigo Romero Jucá; do Senador Raimundo Colombo; nosso querido amigo Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa concederá mais cinco minutos ao orador e pede a compreensão dos Senadores para que usem o tempo regimental do aparte.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Com a palavra o Senador Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Jayme Campos, estou convencido de que V. Ex^a escolheu o cenário correto para a sua defesa. Na vida pública, nenhum político escapa da maledicência alheia. V. Ex^a está sendo vítima de um mexerico, nada mais do que isso. Os fatos vão demonstrar a sua inocência cabal. V. Ex^a tem a solidariedade de seus companheiros do Senado da República.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Concedo aparte à ilustre Senadora Serys, companheira nossa por Mato Grosso.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Jayme Campos, a pedido do Presidente, serei bastante breve. Eu inclusive já conversei longamente com V. Ex^a sobre esse assunto buscando saber do que se tratava. Pelo que V. Ex^a me expôs, não há nada, absolutamente nada que sugira a possibilidade de desvio cometido por sua pessoa com relação a esse caso de Mato Grosso, a Operação Lacraia. Mas, como o Senador Demóstenes disse há pouco, jogar balde de porcaria sobre as pessoas é fácil. Solidarizo-me com V. Ex^a, porque fui vítima desse tipo de coisa, e vítima de forma muito mais violenta do que está sendo V. Ex^a. Espero que esse processo contra V. Ex^a pare por aqui. Contra a minha pessoa não existia nenhuma denúncia, nunca existiu em lugar algum nenhum tipo de denúncia. No entanto, fiquei 120 dias sendo massacrada e humilhada. Infelizmente – e isso já foi dito há pouco aqui por alguns Senadores –, nós, pessoas públicas, homens e mulheres públicos, estamos sujeitos a esse tipo de coisa. Portanto, Senador, conte com minha solidariedade. Acredito que nada exista e espero que o senhor consiga realmenteclarear tudo isso, desmistificar e acabar de vez com essa história. Infelizmente, nós, pessoas públicas, estamos sujeitas a isso. V. Ex^a tem a minha solidariedade.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Senador Jayme Campos, quero também me solidarizar com V. Ex^a...

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) –... porque, como já foi dito aqui, todos nós já fomos vítimas e continuaremos a ser, porque quem está na disputa política, quem ocupa um espaço político como ocupa V. Ex^a, quem é um vitorioso, como é V. Ex^a na história

política do País e de Mato Grosso, sem dúvida nenhuma tem inimigos, tem opositores e, infelizmente, a legislação é muito frouxa no que diz respeito à calúnia contra terceiros, principalmente contra políticos. V. Ex^a iniciou agora um mandato aqui no Senado, já mostra um grande trabalho nesse início de legislatura e tem o respeito de todos os seus Pares. Pela Liderança do Governo, posso asseverar que V. Ex^a é de um Partido que não é da base do Governo, mas que tem sido um grande colaborador do País ao discutir os temas e votar as matérias. Portanto, se eu pudesse dar uma palavra eu diria para V. Ex^a olhar para a frente e continuar a caminhar firme e a ser um vitorioso. É importante refutar essas colocações irresponsáveis, mas não paute a sua vida e a sua ação aqui por conta desses comentários negativos, porque a grandeza de V. Ex^a é muito maior do que esses comentários, que não são verdadeiros. Meus parabéns e o nosso abraço de solidariedade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jayme Campos, acho importante que V. Ex^a venha aqui de pronto com a disposição de esclarecer toda e qualquer dúvida que porventura tenha surgido. E espero que isso contribua para que os fatos sejam inteiramenteclareados. É importante que se tenha sempre a preocupação da transparência na vida pública de cada um de nós, Senadores. Cumprimento-o por estar aqui procurando esclarecer inteiramente os episódios.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo o aparte ao companheiro Raimundo Colombo.

O Sr. Raimundo Colombo (PFL – SC) – Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelo discurso, pelo pronunciamento. Procurei acompanhar o fato e ficou muito claro que é de uma irresponsabilidade, de uma leviandade e de uma hipocrisia a forma como isso foi noticiado, sem qualquer prova, apenas relatando um diálogo entre duas pessoas. Citou-se o nome de V. Ex^a, mas poderia ter sido citado o nome de qualquer pessoa. Ninguém é contra a apuração, ninguém é contra os procedimentos, mas é de uma irresponsabilidade colocar o nome de uma pessoa com a sua história e com a sua luta da forma como foi colocado. Mas isso é o Brasil, infelizmente. E só há uma forma de enfrentar isso: com coragem, da tribuna,clareando os fatos. Nós, que os conhecemos, sabemos que V. Ex^a tem a condição de vir à tribuna e dar esse depoimento. Por

isso, a nossa solidariedade, o nosso apoio, porque desse tipo de coisa ninguém está livre.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Raimundo Colombo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Jayme Campos, peço o aparte para me unir à solidariedade de todos que me antecederam. Quero dizer a V. Ex^a que aquele diálogo que foi gravado foi pinçado por uma pessoa que é sua inimiga.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Com certeza.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – É uma pessoa que quer atingi-lo, mas não vai conseguir o seu objetivo, porque V. Ex^a é um homem que já governou o seu Município várias vezes, já governou o seu Estado, e nada há que possa sujar a sua honra. Tenha certeza que a sua família vai continuar admirando e amando a sua pessoa da mesma forma.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos, a inveja e a mágoa corrompe os corações. A inveja existe. Na igreja, um dos sete pecados capitais é a inveja. Isso é inveja de V. Ex^a, porque até eu tenho um pouquinho. V. Ex^a foi três vezes prefeito e não foi qualquer um. Foi um extraordinário prefeito, um extraordinário governador. “A voz do povo é a voz de Deus”. O povo de Deus lhe julgou e V. Ex^a está aí.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Cristovam Buarque, que muito me honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Jayme Campos, estava resistindo a fazer um aparte porque sou o próximo orador e tenho uma reunião da Executiva do meu Partido. Mas não posso deixar de manifestar aqui a minha solidariedade e o meu apoio a todas as manifestações anteriores relacionadas com a sua dignidade. Conte com meu apoio nessa sua luta para defender o seu nome.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado. Agradeço seu aparte.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senador, quero também me associar aos meus companheiros na solidariedade que externam a V. Ex^a, nesta tarde, e dizer que em pouco tempo dessa nossa convivência aprendi a admirá-lo e saber exatamente dos vossos propósitos. E, usando uma expressão popular: “Ninguém atira pedra em árvores que não têm frutos”. Portanto, quero me associar a sua luta. Acho que V. Ex^a está no caminho certo em dar essa explicação aos seus Pares, desnecessária certamente, mas que lava a alma de qualquer um quando se sente ofendido. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Concedo um aparte ao ilustre e grande Senador e ex-Governador, companheiro Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Jayme Campos, nós já vimos esse filme, como todos disseram. Quase todos aqui já passaram por momentos como esse. São momentos de grande constrangimento – isso não podemos negar –, não são momentos que se possa superar facilmente, mas sei que V. Ex^a vai superá-lo porque tem a vida pública ilibada, tem a sua conduta reconhecida e foi eleito Senador recentemente. Então, cumprimento V. Ex^a por já estar aí, com toda altivez, rebateando as acusações.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Vou concluir a minha fala, Sr. Presidente.

Não aceito esses ataques. Eles são falsos e mentirosos. São viciados e respondem apenas à deformação de autoridades que, antes de pensar em promover a justiça, se interessam em alimentar o próprio ego.

Falo isso porque em Mato Grosso, infelizmente, estamos sujeitos à leviandade de alguns julgadores incoerentes e mal-intencionados.

São tão absurdas e vazias essas insinuações que se baseiam apenas, como disseram os ilustres Senadores que me apartearam, em comentários pinçados de conversas inócuas, que só servem para emoldurar a maneira asquerosa com que buscam comprometer a vida de terceiros.

O diálogo entre duas senhoras do Município de Barra do Garças chega a ser bizarro quando elas dizem que “pode haver um político grande” intermediando uma disputa entre cartorários no STJ. Seria mesmo cômico se não fosse trágico manchar a honra de alguém nessa trama sórdida.

Por isso, denuncio o sistemático desrespeito aos homens públicos desta Nação como forma de implantar uma ideologia de desarticulação da classe política,

notadamente dos parlamentares, visando à preparação de um estado de inércia que leve à decomposição dos institutos democráticos do País.

Hoje em dia, basta ser político para ser suspeito.

Precisamos reagir! Antes de tudo, somos homens e mulheres honrados que ajudam a construir um futuro mais justo para o País. Pois, quando nossa democracia esteve ameaçada, foram os políticos que ofereceram o peito contra as balas da opressão. Fomos nós que lutamos contra a intolerância. E vencemos! Agora temos que lutar contra a prepotência e a arrogância daqueles que se consideram donos das leis e da moralidade nacional.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ofereço a minha vida nesta luta, jamais a minha honra!

Agradeço a todos, na certeza de que essas infâmias e calúnias que querem praticar contra as pessoas jamais conseguirão me atingir, até porque, Presidente Tião Viana, lamentavelmente, como eu já disse aqui, em Mato Grosso, há juizes – alguns deles, inclusive, esta Casa já conhece – que têm a mania de zombar e de querer aparecer para a opinião pública, sujando a honra de centenas de pessoas do Estado para massagear o seu ego. Temos que dar um basta nisso!

Esta Casa tem que ter a responsabilidade de impor limites para que aqueles que se julgam verdadeiros julgadores não cometam injustiças com pessoas honradas e sérias.

Muito obrigado a todos, sobretudo às Sr^as e aos Srs. Senadores que foram solidários a minha pessoa.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 13/2007-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 25 de abril 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre os critérios de divisão de presos provisórios e de presos condenados”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2007, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de comunicar ao Plenário e ao Senado Federal, de maneira geral, que, amanhã, às 10 horas, no Auditório do Interlegis, a União Parlamentar Escoteira do Brasil (Upeb), estará, junto com o Movimento Escoteiro do Brasil, comemorando 100 anos de existência no mundo do Movimento Escoteiro e 97 anos no Brasil, quando haverá o lançamento do selo comemorativo.

Quero, então, transmitir o convite para todas as Sras Senadoras e todos os Srs. Senadores, funcionários e todo o Brasil para que acompanhe o lançamento do selo comemorativo no auditório do Interlegis, às 10 horas de amanhã, com transmissão para todo o Brasil

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sras Senadoras, Srs. Senadores, solicito que conste dos Anais do Senado o editorial do jornal **O Globo**, do dia 25 de abril, intitulado “País Ameaçado”, que resumidamente diz:

De ano para ano, mais se compromete o quadro de ensino no Brasil. Não é apenas a falta de escolas, é também a qualidade da educação ministrada. Se tivéssemos de fazer uma síntese do assunto, poderíamos dizer que, hoje, entre nós, ensina-se pouco e mal.

Não se fazem necessárias maiores especulações para avaliar o que isso representa para o país nesta fase de inegável progresso material a reclamar em todos os setores homens capacitados, científica e tecnologicamente, a fim de assegurar a aplicação das conquistas mais recentes da ciência e da técnica no processo de desenvolvimento.

Peço que conste dos Anais esse editorial do dia 25 de abril, mas dizendo aos Srs. Senadores que é do dia 25 de abril de 1957. O Senador Tião Viana, que preside a sessão, provavelmente não era nem nascido. Há 50 anos, o editorial de *O Globo*, vou repetir, dizia: “País Ameaçado. De ano para ano, mais de compromete o quadro de ensino no Brasil. Não é apenas a falta de escolas...”

Sr. Presidente, é tempo de nos perguntarmos por que foi preciso esperar 50 anos para o Presidente Lula lançar um programa para o desenvolvimento da educação. Programa este que, a meu ver, não tem nada errado, mas é absolutamente insuficiente para fazer a revolução de que precisamos.

Exatamente por causa disso – e por coincidência saiu hoje esse editorial, uma edição de 50 anos atrás – procurei, aqui no Senado, colher assinaturas para abrirmos uma CPI, uma CPI do bem, não uma CPI sobre corrupção, não uma CPI sobre desvio de recursos; uma CPI em que coloquei como condição, como objetivo apurar as causas estruturais – há 50 anos já se falava nisso – do retrocesso na qualidade da educação básica, conforme indicado pelo resultado do último Saeb e que caracteriza um verdadeiro apagão intelectual no Brasil.

Esse requerimento para abertura da CPI já tem 31 assinaturas de Senadores. Número suficiente para dar entrada nesse pedido de abertura de uma CPI que analise as causas estruturais, não para analisar o que há de errado aqui ou ali, mas que ajude o Governo a encontrar o rumo do seu programa de desenvolvimento, ou para apoiar como está ou para sugerir modificações. São 31 assinaturas, número suficiente para pedir a abertura dessa outra CPI, Senador Agripino, que conta com a sua assinatura. Mas não quero dar entrada ainda. Não posso entender como não temos outras assinaturas aqui.

Gostaria de pedir a assinatura de Senadores como Almeida Lima; Garibaldi Alves, que está aqui; de Jarbas Vasconcelos; Pedro Simon; Romero Jucá; Roseana Sarney; Valdir Raupp. Gostaria de ver a assinatura do Delcídio Amaral; do Eduardo Suplicy; da Senadora Fátima Cleide; do Senador Flávio Arns, que estava aqui até há pouco tempo; da Senadora Ideli Salvatti; do Senador João Pedro; do Senador Magno Malta; do Senador Mozarildo Cavalcanti; da Senadora

Patrícia Saboya; do Senador Paulo Paim; do Senador Renato Casagrande; do Senador Sérgio Zambiasi; da Senadora Serys Slhessarenko; do Senador Sibá Machado; do Presidente Tião Viana.

Não quero pedir assinatura individual para não constrangê-los. Quero que levem para a reunião da Bancada dos Partidos a idéia de assinar esta CPI. Assinei a CPI do Apagão, sim, e acho correto que haja essa CPI, mas por que não fazer também uma CPI de um apagão intelectual, que está caminhando? Não está em prejuízo da outra, Senador Agripino, porque a outra tem prioridade e é algo que mais escandaliza neste momento, que é o apagão aéreo, mas o que mais compromete é o apagão intelectual.

Quero pedir, Senador Lobão, que creio já assinou, a esses outros Senadores que assinem antes de dar entrada nesse requerimento de CPI e, quem sabe, façamos uma CPI com o apoio de todas as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, prorrogo a sessão por três minutos para o encerramento do pronunciamento de V. Ex^a e da sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não precisarei de mais de três minutos.

Quero, então, comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que tenho assinaturas suficientes, mas que vou procurar pessoalmente cada um desses que não assinaram sem dizer que não assinavam.

Aqueles que disserem que não querem, eu não vou procurar, obviamente, mas aqueles que disseram “vou consultar a minha Bancada”, vou esperar para dar entrada neste pedido quando tivermos um número ainda maior, mais consistente.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi, lembrando que o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, o tempo do orador está esgotado. Eu pediria ao Senador Garibaldi a compreensão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Conversarei, em particular, com o Senador Garibaldi, mas imagino que ele está querendo dizer que vai assinar. Então, já informo aqui, em nome dele.

A idéia é que possamos, Senador Tião, abrir, durante alguns meses, um debate neste País sobre quais são as verdadeiras causas que fazem com que um editorial de 50 anos atrás continue tão atual. Acho que temos obrigação de, pelo menos, saber por que um editorial de 50 anos atrás continua tão atual.

Era o que eu tinha a dizer, deixando o convite para que V. Ex^a dê a sua ilustre assinatura nesse requerimento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido, nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

SEGUNDO CADERNO • 9

HÁ 50 ANOS

O GLOBO NOTICIAVA EM 25 DE ABRIL DE 1957

Comissão não quer tantos doutores...

• **DO EDITORIAL** “País ameaçado”: “De ano para ano mais se compromete o quadro do ensino no Brasil. Não é apenas a falta de escolas; é, também, a qualidade da educação ministrada. Se tivéssemos de fazer uma síntese do assunto, poderíamos dizer que, hoje, entre nós, ensina-se pouco e mal.

Não se fazem necessárias maiores especulações para avaliar o que isso representa para o país nesta fase de inegável progresso material, a reclamar em todos os setores homens capacitados, científica e tecnicamente, a fim de assegurar a aplicação das conquistas mais recentes da ciência e da técnica no processo de desenvolvimento.”

Quarta-feira, 25 de abril de 2007

O GLOBO

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 403, DE 2007

Exmº Sr. Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do Médico Cirurgião Odival Coelho Resende, apresentando condolências à família.

Justificação

O Piauí perdeu hoje uma das suas maiores expressões na área médica, o Doutor Odival Coelho Resende, proprietário do Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Além de médico cirurgião, destacou-se também como grande empreendedor do setor Agropecuário, promovendo a economia piauiense, gerando empregos e riquezas para o nosso Estado.

Pela importância do papel desempenhado pelo Médico Odival Coelho Resende para o Estado do Piauí, apresento ao Senado o presente requerimento por perda tão significativa.

Aos familiares a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza Mão Santa.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência associa-se à manifestação do Senador Mão Santa e encaminha o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 404, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2007, de minha autoria, que altero o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2007, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 207, DE 2007**

Altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 73 A União poderá estabelecer convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Destaca-se que a nova legislação demonstra a meritória intenção do Governo no enfrentamento à questão das drogas, dando ênfase à prevenção ao uso de substâncias entorpecentes, ao tratamento e recuperação dos dependentes químicos, sua inserção social, bem assim, o atendimento a seus familiares.

A lei possibilita, inclusive, a concessão de benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho dos usuários e dependentes de drogas. Significa, assim, o envolvimento de toda a Sociedade nesta questão, como se fazia necessário.

Todavia, pela redação dada ao art. 73, nem o Distrito Federal nem os Municípios foram incluídos entre os entes federativos passíveis de firmar convênios com a União, visando à prevenção e a repressão ao tráfico de drogas.

Compete constitucionalmente à Polícia Federal prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, no entanto, mediante convênios tácitos ou explícitos, as Polícias do Distrito Federal e dos Estados, antes mesmo da nova lei, já atuavam na repressão ao tráfico de drogas. A maioria dos Estados e o Distrito Federal têm programas de prevenção ao uso de substâncias entorpecentes. Alguns Municípios igualmente.

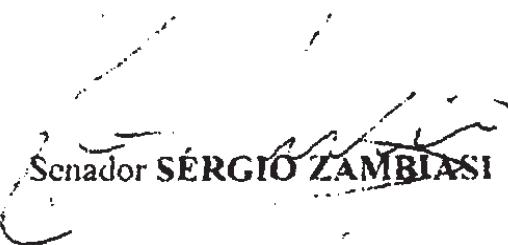
Agora, com a criação do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, tanto a prevenção e a repressão ao tráfico, como a prevenção ao uso indevido de drogas, foram finalmente *"sistematizados"*, devendo obedecer aos critérios estabelecidos pela União. Em conformidade com a nova legislação a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão, concorrentemente, na prevenção ao uso indevido de drogas, inclusive com dotação orçamentária própria.

Pelas razões até aqui expostas é que se propõe a modificação do art. 73, de modo que tanto o Distrito Federal quanto os Municípios tenham a possibilidade de firmar convênios com a União, cada qual com suas competências com relação à matéria, preservando-se a isonomia entre os entes da Federação.

Assim os Municípios, já tão debilitados em suas finanças, necessitam ser contemplados com a possibilidade de firmar convênios com a União, tanto de natureza técnica quanto financeira, para desenvolverem seus programas, nos moldes estabelecidos pelo Sisnad.

Peço, portanto, o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares no sentido da aprovação da presente matéria que recompõe a importância do Distrito Federal e, principalmente, dos Municípios quanto ao trabalho que se apresenta no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007.



Senador SÉRGIO ZAMBIASSI

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 73. A União poderá celebrar convênios com os Estados visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 75. Revogam-se a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

Brasília, 23 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Guido Mantega

Jorge Armando Felix

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há mais oradores inscritos.

A Srª Senadora Marisa Serrano, os Srs. Senadores Mário Couto e Papaléo Paes, a Srª Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Cícero Lucena e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ocupo a Tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “A CPI e cadáveres do governo Lula”, de autoria do jornalista Vinicius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 20 de março do corrente ano.

O autor, em seu artigo, destaca que a “CPI do tumulto aéreo”, pode desenterrar escândalos em obras de aeroportos e até de investigações do mensalão.

Ainda segundo o jornalista, “há suspeitas recentíssimas, de superfaturamento das obras da pista de Congonhas, o que veio a público na semana passada, quando o brigadeiro José Carlos Pereira na Comissão de Infra-estrutura da Câmara”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo do jornalista Vinicius Torres Freire seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARISA SERRANO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

VINICIUS TORRES FREIRE

A CPI e cadáveres do governo Lula

CPI do tumulto aéreo pode desenterrar escândalos em obras de aeroportos e até de investigações do mensalão

áreas, sua promiscuidade com o setor público, as dívidas bilionárias dessas companhias com a Infraero. Há, em especial, a Infraero.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem dezenas de investigações sobre a estatal dos serviços aeroportuários, seguida de perto pelo Ministério Público.

Há suspeitas recentíssimas, de superfaturamento das obras da pista de Congonhas, o que veio a público na semana passada, quando o brigadeiro José Carlos Pereira falava à Câmara. Há suspeitas antigas, que vêm do governo FHC, como as obras do aeroporto de Salvador. Ou de Vila Velha. Nesse caso, os diretores

Infraero precisa fazer publicidade comercial? Não tem concorrentes.

Mas houve mais. A Infraero também estava no rolo do IRB, o Instituto de Resseguros do Brasil, outra estrela do mensalão. Ainda há quem lembre? A empresa foi uma das estatais que recomendaram ao IRB a contratação da Assuré, a corretora de seguros do amigo de Roberto Jefferson. Sua diretoria foi investigada, pois, por tráfico de influência.

O TCU e o Ministério Público investigaram ainda fraudes em contratos de informática e em obras nos aeroportos de Cumbica (Guarulhos), Congonhas, da Pampulha, Santos Dumont e de Goiânia.

Entre as suspeitas, direcionamento de licitação e superfaturamento. Foram, aliás, obras que custaram centenas de milhões de reais. O conserto da pista de Congonhas, que se tornou uma pista de patinação mortal, custará muito menos. E quase tanto quanto certos contratos de publicidade que a Infraero fechou sob o governo Lula 1.

O que isso tem a ver com a desorganização e a obsolescência do sistema de proteção do voo? Direitamente, nada. Mas trata-se de espaço aberto para o voo livre de rapina de parlamentares de oposição, entre eles tucanos e pefeis, que conhecem bem o risco político de CPIs, que tantas enterraram sob FHC. Daí o alvoroço do governo Lula, que está até deixando o PAC atrasar por conta da ameaça de aero CPI.

vinic@uol.com.br

QUELÉ CADÁVER que você plantou no seu jardim, no ano passado, já começou a brotar? Vai dar flores este ano? Os versos de Eliot são elegantes demais para lembrar os corpos enterrados na horta de escândalos petista-lulista. Mas fazem uma pergunta que os coveiros de CPI não querem nem ouvir. “Mantenha longe esse amigo do homem, o Cão, ou ele vai desenterrar o corpo com suas unhas de novo”, escreveu Eliot.

O governo é o porta-voz de Lula na Câmara, Arlindo Chinaglia, ouviram o conselho do poeta anglo-americano. Estão com as mãos ocupadas com pás cheias de cal, que pretendem jogar na CPI do tumulto aéreo.

Além da incompetência e do desinvestimento na manutenção do serviço público, há de tudo nas cercanias da tumba da aviação. Há o melindre militar. Há companhias

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, Ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Com rombo de R\$107 milhões, PT cobra filiados”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de 10 de abril de 2007.

A matéria destaca que com uma dívida geral de R\$107 milhões, somando as contas dos diretórios federal, estaduais e municipais, o PT está atrás de 4 mil filiados dos inadimplentes, na tentativa de diminuir o rombo financeiro até as eleições municipais do ano que vem.

Com rombo de R\$ 107 milhões, PT cobra filiados

Para aliviar dívida, partido intimou 4 mil inadimplentes a quitar débitos, sob risco de perderem direito a voto

Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Com dívida geral de R\$ 107 milhões, somando as contas dos diretórios federal, estaduais e municipais, o PT está atrás de 4 mil filiados inadimplentes, na tentativa de diminuir o rombo financeiro até as eleições municipais do ano que vem. Os devedores estão sendo avisados por carta que, se não colaborarem, terão o cassado o direito de votar e receber votos no 3º Congresso Nacional do PT, em agosto, quando os petistas definirão rumos teóricos e discutirão a imagem do partido e as futuras eleições.

Após reunião, ontem, com os tesoureiros dos diretórios estaduais, o secretário de Finanças da legenda, Paulo Ferreira, fez, pela primeira vez, os cálculos da dívida total: o Diretório Nacional deve R\$ 50 milhões, os estaduais somam R\$ 17 milhões e os municipais das capitais chegam a R\$ 40 milhões.

Os 4 mil inadimplentes já identificados são funcionários do Executivo federal que deveriam fazer contribuições mensais ao Diretório Nacional, na proporção de 2% a 10% dos vencimentos. Segundo Ferreira, desde janeiro de 2003, quando começou o governo Lula, esses devedores deixaram de contribuir com R\$ 30 milhões. “Nas estatais, é um escândalo. Lá estão os maiores salários e é onde temos os menores índices de adesão.”

O secretário de Finanças orientou os tesoureiros estaduais e municipais a buscarem os devedores que são funcionários de governos, assembleias legislativas, câmaras de vereadores e prefeituras, no esforço de reduzir também as dívidas locais.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Depois da caça aos devedores do Executivo, o PT irá atrás de cerca de 900 assessores de deputados federais e senadores que, embora filiados, não contribuem.

O presidente Lula dá ao PT R\$ 1.366 por mês, segundo Ferreira, desde o começo do primeiro mandato. O Diretório Nacional recebe cerca de R\$ 2 milhões mensais, somando repasse do Fundo Partidário e contribuições de petistas, mas são insuficientes para todos os gastos: custeio, distribuição de verba para diretórios estaduais e pagamento a credores.

O tesoureiro diz ter o aval do Diretório Nacional para fazer as cobranças e aplicar punições. “Não podemos chegar a 2008 devendo esse monte de dinheiro. Corremos risco de um juiz até bloquear uma conta aberta pelo partido para a campanha municipal. O PT precisa de uma forma permanente de arrecadação partidária”, disse.

ORIGEM

O dirigente lembrou que as eleições de 2004 foram a origem das dívidas. “Depois da vitória presidencial (de 2002), o PT viveu uma euforia e fez gastos inalcançáveis.” Também estão incluídos os R\$ 10,7 milhões deixados pela campanha da reeleição do presidente Lula.

A Secretaria de Finanças do PT não reconhece, porém, os R\$ 100 milhões cobrados na Justiça pelo empresário Marcos Valério. Durante investigações do mensalão, descobriu-se que o publicitário operou, com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, esquema de transferência de dinheiro de caixa 2 para políticos aliados. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “A CPI da corrupção em terra”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 11 de abril de 2007.

O editorial critica o argumento do atual governo de que a instalação de uma CPI para investigar a crise no setor aéreo brasileiro causaria um grave dano ao interesse nacional, uma vez que os parlamentares deixariam de votar as medidas que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O editorial destaca declaração do presidente Lula de que “a oposição quer construir uma pauta para ela, que é essa CPI, para desviar o foco do crescimento”.

Segundo o editorial, “o que mantém o PAC atado ao papel não é a pauta oposicionista, mas o notório

desempenho gerencial do lulismo, testado e reprovado em 4 anos e 100 dias de infecundos mandatos, antes de alçar a sua incompetência a alturas sem precedentes, até para os seus deploráveis padrões, precisamente no descalabro aeronáutico que se arrasta desde outubro passado”.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A CPI da corrupção em terra

Está para nascer o governo que receberá de braços abertos uma investigação parlamentar de iniciativa da oposição. E não poderia ser mais gasta a alegação dos governantes em defesa dos investigados em potencial. Os inquéritos propostos, repete-se à exaustão, são indesejáveis não porque possam expor à luz do sol umas tantas quantas coisas pesadas que, por isso mesmo, convém ao Executivo sejam conservadas na penumbra, mas porque o desvendamento dos fatos, com a barulheira que inevitavelmente acompanha essa conflituosa exumação, é um breve contra a governança – ou por distrair a alta administração pública, que de outro modo estaria mergulhada sem cessar nos seus afazeres, ou por paralisar o processo legislativo.

Mas, agora, esse último argumento, de que o governo Lula acaba de lançar mão na sua batalha decerto perdida para impedir a decolagem da CPI do Apagão Aéreo, é especialmente risível. Dizem os planaltinos que um Congresso voltado para o que seria a apuração exaustiva da maior crise já experimentada pela aviação comercial brasileira – em

clima de confronto entre situação e oposição – causaria grave dano ao interesse nacional, pois os políticos deixariam de votar as medidas provisórias e projetos de lei que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “A prioridade do governo é o PAC”, diz o presidente Lula, “e a oposição quer construir uma pauta para ela, que é essa CPI, para desviar o foco do crescimento.” E exortou: “Precisamos reagir.”

A parte do fato de que o governo já reagiu, com a despidorada e bem-sucedida operação abafa na Câmara dos Deputados – que obrigou os adversários, como último e legítimo recurso, a bater às portas do Supremo Tribunal Federal para fazer valer o direito das minorias –,

não dá para levar a sério as palavras do presidente. Afinal, o que mantém o PAC atado ao papel não é a pauta oposicionista, mas o notório desempenho gerencial do lulismo, testado e reprovado em 4 anos e 100 dias de infecundos mandatos, antes de alçar a sua incompetência a alturas sem precedentes, até para os seus deploráveis padrões, precisamente no

descalabro aeronáutico que se arrasta desde outubro passado.

O que devia tirar o sono do presidente, se não padecesse de laborfobia, é o apagão administrativo que ele pilota e não o hipotético apagão legislativo decorrente da instalação da CPI. A parte que cabe à oposição no travamento do PAC, no âmbito legislativo, é café

pequeno perto da abulia governamental, da patológica relutância de Lula a se enfronhar nas questões cuja solução exige, inescapavelmente, a palavra final do titular do Executivo e, enfim, do pensamento mágico que o possui, segundo o qual os problemas se resolvem por si mesmos. Eis por que, conforme noticiou anteontem o Estado, até na Casa Civil, chefiada pela ministra Dilma Rousseff, já se admite que cerca de

10% das 50 obras de infra-estrutura que integram o PAC estão fadadas a perecer por inanição.

Enquanto o Planalto não consegue sair da fase de “aprendizado e da percepção dos erros” – para repetir as espantosas palavras do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, no

ano 5 da era Lula –, o blablablá sobre a perver-são oposicionista de querer desviar o foco do crescimento ofende a inteligência do público. O foco do qual o governo quer desviar as atenções, sabotando a CPI do Apagão, do mesmo modo como sabotou, afinal em vão, a CPI dos Bingos, em 2004, não incide nem sobre as condições de trabalho ou o grau de preparo dos controladores de vôo, nem sobre a obsolescência dos equipamentos do sistema, nem mesmo sobre os investimentos de que o setor está à mingua. O medo do Planalto é que a investigação abra a caixa de Pandora que é a estatal dos aeroportos – a Infraero.

A demissão – somente agora – de quatro altos funcionários da empresa não esconde o fato de estar ela imersa numa infinidade de indícios de grossas fraudes, que assoberbam o Tribunal de Contas da União. Não que no passado a Infraero exalasse olor de santidade, mas equivale a um jumbo a cota de seus presumíveis escândalos desde que foi acombarcada pelo dispositivo petista, na gestão do político pernambucano Carlos Wilson, que hoje abrilhanta a bancada federal do PT. Se for por aí, a CPI não será a do Apagão Aéreo, mas – pior – da corrupção em terra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Clube da aeronáutica dá ‘ultimato’ ao governo”, publicado pelo **O Estado de São Paulo** de 3 de abril de 2007.

A matéria destaca que, com uma nota em tom de ultimato, datada de 31 de março, o Clube de Aeronáutica exige que o governo devolva em 72 horas ao comando da força o poder de “administrar” a crise aberta pelos controladores de vôo amotinados e revo-

gue a anunciada decisão de desmilitarizar o controle de tráfego aéreo.

Senhor Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Clube da Aeronáutica dá ‘ultimato’ ao governo

Entidade exige que Lula volte atrás da decisão de desmilitarizar controle do tráfego aéreo, até 21 horas de amanhã, ou vai ao STF para depô-lo

Wilson Tosta
RIO

Com uma nota em tom de ultimato, datada de 31 de março, o Clube de Aeronáutica exige que o governo devolva em 72 horas ao comando da Força o poder de “administrar” a crise aberta pelos controladores de vôo amotinados e revogue a anunciada decisão de desmilitarizar o controle de tráfego aéreo.

Se isso não ocorrer, entrará no Supremo Tribunal Federal (STF) com denúncia de crime de responsabilidade contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para depô-lo, por atentar contra a Constituição, e entrará com uma ação direta de inconstitucionalidade, para que suas determinações na crise sejam revistas. O

prazo dado ao Palácio do Planalto vencerá amanhã, às 21 horas, segundo o presidente da entidade, tenente-brigadeiro-do-ar Ivan Frota, da reserva.

“O que pedimos é que ele se retrate da proibição de que o comandante da Aeronáutica punisse os controladores”, disse Frota, que em 98 concorreu à Presidência. “E volte atrás, pelo menos por enquanto, na decisão imprevisível e precipitada de desmilitarizar o controle de vôo.”

A nota destaca que a Lei 1.079/50 estabelece que são crimes de responsabilidade “os atos do presidente que atentem contra a Constituição”, com pena de “perda do cargo e inabilidade, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública”. Elembra que o Código Penal Militar considera crimes: recusar-

se a atender a ordem de superior, abandonar sem ordem superior o posto, deixar de desempenhar missão, desobedecer a ordem de autoridade militar e retardar ou deixar de praticar ato de ofício.

“O manifesto de insubordinação lançado pelos controladores de vôo militares é uma preciosidade de cinismo, até porque seu ridículo jejum não durou mais do que algumas horas”, diz o texto, que alerta para uma “minoria de arruaceiros”.

A nota atribui o motim a dois motivos. Um seria “o desespero dos controladores envolvidos na responsabilidade pela morte de 154 pessoas” no acidente com o avião da Gol. Para a entidade, eles foram orientados a “transferir sua culpa para eventuais deficiências do sistema”. Outra ra-

zão seria o interesse do governo de enfraquecer os militares politicamente. Além da nota, a entidade exorta militares da ativa e da reserva a se reunirem “em assembleia permanente, em vigília cívica, nas instalações do Clube de Aeronáutica”, no centro do Rio. Mas ontem o movimento na sede foi normal.

Uma das manifestações de solidariedade à Aeronáutica veio do Clube Militar. “A atitude do governo, ao desautorizar as punições impostas pelo Comandante da Aeronáutica aos controladores amotinados, fere, de forma incontestável, a hierarquia e a disciplina, preceitos básicos da nossa instituição”, afirma o texto, assinado pelo presidente da entidade, general Gilberto Figueiredo. Ele adverte que a situação pode tomar “rumos incontroláveis”.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Projeto reflete desejo de aparelhamento do Estado, diz entidade”, publicada pelo Jornal **Folha de S.Paulo** de 14 de março de 2007.

A matéria destaca que estudiosos do setor de comunicação dizem discordar da rede nacional de TV, e que a proposta do governo Lula, reflete a posição de segmentos do governo favoráveis ao aparelhamento político do Estado.

Projeto reflete desejo de aparelhamento do Estado, diz entidade

Para presidente de associação de TVs públicas, proposta atropela discussões promovidas pelo Ministério da Cultura

Estudiosos do setor dizem discordar da criação da rede nacional e afirmam que ela foi apresentada em momento inopportuno

DA SUCURSAL DO RIO

O presidente da Abepc (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), Jorge de Cunha Lima, diz que há uma ruptura dentro do governo em relação à televisão pública.

Para Cunha Lima, o projeto do ministro Hélio Costa (Comunicações) reflete a posição de segmentos do governo favoráveis ao aparelhamento político do Estado. “Felizmente, não é esta a posição de todo o governo. Prevejo grandes crises”.

A proposta do ministro atropelou a discussão sobre o futuro da televisão pública no país, promovida pelo Ministério da Cultura, que realizará, em abril, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas no Brasil.

O Minc, a Radiobrás, as TVs educativas dos Estados, as TVs legislativas e as que se definem como do “campo público”, como as comunitárias e as universitárias, defendem o conceito de que a TV pública é a que tem autonomia de gestão e programação voltada para os interesses da sociedade, e não para os dos governantes.

O fórum é preparado desde o ano passado. Na última sexta-feira, diante de rumores de que

Felizmente, não é esta a posição de todo o governo. Prevejo grandes crises

JORGE CUNHALIMA
presidente da Associação das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais

Se é uma rede que vai usar um canal da União tocado por órgãos estatais, não é pública, é estatal

GABRIEL PRIOLLI
presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária

Está havendo uma confusão entre estatal e público na proposta

LAURINDO LEAL FILHO
professor da USP

setores do governo preparam uma proposta de criação de uma rede nacional estatal, os organizadores enviaram uma carta a ministros pedindo que nenhum projeto nesse sentido fosse feito antes do evento.

A carta foi assinada pela Abepc, pela ABTU (Associação Brasileira de Televisão Universitária), pela Astral (Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas) e pela Abcom (Associação Brasileira de Canais Comunitários).

Hélio Costa diz defender que a nova TV tinha perfil semelhante ao da BBC, famosa por sua independência editorial em relação ao governo britânico.

Público vs. estatal

Para estudiosos do setor, porém, a comparação é imprudente, pois a BBC é uma emissora pública. As divergências deles com a proposta do ministro começam pelo nome dado ao projeto – Red Nacional de TV Pública do Executivo.

“Há um equívoco conceitual”, diz Gabriel Priolli, presidente da ABTU. “Se é uma rede que vai usar um canal da União tocado por órgãos estatais, não é uma TV pública, é estatal. Vamos dar nome aos bois.”

“Está havendo uma confusão entre estatal e público na proposta do ministro”, concorda Laurindo Leal Filho, sociólogo e professor da Escola de Comunicações e Artes da USP. Para ele, o Executivo não precisa de outro canal se já possui o NBR, vinculado à Radiobrás.

Eles lamentaram ainda a forma como o projeto foi apresentado – “a portas fechadas”, de acordo com Leal Filho – e antes do fórum que ocorre em abril. Procurada, a TV Globo não quis falar sobre o projeto. A TV Record e a TV Cultura não responderam à Folha até o fechamento desta edição (EL)

Colaboraram ANGÉLICA PINHO e RODRIGO ROTZSCHE da Redação

» LEIA MAIS E

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

POR TRÂS DAS TELEVISÕES

Entenda as diferenças entre TVs públicas e TVs estatais

TV PÚBLICA
» Segundo especialistas, no Brasil não há TV pública. Pressupõe programação de interesse público sem intervalo comercial, autonomia editorial e independência de gestão
» Seus dirigentes são eleitos por conselhos representativos da sociedade, que não podem ser demitidos antes do término de seus mandatos

TV ESTATAL
» É voltada para a comunicação institucional, sendo gerida pelo Judiciário, Legislativo ou Executivo, e bancada por dinheiro público. Pressupõe ser porta-voz de tal Poder público
» 58 é o nº de TVs legislativas, além da TV Justiça e o canal institucional NBR, da Radiobrás. A TV Senado tem licença de retransmissão em sinal aberto em 15 capitais

No lugar da TV pública...

Há emissoras subvençadas e não subvençadas pelo Estado

Educativa

» É subvençionada. Em alguns Estados, o governo interfere na gestão e no conteúdo editorial
» A que mais se aproxima da TV pública é a Cultura de São Paulo, onde os diretores são eleitos pelo conselho curador, no qual o governo tem ministra de votos

167 é o nº de TVs

educativas no país, as principais vinculadas à Unibras (universidades federais) e à TVE (do Rio) e aos Estados

Campo público

» É não-subsvençada, mas gasta recursos públicos. São as universitárias e os canais comunitários, exibidos pelas redes a cabo. Intitulam-se “emissoras do campo público”

122 é o total de TVs de

campo público. São 52 TVs univeritárias e 70 TVs comunitárias

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula está participando, nestes dois dias, 16 e 17 de abril corrente, da reunião de Diálogo Político dos Presidentes da América do Sul e da Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações, eventos que nesse ano de 2007 estão se realizando em Isla Margarita, na Venezuela.

A Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA – tem como essência o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul, e, além de fortalecer a identidade da América do Sul, contribuirá – em coordenação com outras experiências de articulação regional e sub-regional – para o fortalecimento da integração dos povos da América Latina e do Caribe. Os diálogos políticos, isto é, as Reuniões de Chefes de Estado, que têm periodicidade anual, constituem a instância máxima da condução da política da Comunidade.

A reunião dos presidentes tem caráter informal e nela, pretende-se continuar o diálogo iniciado no Rio de Janeiro, por ocasião da XXXI Cúpula do Mercosul.

Entre os temas em discussão destaca-se o aprofundamento da integração dos países e o fortalecimento da Comunidade.

Na agenda dos eventos, consta também encontro dos Ministros das Relações Exteriores da Casa, cujas reuniões têm periodicidade semestral, com objetivo de promover o diálogo político, preparar os encontros dos Chefes de Estado e adotar as decisões executivas para implementar as diretrizes presidenciais; na reunião desse ano os Ministros tratarão, entre outros temas, da elaboração do Acordo Constitutivo da CASA, que vem sendo trabalhado na Comissão de Altos Funcionários da Comunidade; o futuro Acordo dará maior densidade político-institucional e identidade internacional à Comunidade Sul-Americana de Nações.

Participam também os Ministros de Energia dos países membros, discutindo o avanço na integração energética da região, no evento que reúne a Cúpula Energética dos Chefes de Estado da Casa.

Para o Presidente Lula “a integração energética e a infra-estrutura são dois pilares que representam para a América do Sul o mesmo que o carvão e o aço significaram para a integração europeia nos anos 50”.

Dentro do estabelecido pela organização da Comunidade Sul-Americana de Nações, prevê-se também que as Reuniões Ministeriais Setoriais sejam convocadas pelos Chefes de Estado e que nelas se examinem

e promovam projetos e políticas específicas de integração sul-americanas em áreas como saúde educação, cultura, ciência e tecnologia, segurança cidadã, infra-estrutura de energia, transportes, comunicações e desenvolvimento sustentável,

Já foram criados seis Subgrupos de Trabalho, no âmbito de Energia da CASA, encarregados de examinar os setores de: Petróleo; Gás natural; Biocombustíveis; Energia Elétrica; Energias Alternativas e Diagnóstico; e Balanço Energético.

É preciso ressaltar ainda, que a coordenação política e diplomática destes eventos está se expressando em torno de diálogos e intercâmbio de informações sobre os assuntos de interesses mútuos dos países da região.

O Brasil exerce hoje uma liderança inegável e o governo brasileiro deseja acordo e não conflito. Acredita-se que, na reunião de Cúpula, sejam colocadas as oposições entre Brasil e Venezuela, mas o Presidente Lula, imprimiu o pragmatismo na questão do etanol, buscando bons termos entre os dois países, dentro de uma nova política geoeconômica, sem confronto, alinhando-se à nossa tradicional diplomacia.

Concluo meu pronunciamento acreditando que todos os países membros da Comunidade Sul-Americana de Nações sairão destas reuniões de diálogos mais fortalecidos sob os aspectos de cooperação.

E tenho o prazer de declarar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que a presença do Presidente Luis Inácio Lula da Silva ressalta a importância não só para o Mercosul como também para o Brasil, pois firmará nossa liderança como País de maior presença mundial da região e que tem um papel estratégico nas questões de energia e de conscientização dos impactos ao meio-ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito

extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 4, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2007, que dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 335, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 5, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233,

de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 353, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 6, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2007, que altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 341, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 7, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996; 10.880, de 9 de junho de 2004; e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 339, de 2006).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 9, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2007, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF* (proveniente da Medida Provisória nº 347, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 124, DE 2006
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,
§ 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 10, DE 2007
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,
§ 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências*

e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuitade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004,

na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil*

e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral*.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto,

nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 685, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação

do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

**25/04/2007
quarta-feira**

-
- | | |
|-------|--|
| 10:00 | - Sessão Especial destinada a comemorar o Dia do Exército Brasileiro
Plenário do Senado Federal |
| 12:00 | - Senhor Ricardo Teixeira, Presidente da CBF
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal |
| 15:30 | - Reunião da Mesa Diretora do Senado Federal
Sala de Audiências do Senado Federal |
| 16:00 | - Ordem do Dia - Sessão deliberativa - pauta sobrestada
Plenário do Senado Federal |
| 17:30 | - Apresentação da pianista Beatriz Sales, do cantor David Junker e da soprano Denise Tavares, em homenagem ao Dia Mundial da Voz
Salão Nobre do Senado Federal |
| 18:00 | - Reunião de Líderes de Partidos do Senado e da Câmara, com a presença do Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda
Sala de Audiências do Senado Federal |

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Moraes*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
 SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Fátima Cleide – PT
Ideli Salvatti – PT	3. Aloizio Mercadante – PT
Francisco Dornelles – PP	4. João Ribeiro – PR
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor – PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior – PR	7. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
José Nery	

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995	4^a Eleição Geral: 13.03.2003
2^a Eleição Geral: 30.06.1999	5^a Eleição Geral: 23.11.2005
3^a Eleição Geral: 27.06.2001	6^a Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Álvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^a Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente: Arnaldo Niskier
 Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 166 PÁGINAS